

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 177, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 620/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 620

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.712, de 28 de junho de 2017 - Radio Master FM Ltda - Me, no município de São João do Ivaí - PR;
- 2 - Portaria nº 1.119, de 28 de fevereiro de 2018 - A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;
- 3 - Portaria nº 3.143, de 13 de junho de 2018 - Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Presidente Getúlio - SC;
- 4 - Portaria nº 3.301, de 3 de julho de 2018 - Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda., no município de Barretos - SP;
- 5 - Portaria nº 3.673, de 18 de julho de 2018 - Radio Belo Horizonte Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;
- 6 - Portaria nº 3.677, de 18 de julho de 2018 - Rádio Difusora de Itajubá Ltda., no município de Itajubá - MG;
- 7 - Portaria nº 4.209, de 24 de agosto de 2018 - Rádio Clube de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;
- 8 - Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018 - Radio Rio Verde Ltda., no município de Baependi - MG;
- 9 - Portaria nº 4.850, de 18 de setembro de 2018 - Rádio Porto Alegre FM Ltda.-ME, no município de Porto Alegre - RS;
- 10 - Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 11 - Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018 - Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., no município de Itapirapuã - GO;

12 - Portaria nº 5.755, de 9 de novembro de 2018 - Rádio Iguaçu Ltda., no município de Santiago - RS;

13 - Portaria nº 5.757, de 9 de novembro de 2018 - Andrômeda Radiodifusão Ltda., no município de Pelotas - RS;

14 - Portaria nº 6.103, de 3 de dezembro de 2018 – Sociedade Rádio Liberdade Ltda., no município de Guaratinguetá - SP;

15 - Portaria nº 75, de 10 de fevereiro de 2020 – Rádio Energia dos Vales Ltda., no município de Roca Sales - RS;

16 - Portaria nº 138, de 24 de julho de 2020 - Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Sarandi - PR;

17 - Portaria nº 163, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Talento FM Ltda., no município de Rio Azul - PR; e

18 - Portaria nº 164, de 24 de julho de 2020 - Rádio Cultura FM Santos Ltda., no município de Santos - SP.

Brasília, 22 de novembro de 2022.

EM nº 00138/2020 MCOM

Brasília, 27 de Outubro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53000.070825/2013-81, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 5.312, de 11 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. (CNPJ n.º 44.771.137/0001-15), nos termos da Portaria MVOP n.º 353, datada em 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/10/2018 | Edição: 201 | Seção: 1 | Página: 13

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 5.312-SEI, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.070825/2013-81, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 635/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as permissões outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão sonora em frequência modulada, constantes das Portarias nºs 1.712, de 2017; 1.119, 3.143, 3.301, 3.673, 3.677, 4.209, 4.290, 4.850, 5.312, 5.442, 5.755, 5.757, e 6.103, de 2018; 75, 138, 163 e 164, de 2020.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/11/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3761844** e o código CRC **7991E7ED** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42747/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.070825/2013-81.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4815990** e o código CRC **733B5744**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.070825/2013-81
Interessado:	Rádio Barretos Ltda
Setor:	Secretaria de Radiodifusão
CNPJ:	44.771.137/0001-15
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50413937887
UF:	SP
Localidade:	Barretos
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º3126029

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas

431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 15/10/2018, às 08:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3460535** e o código CRC **5C9AD838**.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3460535



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.070825/2013-81**

Interessado: **RÁDIO BARRETOS LTDA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 28 (vinte e oito) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 02/01/2014

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC

Exmo. Sr.
Ministro de Estado das Comunicações
Ministério das Comunicações
Brasília – DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 070825/2013-81

DRMC/SP

04/12/2013-10:57 - SDCOM ✓

REQUERIMENTO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, vem, por sua representante legal infra-assinada, solicitar a renovação da concessão outorgada para explorar serviço de radiodifusão sonora em **onda média** na cidade de **Barretos**, Estado de São Paulo, a partir de 1º de maio de 2014, encaminhando os documentos necessários para a instrução do processo.

N. Termos.

P. Deferimento.

Barretos, 8 de novembro de 2013.

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP
CPF nº 057.243.428-63

DECLARAÇÃO

Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinada, declara que:

I - Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão que será renovada;

II - não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Barretos, 8 de novembro de 2013.

Márcia Sandoval Monteiro de Barros

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP
CPF nº 057.243.428-63



DECLARAÇÃO

Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinada, declara que:

I - Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão que será renovada;

II - não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Barretos, 8 de novembro de 2013.

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP
CPF nº 057.243.428-63



DECLARAÇÃO

Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinada, declara que:

I - Somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Barretos, 8 de novembro de 2013.

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP
CPF nº 057.243.428-63

DECLARAÇÃO

Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinada, declara que:

I - Somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Barretos, 8 de novembro de 2013.

Márcia Sandoval

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP
CPF nº 057.243.428-63



RÁDIO BARRETOS LTDA – EPP

CNPJ 44.771.137/0001-15

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DO EMPREGADOR

**CERTIFICADO DE QUITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
2009 A 2013**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL
CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS**

**EXTRATO DO CADASTRO****Entidade****CADASTRO ATIVO****CNPJ:** 62.650.809/0001-16**Grau Entidade:** Sindicato**Razão Social:** SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO**Denominação:** SERTESP - Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo**Representação****Área Geoeconômica:** Urbano**Grupo:** Empregador**Classe:** Empregadores**Categoria:** Econômica das Empresas de Radiodifusão e Entidades Equilparadas**Abrangência:** Estadual**Base Territorial:** *São Paulo*.**Dados de Localização****Logradouro:** Rua Apinajés - até 1309/1310**Complemento:** 14 andar - conjunto 1403**Bairro:** Vila Pompéia**CEP:** 05.017-000**Número:** 1100**Localidade/UF:** São Paulo/SP**-Mail:** sertesp@sertesp.org.br**Site:** www.sertesp.org.br**DDD 1:** 11**Telefone 1:** 38018274**Diretoria****Data início mandato:** 01/04/2013**Data término mandato:** 31/03/2015

Dirigentes Sindicais	Função	CS	RF
RICARDO JOSE ZOVICO	Presidente	X	X
LUIZ FERNANDO PEREIRA CONSTANTINO	Tesoureiro	X	
CRISTINA DE SOUZA CAMPOS	Diretor		
JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO	Membro do Conselho Fiscal		
MARLON CLEBER DE FREITAS	Membro do Conselho Fiscal		
THEODORO CLEMENTE MARISCHEN	Membro do Conselho Fiscal		
CALIL BASSIT NETO	Suplente de Diretoria		
GERSON EDSON TOLEDO PIZA	Suplente de Diretoria		
MARCELO FERNANDES ROCHA	Suplente de Diretoria		
MARCELO TOME	Suplente de Diretoria		
PAULO SAAD JAFET	Suplente de Diretoria		
PERICLES BARRANQUEIROS JUNIOR	Suplente de Diretoria		
ANTONIO CONSTANTINO NETTO	Vice-Presidente		
CARLOS ALBERTO MASCHIETTO	Vice-Presidente		
JOSON JOSE BIASIN	Vice-Presidente		
MARCELINO ROMANO MACHADO	Vice-Presidente		
NADIA SAHADE GONCALVES	Vice-Presidente		
RAFAEL ARANHA PIZANI	Vice-Presidente		
RODRIGO VALENTIM PLESE DE OLIVEIRA NEVES	Vice-Presidente		

Filiação**Federação:** FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO**ATIVA** CNPJ: 08.191.486/0001-02**Confederação:** Não há declaração de filiação**Histórico do Cadastro**

REQUERIMENTO	PROCESSO/FASE	DATA	SITUAÇÃO
SR14749	46000.008198/2001-60	13/02/2007	Válida
SD06638 [DIR]	46219.042651/2007-05	10/10/2007	Válida
SD15575 [FIL]	46219.024491/2008-95	06/06/2008	Válida
SD19549 [END]		13/01/2009	Não Válida
SD24649 [DIR]	46472.005671/2009-58	01/09/2009	Válida
SD54411 [DIR]	46472.005900/2011-59	01/08/2011	Válida
SD65193 [FIL]		02/07/2012	Não Válida
SD70382 [DIR]		14/01/2013	Não Válida
SD77569 [DIR]	46219.016644/2013-98	11/10/2013	Válida



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a **RÁDIO DE BARRETOS LTDA**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora, com sede Praça Joel Waldo Dal Moro, 1 Município de Barretos no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ. Sob **nº44.771.137/0001-15**, recolheu regularmente as Contribuições Sindicais dos exercícios de 2009/2010 2011/2012 e 2013 --

São Paulo, 17 de outubro 2013


Ricardo José Zovico
Presidente



RÁDIO BARRETOS LTDA – EPP

CNPJ 44.771.137/0001-15

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS

**COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO
DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
2009 A 2013**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL
CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS



EXTRATO DO CADASTRO

Entidade

CADASTRO ATIVO

CNPJ: 61.708.293/0001-50 **Grau Entidade:** Sindicato
Razão Social: SIND TRAB EMPRESAS DE RADIODIFUSAO E TELEV EST S PAULO
Denominação: - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo.

Representação

Área Geoeconômica: Urbano **Grupo:** Trabalhador **Classe:** Empregados
Categoria: Profissional, dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
Abrangência: Estadual
Base Territorial: *São Paulo*.

Dados de Localização

Logradouro: Rua Conselheiro Ramalho - lado par **Número:** 992
Complemento: **Bairro:** Bela Vista **CEP:** 01.325-000 **Localidade/UF:** São Paulo/SP
E-Mail: sinradsp@uol.com.br **Site:** www.radialistasp.org.br
DDD 1: 11 **Telefone 1:** 32849877

Diretoria

Data início mandato: 27/11/2010 **Data término mandato:** 26/11/2013

Dirigentes Sindicais	Função	CS	RF
SERGIO IPOLDO GUIMARAES	Membro de Diretoria Colegiada	x	x
JOSE MARCOS POSCA	Membro de Diretoria Colegiada	x	
ALEXANDRE SAMUEL OLETO	Membro de Diretoria Colegiada		
ANTONIO CARLOS LAMIM	Membro de Diretoria Colegiada		
ANTONIO TENORIO DE ALBUQUERQUE NETO	Membro de Diretoria Colegiada		
MARCOS DOS SANTOS	Membro de Diretoria Colegiada		
PAULO ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA	Membro de Diretoria Colegiada		
ALESSANDRO MARCIO DA SILVA	Membro do conselho fiscal		
ANTONIO MENDONCA DE LIMA	Membro do conselho fiscal		
EDER CARLOS LOURENCO	Membro do conselho fiscal		
JOANA D ARC JUSTINO	Membro do conselho fiscal		
ODILIO FORTIN DE OLIVEIRA	Membro do conselho fiscal		
WELLINGTON CESAR MARTINS LEITE	Membro do conselho fiscal		
ADENIR DIAS DA ROCHA	Suplente de Diretoria Colegiada		
ANTONIO MARCOS BATISTA	Suplente de Diretoria Colegiada		
ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO	Suplente de Diretoria Colegiada		
CARLOS CESAR CECILIO RAMOS	Suplente de Diretoria Colegiada		
CICERO FRANCISCO DE LIMA	Suplente de Diretoria Colegiada		
DAILY DE OLIVEIRA	Suplente de Diretoria Colegiada		
EDSON AMARAL	Suplente de Diretoria Colegiada		
FRANCISCO ALFREDO DE LIMA MARTINS	Suplente de Diretoria Colegiada		
FRANCISCO NAPOLEAO DA SILVA	Suplente de Diretoria Colegiada		
GERALDO TARGINO DO NASCIMENTO	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOAO ALBERTO PRATES	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOAO CARLOS NUNES JUNIOR	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOAO DOS REIS	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOSE ANTONIO DE JESUS DA SILVA	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOSE LOUREIRO	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOSE LUIZ FOGA	Suplente de Diretoria Colegiada		
JOSE MARCOS DE SOUZA	Suplente de Diretoria Colegiada		
MAURICIO ANTONIO AVILA	Suplente de Diretoria Colegiada		
NILTON SOARES DA SILVA	Suplente de Diretoria Colegiada		
REGINALDO MARTINS MARQUES	Suplente de Diretoria Colegiada		
REINALDO FARTO NUNES	Suplente de Diretoria Colegiada		
ROY NELSON PINTO	Suplente de Diretoria Colegiada		
WILSON DE OLIVEIRA	Suplente de Diretoria Colegiada		

Filiação

Federação: FEDERACAO INTERESTADUAL TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO E TV
ATIVA **CNPJ:** 62.263.033/0001-81

Confederação: Não há declaração de filiação

Central Sindical: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT

CNPJ: 60.563.731/0001-77

Histórico do Cadastro

REQUERIMENTO	PROCESSO/FASE	DATA	SITUAÇÃO
SR09836	L014 P060 A1944	10/10/2006	Válida
SD00186 FIL		21/07/2007	Não Válida
SD11178 DIR FIL	46219.001263/2008-47	26/02/2008	Válida
SD36503 DIR		13/06/2010	Não Válida
SD49887 DIR	46219.005766/2011-97	08/04/2011	Válida
SD63569 FIL		02/07/2012	Não Válida

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical**

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2009		2009	
Endereço		Código da Entidade Sindical			
Rua Conselheiro Ramalho		000.264.02693-4			
Bairro/Distrito	Número	Complemento	CNPJ da Entidade		
Bela Vista	992		61.708.293/0001-50		
CEP	Cidade/Município	UF			
01325-000	São Paulo	SP			

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO BARRETOS LTDA		44.771.137/0001-15	
Endereço		Número	Complemento
PCA JOEL WALDO DAL MORO,01			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
14781-574	CENTRO	BARRETOS	SP
		Código Atividade	
		642	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 201,56	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	10		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	2.015,60		
Total Empregados - Estabelecimento		(*) Mora / Multa	
11			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(*) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 201,56	

104-0**10499.70260 93617.744771 11370.001429 1 4223000000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
0240 / 000.264.02693-4	03042009711370001	201,56 R\$ 20/55	30/04/2009	2009

Autenticação Mecânica



CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical**

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2009		2009	
Endereço		Número		Complemento	
Rua Conselheiro Ramalho		992		CNPJ da Entidade	
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
Bela Vista		01325-000		São Paulo	
				UF	
				SP	

Dados do Contribuinte

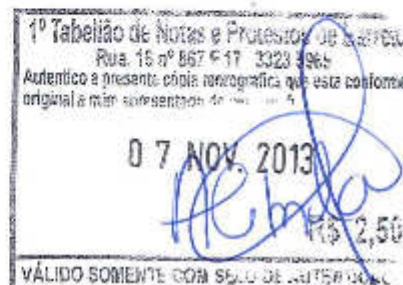
Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
Radio Barretos Ltda EPP		44.771.137/0002-04	
Endereço		Número	
Rua Fuzinato Bertazi		269	
CEP		Cidade/Município	
14770-000		Colina	
Bairro/Distrito		UF	
Patrimônio		SP	
		Código Atividade	
		642	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 215,68	
Capital Social - Empresa		(-) Desconto / Abatimento	
Nº Empregados Contribuintes		(-) Outras Deduções	
11			
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes	
		6.470,40	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	
		11	
		(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 215,68	

104-0**10499.70260 93617.744771 11370.002427 6 42230000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
0240 / 000.264.02693-4	447711370002	215,68R 20/53	30/04/2009	2009
SER 0021 001 23042009 0109		Autenticação Mecânica		





GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2010		2010	
Endereço		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical	
Rua Conselheiro Ramalho		992		000.284.02893-4	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município		CNPJ da Entidade	
Bela Vista	01325-000	São Paulo		61.705.293/0001-60	
				UF	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO BARRETOS LTDA		44.771.137/0001-15	
Endereço		Número	Complemento
PCA JOEL WALDO DAL MODO, 1			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
14781-574	CENTRO	BARRETOS	SP
		Código Atividade	
		642	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 201,32	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	10		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	6.039,60		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora / Multa	
	11		
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 201,32	

104-0**10499.70260 93617.744771 11370.001429-5 45880000000000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
0240 / 000.284.02893-4	447711370001		30/04/2010	2010

Autenticação Mecânica



CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical**

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2010		2010	
Endereço		Número		Complemento	
Rua Conselheiro Ramalho		992		CNPJ da Entidade	
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
Bela Vista		01325-000		São Paulo	
				UF	
				SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
Radio Barretos Ltda EPP		44.771.137/0002-04	
Endereço		Número	
RUA FUZINATO BERTAZI, 259			
CEP		Bairro/Distrito	
14770-000		PATRIMONIO	
Cidade/Município		UF	
COLINA		SP	
		Código Atividade	
		642	

Dados de Referência da Contribuição

☐ Patronal/Empregador
 ☒ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

6.744,90

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

11

Dados da Contribuição
 (=) Valor do Documento **224,83**

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(-) Outros Acréscimos

 (=) Valor Cobrado **224,83**
104-0**10499.70260 93617.744771 11370.002427 45880000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
0240 / 000.264.02693-4	447711370002		30/04/2010	2010

Autenticação Mecânica



CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical**

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2011		2011	
Endereço		Número		Complemento	
Rua Conselheiro Ramalho		992			
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
Bela Vista		01325-000		São Paulo	
				UF	
				SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte		
RADIO BARRETOS LTDA			44.771.137/0001-15		
Endereço		Número		Complemento	
PCA JOEL WALDO DAL MORO, 1 CONJ 02					
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município		UF	Código Atividade
14781-574	CENTRO	BARRETOS		SP	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição	
				(-) Valor do Documento	
				215,95	
Capital Social - Empresa		Nº Empregados Contribuintes		(-) Desconto / Abatimento	
		10			
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
		6.478,50			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
		11			
				(+/-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	
				215,95	

104-0		10499.70260 93617.744771 11370.001015 1 49530000000000			
Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício	
0240 / 000 264.02693-4	447711370001		30/04/2011	2011	

Autenticação Mecânica

AUTENTICAÇÃO
2a. TABELA DE NOTAS DE BARRETOS
RUA 18, NRO. 826 - BARRETOS - SP. FONE: 3324-1004
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA CONFORME O ORIGINAL DO
QUE DOU FE,
BARRETOS, 28 de outubro de 2013.

R\$ 2,50
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



Elisa de Oliveira Sarti
AUTORIZADA

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical****Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		30/04/2011		2011	
Endereço		Número		Complemento	
Rua Conselheiro Ramalho		992			
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
Bela Vista		01325-000		São Paulo	
UF		SP			

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO BARRETOS LTDA		44.771.137/0002-04	
Endereço		Número	
RUA FUZINATO BERTAZI, 259			
CEP		Bairro/Distrito	
14770-000		PATRIMONIO	
Cidade/Município		UF	
COLINA		SP	
Código Atividade		601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos	
Capital Social - Empresa		Nº Empregados Contribuintes	
		10	
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes	
		7.090,80	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	
		11	
		Dados da Contribuição	
		(-) Valor do Documento	
		236,36	
		(-) Desconto / Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	
		236,36	

104-0

10499.70260 93617.744771 11370.002013 8 4953000000000000

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
0240 / 000.264.02693-4	447711370002		30/04/2011	2011

Autenticação Mecânica

AUTENTICAÇÃO
2a. TABELA DE NOTAS DE BARRETOS
RUA 18, NRD.826 - BARRETOS - SP. FONE: 3324-1004
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPRODUZIDA CONFORME O ORIGINAL, DO
QUE DOU FE,
BARRETOS, 28 de outubro de 2013.

R\$ 2,30
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000235		30/04/2012		2012	
Endereço		Número		Complemento	
CONS RAMALHO		992			
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
BELA VISTA		01325-000		SAO PAULO	
UF		CNPJ da Entidade		UF	
SP		61.708.293/0001-60		SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO BARRETOS LTDA EPP		44.771.137/0001-15	
Endereço		Número	
PC JOEL WALDO DAL MORO			
CEP		Cidade/Município	
14781-574		BARRETOS	
Bairro/Distrito		UF	
CENTRO		SP	
Código Atividade		801	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 256,31	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	9		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	7.689,30		
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
10			
		(+) Outros Acréscimos	
PR (=) Valor Cobrado		256,31	

104-0 10499.70260 93617.744771 11370.001015 6 53190000025631

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	447711370001	256,31	30/04/2012	2012

Autenticação Mecânica

AUTENTICAÇÃO
2o. TABELADO DE NOTAS DE BARRETOS
RUA 18, NRO. 826 - BARRETOS - SP, FONE: 3324-1004
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA CONFORME O ORIGINAL
QUE DOU FE.
BARRETOS, 26 de outubro de 2013.

R\$ 2,50
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



Elisa de Oliveira Sarti
AUTORIZADA

256,31R 20/55

SIN 0021 004 27042012 0265

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		000.000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
CONS RAMALHO	992		61.708.293/0001-60
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO BARRETOS LTDA EPP		44.771.137/0002-04	
Endereço	Número	Complemento	
R FUZINATO BERTAZI	269		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
14770-000	PATRIMONIO	COLINA	SP
			Código Atividade
			601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 279,78	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	10		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	8.393,40		
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
10			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PR1 (=) Valor Cobrado 279,78	

104-0

10499.70260 93617.744771 11370.002013 4 53190000027978

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	447711370002	279,78	30/04/2012	2012

Autenticação Mecânica

AUTENTICADO
2a. TABELA DE NOTAS DE BARRETOS
RUA 18, NRO. 826 - BARRETOS - SP. FONE: 7324-1004
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA CONFORME O ORIGINAL, DO
QUE DOU FE,
BARRETOS, 28 de outubro de 2013.

R# 2,50
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICACAO



279,78R 20/55

5806 0021 004 27042012 0287

CAIXA**GRCSU-Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome / Razão Social / Denominação Social

Sind dos Trabs em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Est de São Paulo

Endereço	Número	Complemento	Vencimento	Exercício
Rua Conselheiro Ramalho	992		30/04/2013	2013
Bairro / Distrito	CEP	Cidade/Município	Código da Entidade Sindical	
Bela Vista	01325-000	São Paulo	S-02693	
			CNPJ da Entidade	
			61.708.293/0001-50	
			UF	
			SP	

Dados do Contribuinte

Nome / Razão Social / Denominação Social

RADIO BARRETOS LTDA

CPF / CNPJ / CEI do Contribuinte

44.771.137/0001-15

Endereço	Número	Complemento
R 20, 620		
CEP	Bairro / Distrito	Cidade/Município
14780-070	CENTRO	BARRETOS
UF	Código da Atividade	
SP	601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal / Empregador
☒ Empregados
☐ Prof.Liberal
☐ Autônomos

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(=) Valor do Documento
	09	284,04
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
	Total Empregados - Estabelecimento	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(=) Mora / Multa
		(+) Outros / Acréscimos
		(=) Valor Cobrado
		284,04

Dados da Contribuição**104-0 10499.70260 93617.744771 11370.001015 2 56840000000000**

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento	Exercício
S-02693	447711370001		30/04/2013	2013
Autenticação Mecânica				

CAIXA**104-0****10499.70260 93617.744771 11370.001015 2 56840000000000**

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento					Vencimento
ATE O VENCIMENTO, PAGAVEL NAS LOTERICAS, AGENCIAS DA CEF E REDE					30/04/2013
Cedente					Agência / Código do Cedente
Sind dos Trabs em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Est de São					0240 / S-02693
Data do Documento	Número do Documento	Espécie Documento	Aoite	Data Processamento	Nosso Número
13/03/2013	000000001848	GRCSU		13/03/2013	447711370001
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
EXERC (2013)	SIND	R\$			284,04
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA - PRINCIPAL - 2013 APÓS VENCIMENTO COBRAR MULTA DE 10% NO PRIMEIRO MÊS, ACRESCENDO 2% AOS MESES SUBSEQUENTES, JUROS MORA 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(=) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: RADIO BARRETOS LTDA (44.771.137/0001-15) 0000 R 20, 620, CENTRO CEP: 14780-070, BARRETOS-SP					284,04
Sacador/Avalista:					
Código de Barras					Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica





30
horas

Comprovante de Operação - Títulos Outros Bancos

Identificação no Extrato: **SISPAG FORNECEDORES**

Dados da conta a ser debitada:

Agência: **0298** Conta: **31712 - 4**

Nome: **RADIO BARRETOS LTDA**

Dados do pagamento:

Nome do favorecido: **SIND TRAB EMP RADIOFUSAO**

Representação numérica do código de barras: **10499 70260 93617 744771 11370 001015 2 5684000000000000**

Valor pago: **R\$ 284,04**

Data de vencimento: **30/04/2013**

Informações fornecidas pelo pagador:

Pagamento efetuado em 30.04.2013 às 00:00:00, via Sispag, CTRL 9991694330000019

Autenticação:

44E232AA93323F15B929455F3E0CCC809EEB17F1

* O cliente assume total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de inexistência ou insuficiência nas informações por ele inseridas.

Cortar aqui

Ronaldo Elias de Mello - 58772047
Gerente Operacional





GRCSU-Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Dados da Entidade Sindical

Nome / Razão Social / Denominação Social

Sind dos Trabs em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Est de São Paulo

Endereço	Número	Complemento	Vencimento	Exercício
Rua Conselheiro Ramalho	992		30/04/2013	2013
Bairro / Distrito	CEP	Cidade/Município	Código da Entidade Sindical	
Bela Vista	01325-000	São Paulo	S-02693	
			CNPJ da Entidade	UF
			61.708.293/0001-50	SP

Dados do Contribuinte

Nome / Razão Social / Denominação Social

RADIO BARRETOS LTDA

Endereço	Número	Complemento	CPF / CNPJ / CEI do Contribuinte
R 20, 620			44.771.137/0002-04
CEP	Bairro / Distrito	Cidade/Município	UF
14780-070	CENTRO	BARRETOS	SP
			Código da Atividade
			601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal / Empregador
 ☒ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(-) Valor do Documento

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

104-0 10499.70260 93617.744771 11370.002013 9 56840000000000

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento	Exercício
S-02693	447711370002		30/04/2013	2013
Autenticação Mecânica				



104-0

10499.70260 93617.744771 11370.002013 9 56840000000000

Local de Pagamento					Vencimento
ATE O VENCIMENTO, PAGAVEL NAS LOTERICAS, AGENCIAS DA CEF E REDE					30/04/2013
Cedente					Agência / Código do Cedente
Sind dos Trabs em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Est de São					0240 / S-02693
Data do Documento	Número do Documento	Espécie Documento	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
13/03/2013	000000001849	GRCSU		13/03/2013	447711370002
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento
EXERC (2013)	SIND	R\$			311,33
Instruções					(-) Desconto / Abatimento
BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA - PRINCIPAL - 2013					(-) Outras Deduções
APÓS VENCIMENTO COBRAR MULTA DE 10% NO PRIMEIRO MÊS,					(+/-) Mora / Multa
ACRESCENDO 2% AOS MESES SUBSEQUENTES,					(+/-) Outros Acréscimos
JUROS MORA 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA					(-) Valor Cobrado
					311,33
Sacador: RADIO BARRETOS LTDA (44.771.137/0002-04) 0000					
R 20, 620, CENTRO					
CEP: 14780-070, BARRETOS-SP					
Sacador/Avista:					
Código de Barras					

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica





30
horas

Comprovante de Operação - **Títulos Outros Bancos**

Identificação no Extrato: **SISPAÇ FORNECEDORES**

Dados da conta a ser debitada:

Agência: 0298 Conta: 31712 - 4
Nome: **RADIO BARRETOS LTDA**

Dados do pagamento:

Nome do favorecido: **SIND TRAB EMP RADIOFUSAO**
Representação numérica do código de barras: **10499 70260 93617 744771 11370 002013 9 5684000000000000**

Valor pago: **R\$ 311,33**
Data de vencimento: **30/04/2013**
Informações fornecidas pelo pagador:

Pagamento efetuado em 30.04.2013 às 00:00:00, via Sispag, CTRL 999189433000035

Autenticação:

48A2D3C710FD53777F7D997E7F8145DF68D2F8DB

* O cliente assume total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de inexatidão ou insuficiência nas informações por ele inseridas.

Ronaldo Elias de Mello - 68772/A
Gerente Operacional

Carimbo



AUTENTICANDO
2a. TABELA DE NOTAS DE BARRETOS
SUA 10, ROL 826 - BARRETOS / SP, FONE: 3204.1804
AUTENTICA A PRESENTE CÓPIA REPRODUZIDA COM FIDELIDADE ORIGINAL, NO
QUE FOR FEITA
BARRETOS, 28 de outubro de 2013
13. 05.30
VALOR SOFICIENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA TARDE
Sônia

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta

internet

leia

menu ajuda

Sistemas
Interativos**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** RADIO BARRETOS LTDA**CNPJ:** 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:29:06 do dia 26/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS**

Nº 000512013-21041137

Nome: RADIO BARRETOS LTDA - EPP

CNPJ: 44.771.137/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 10/07/2013.

Válida até 06/01/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 44771137/0001-15
Razão Social: RADIO BARRETOS LTDA EPP
Nome Fantasia: RADIO BARRETOS
Endereço: PCA JOEL WALDO 1 / CENTRO / BARRETOS / SP / 14780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/11/2013 a 06/12/2013

Certificação Número: 2013110716031331091755

Informação obtida em 07/11/2013, às 16:03:13.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO BARRETOS LTDA - EPP
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 10:46:25 do dia 10/07/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/01/2014.
Código de controle da certidão: **E99E.3195.7B57.A143**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa



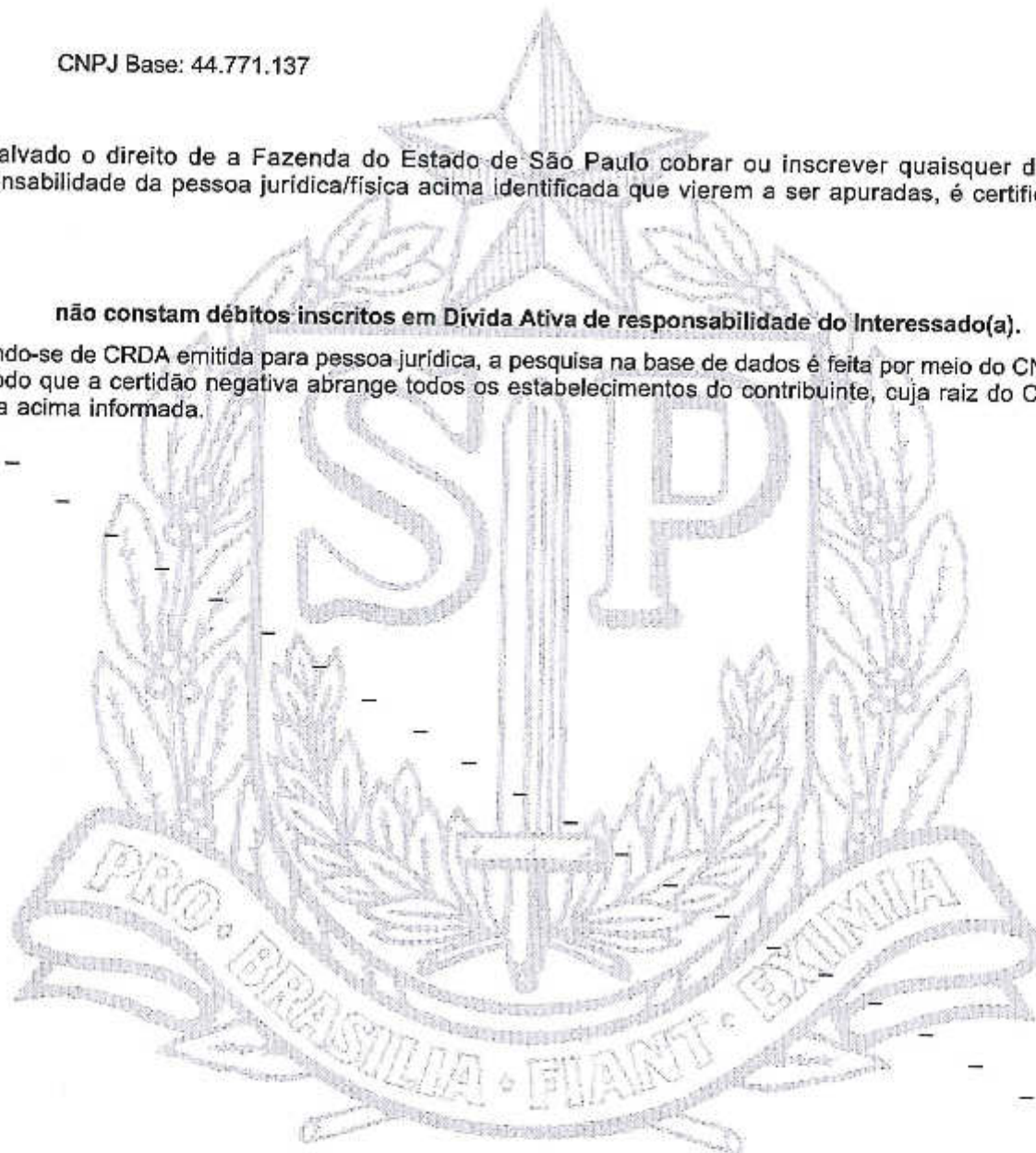
Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 44.771.137

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 4183260

Data e hora da emissão 07/11/2013 12:35:05

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1
(hora de Brasília)



Prefeitura do Município de Barretos
Secretaria Municipal de Finanças e Gestão
Diretoria de Tributosal



**Certidão Negativa de Débitos de
Tributos Mobiliários**

Certidão número : 2287-1795-3539
Contribuinte : RADIO BARRETOS LTDA-EPP
CNPJ / CPF : 44.771.137/0001-15
Inscrição : 1680
Endereço : PRACA JOEL WALDO DAL MORO,1 Compl.; CONJ. 2
Bairro : CENTRO CEP: 14781-574
Tipo Serviço : Atividade 2ª: Atividades de rádio Transmissão e retransmissão de sinais de rádio
Emitida em : 07/11/2013 às 12:28:00
Válida até : 07/12/2013

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação a inscrição mobiliária acima descrita **nada deve** até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.33.68.10:8080/issonline/servlet/hautenticadocumento>)



BOA TARDE
MARCO AURÉLIO DOMINGUES
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» Nada Consta menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO BARRETOS LTDA
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:09:06 do dia 18/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de julho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nivel**, em 16/07/2015, às 14:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0607866** e o código CRC **5991E5E4**.

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
1140 kHz	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Barretos	OM	3	L	
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	M	
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	B	

Usuário: - Data: 01/03/2016 Hora: 14:29:44

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#)Sistemas
Interativos[SRD](#) | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Barretos
Frequência: 1140 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO BARRETOS LTDA
Nome Fantasia: RADIO COLINA NATIVA FM
Nº Estação: 7803656
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008007103
CNPJ: 44.771.137/0001-15
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 19/02/2015 10:12:22

☒ **Dados do Plano Básico**☒ **Dados da Outorga**☒ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="30/03/1982"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="12/04/1984"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="15/12/1994"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="31/10/1996"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="02/03/2009"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="07/07/2010"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="21/08/2014"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento**[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: SP

Município: Barretos

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA	Barretos	22/02/1998	22/02/2008

Usuário: - Data: **01/03/2016** Hora: **14:32:06**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO BARRETOS LTDA**

CNPJ: **44.771.137/0001-15**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:57:46 do dia 01/03/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 44.771.137/0001-15

RADIO BARRETOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: [altair.mc - Altair de Santana Pereira](#)Data: **01/03/2016**Hora: **15:08:28**



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 057.243.428-63

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Sócio	73600	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 01/03/2016

Hora: 15:08:52



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 345.136.238-45

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira Data: 01/03/2016 Hora: 15:11:22

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.070825/2013-81		
Entidade: Rádio Barretos Ltda.		
Localidade: Barretos	UF: SP	Serviço: OM
Período(s): 01/05/2014 a 01/05/2024.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			3, 4
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			5, 6
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			9
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			13/24
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			25, Evento sei nº (0996159) Fl. 4, 5
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			26
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			27

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			28
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			29
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			30
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		X		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		X		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		X		
16- Laudo técnico e laudo de ensaio, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X		
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM		NAO		NÃO SE APLICA	Fl(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros			X			
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros			X			
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros			X			

	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		
23- certidões de protestos de títulos ;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO ATENDE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Judson José Teles Confortin Cargo: Estagiário de Nível Superior - Direito

NOTA TÉCNICA Nº 4354/2016/SEI-MC

Processo nº 53000.070825/2013-81

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Barretos, estado da São Paulo, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º0996174), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS A ENTIDADE:

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

3.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

3.4. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

3.5. laudo técnico e laudo de ensaio, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelos de ambos os documentos disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>);

RELATIVOS AOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES:

3.6. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados**);

3.7. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores (**Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados**)

3.8. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Estagiário de Nível Superior - Direito**, em 02/03/2016, às 15:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 02/03/2016, às 15:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 03/03/2016, às 08:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0996182** e o código CRC **103625AD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 -
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 6359/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO BARRETOS LTDA.
Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Bairro Centro
14781-574, Barretos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.070825/2013-81**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4354/2016/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 03/03/2016, às 08:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0996244** e o código CRC **D799CDD9**.

Data de Envio:

03/03/2016 14:16:01

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
fabiofonseca@hotmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_0996244.html
Nota_Tecnica_0996182.html

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ nº 44.771.137/0001-15

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Referência Protocolo n.º 53000.070825/2013-81

Ofício n.º 6359/2016/SEI-MC

NT n.º 4354/2016/SEI-MC

A **RÁDIO BARRETOS LTDA**, CNPJ nº 44.771.137/0001-15, com endereço na Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1, na localidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14.781-574, vem, por seu representante legal, apresentar a documentação complementar solicitada no Ofício supracitado objetivando a sequência na aprovação do processo de renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora de Ondas Médias.

Contudo, a Rádio Barretos Ltda, aguarda o deferimento do pedido referente ao período de 01/05/2014 a 01/05/2024.

Nestes termos, pede deferimento.

Barretos, 10 de maio de 2016.



Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP

CPF nº 057.243.428-63

DECLARAÇÃO

Rádio Barretos Ltda – EPP, sociedade empresária limitada com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, permissionária de serviço de radiofusão sonora em Ondas Médias (OM) na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, por sua representante legal infra-assinada, declara que:

I – Atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço.

Barretos-sp 10 de maio de 2016.

x 

Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP

CPF nº 057.243.428-63



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO BARRETOS LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certidão n°: 35132739/2016

Expedição: 13/04/2016, às 16:21:01

Validade: 09/10/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO BARRETOS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **44.771.137/0001-15**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.2 – Seção de Informações II
Pátio do Colégio, 73, Sobreloja, Sala 09 - Tel.: 3292-4900 - Ramal: 2104

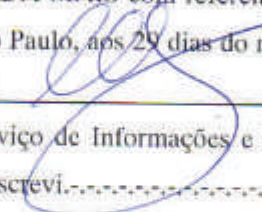
CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ nº 121/2010).

Leiko Suguimoto da Cruz, Escrevente Chefe
Substituta da Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **MARCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 057.243.428-63, portador(a) do RG nº. 7.319.785-SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **CERTIFICA** ainda que verificou constar em nome de **MARCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS** o(s) seguinte(s) processos(s), que pode(m) se referir a homônimos, em razão da inexistência do número do documento de identificação pessoal (RG e/ou CPF) na base de dados do Distribuidor:-----

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO		
Agravo de Instrumento	Entrada	Foro de Origem
0150164-94.2011.8.26.0000	05/07/2011	Foro de Ituverava
Mandado de Segurança	Entrada	Foro de Origem
0244543-27.2011.8.26.0000	22/09/2011 12:38:51	Foro de Ituverava

NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé. -----
São Paulo, aos 29 dias do mês de abril de 2016.-----
Eu,  (Leiko Suguimoto da Cruz), Escrevente Chefe Substituta da Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----

Valor Recolhido: RS 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.2 – Seção de Informações II
Pátio do Colégio, 73, Sobreloja, Sala 09 - Tel.: 3292-4900 - Ramal: 2104

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Leiko Suguimoto da Cruz, Escrevente Chefe
Substituta da Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **MARCIA GUARITÁ SANDOVAL
MONTEIRO DE BARROS**, portador(a) do RG nº. 7.319.785-SSP/SP e inscrito(a) no CPF/MF sob
nº. 057.243.428-63, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **NADA
MAIS** com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-----
São Paulo, aos 29 dias do mês de abril de 2016. -----
Eu, _____ (Leiko Suguimoto da Cruz), Escrevente Chefe Substituta Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.-----



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9679336

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO BARRETOS LTDA EPP, CNPJ: 44.771.137/0001-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 15 de abril de 2016.

Susana Rychzak Lopes
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

PEDIDO Nº:

7470426





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35202600300	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 30/03/1978	INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/03/1978	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO BARRETOS LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 44.771.137/0001-15	ENDEREÇO PRACA JOEL WALDO DAL MORO			NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 2		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETOS		UF SP	CEP 14781-574	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 360.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS							
ENDEREÇO RUA ALEIXO GARCIA				NÚMERO 113	COMPLEMENTO APARTAMENTO 1		
BAIRRO VILA OLIMPIA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04545-010	RG 23566566	
CPF 345.136.238-45	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 79.200,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS							
ENDEREÇO AVENIDA 39				NÚMERO 0.170	COMPLEMENTO		
BAIRRO PRIMAVERA	MUNICÍPIO BARRETOS			UF SP	CEP 14780-727		
CPF 057.243.428-63	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 280.800,00	

FILIAIS			
NIRE 35902901582	CNPJ		
ENDEREÇO RUA FUZINATO BERTAZI	NÚMERO 269	COMPLEMENTO	

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP
PATRIMONIO	COLINA	SP	14770-000

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
22/12/2015	490.761/15-0	
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202600300 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 12/04/2016



Certidão Simplificada emitida para ANA DE LOURDES RIBEIRO:02017053899
[Autenticidade: 69915127] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 9683068

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Barretos, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, brasileira, RG: 7.319.785, CPF: 057.243.428-63, nascida em 25/01/1960, natural de Uberaba - MG, filha de Irlandino Netto Sandoval e Laura R Guarita Sandoval, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Barretos, 15 de abril de 2016.

Hermes Reinaldo de Lucas
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº:

0160530





CERTIDÃO NEGATIVA

O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Barretos-SP, por este público instrumento, atendendo a requerimento de ANA DE LOURDES RIBEIRO, portador(a) do RG 5.194.145

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 13/04/2016, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS
CPF - 057.243.428-63 RG: 7.319.785

NBSDJB HVBSJUB TBOEPWBM NPOUEJSP EF CBSSPT
OCTEKC IWCTKVC UCFFQXCN OQFVGKTQ FG DCTTQU

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

Barretos-SP, 14 de Abril de 2016

Eu,  subscrevo e assino.

1º Tabelião de Notas e Protestos
Eliane de Sousa Cabral
Preposta Escrevente
Barretos-SP

Certidão nº 21276-2016 Pedido nº 41662

Código de Segurança: 010000416620000212760140420161307293505500

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MINISTÉRIO PÚBLICO	ISS	TOTAL
R\$ 7,05	R\$ 2,00	R\$ 1,03	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,49	R\$ 0,34	R\$ 0,21	R\$ 11,56



01012602431565.000046800-0

P 07221 R 002800

Petição (1138217)

SEI 53900.031800/2016-61 / pg. 10

RUA DEZESSEIS 867 - CENTRO
BARRETOS SP CEP 14780-050
FONE: 17-33220223 FAX: 17-33237366





CERTIDÃO NEGATIVA

O Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da cidade de BARRETOS, por este público instrumento, atendendo a requerimento de ANA DE LOURDES RIBEIRO, portador(a) do RG 5194145

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 13/04/2016, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS
CPF - 057.243.428-63 RG: 7.319.785 -

Nada mais. O referido é verdade e dá fé.

Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

BARRETOS, 14 de Abril de 2016

Eu, Carla Maria Correa Fernandes CARLA MARIA CORREA FERNANDES -
PREPOSTA AUTORIZADA, subscrevo e assino.

Certidão nº 19242-2016 Pedido nº 37545
Código de Segurança: 020000375450000192420140420161255513505500

NBSDJB HVBSJUB TBOEPWBM NPOUFJSP EF CHSSPT
OCTEKC IWCTKVC UCFFQXCN OQPVGKTQ FG DCTTQU

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética mostrada acima)

*** Custas e Emolumentos ***

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MIN.PUBLICO	IMP. MUNICIPAL	TOTAL
R\$ 7,05	R\$ 2,00	R\$ 1,03	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,49	R\$ 0,34	R\$ 0,21	R\$ 11,56



01002602354985 000089622-0

P 07087 R 020622

RUA 18 826 - CENTRO
BARRETOS SP CEP: 14780-060
FONE: 17-33241004 FAX: 17-33241001

SEI 53900.031800/2016-61 / pg. 11

Petição 1138219



13/04/2016

7471078

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 017471078**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, RG: 7319785, CPF: 057.243.428-63, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 15 de abril de 2016.

Susana Rychzak Lopes
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

PEDIDO Nº:**7471078**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
SOLICITAÇÃO ELEITORAL**

Nº da Certidão 20160000789016

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS** , ou vinculado ao **CPF de número 057.243.428-63**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC6FaBY11QX9NNPX 4I6871aZCKC4WaF
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe. Solicitação para Fins Eleitorais.

São Paulo, 14 de abril de 2016 às 08h29min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 9683069

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Barretos, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, brasileira, RG: 7.319.785, CPF: 057.243.428-63, nascida em 25/01/1960, natural de Uberaba - MG, filha de Irlandino Netto Sandoval e Laura R Guarita Sandoval, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

Barretos, 15 de abril de 2016.

Hermes Reinaldo de Lucas
Escrivão Judicial II

PEDIDO Nº:

0160531





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 017471302

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 12/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, RG: 23566566, CPF: 345.136.238-45, nascido em 05/03/1987, natural de Barretos - SP, filho de Luiz Antonio Monteiro de Barros e Marcia Guarita Sandoval Monteiro de Barros, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.4.2 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 13 de abril de 2016.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

7471302





CERTIDÃO NEGATIVA

O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Barretos-SP, por este público instrumento, atendendo a requerimento de ANA DE LOURDES RIBEIRO, portador(a) do RG 5.194.145

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 13/04/2016, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS
CPF - 345.136.238-45 RG: 23.566.566

MVDBT TBOEPWBM NPOUFJSP EF CBSST
NWECU UCPFQXCN OQPVGKTQ FG DCTTQU

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

Barretos-SP, 14 de Abril de 2016

Eu,  subscrevo e assino.

1º Tabelião de Notas e Protestos
Eliane de Sousa Cabral
Preposta Escrevente
Barretos-SP

Certidão nº 21275-2016 Pedido nº 41661

Código de Segurança: 010000416610000212750140420161306573505500

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MINISTÉRIO PÚBLICO	ISS	TOTAL
R\$ 7,05	R\$ 2,00	R\$ 1,03	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,49	R\$ 0,34	R\$ 0,21	R\$ 11,56



01012602431565 000046799-2

P 07221 R 002799

RUA DEZESSEIS 867 - CENTRO
BARRETOS SP CEP 14780-050
FONE: 17-33220223 FAX: 17-33237366

SEI 53900.031800/2016-61 / pg. 16



CERTIDÃO NEGATIVA

O Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da cidade de BARRETOS, por este público instrumento, atendendo a requerimento de ANA DE LOURDES RIBEIRO, portador(a) do RG 5194145

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 13/04/2016, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS
CPF - 345.136.238-45 RG: 23566566 -

Nada mais. O referido é verdade e dá fé.

Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

BARRETOS, 14 de Abril de 2016

Eu, Carla Maria Correa Fernandes CARLA MARIA CORREA FERNANDES -
PREPOSTA AUTORIZADA, subscrevo e assino.

Certidão nº 19243-2016 Pedido nº 37546
Código de Segurança: 020000375460000192430140420161256043505500

MVDBT TBOEPWEM NPOUFJSP EF CBSSPT
NWEUC UCPFOXCN OQPVGKTQ FG DCTTQU

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética mostrada acima)

*** Custas e Emolumentos ***

TABELIÃO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MIN.PÚBLICO	IMP. MUNICIPAL	TOTAL
R\$ 7,05	R\$ 2,00	R\$ 1,03	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,49	R\$ 0,34	R\$ 0,21	R\$ 11,56



01002602354985 000089623-B

P:07087 R:020623

RUA 18 826 - CENTRO
BARRETOS SP CEP: 14780-060
FONE: 17-33241004 FAX: 17-33241001

SEI 53900.031800/2016-61 / pg. 17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 017470972

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, RG: 23566566, CPF: 345.136.238-45, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 15 de abril de 2016.

Susana Rychzak Lopes
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

PEDIDO Nº:

7470972





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 017470972

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 14/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, RG: 23566566, CPF: 345.136.238-45, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.4.1 - Serviço de Certidão Estadual Cível.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 15 de abril de 2016.

Susana Rychzak Lopes
Supervisora de Serviço SPI 3.4.1

PEDIDO Nº:

7470972





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 017471565

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 12/04/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, RG: 23566566, CPF: 345.136.238-45, nascido em 05/03/1987, natural de Barretos - SP, filho de Luiz Antonio Monteiro de Barros e Marcia Guarita Sandoval Monteiro de Barros, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão é expedida para FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS e abrange as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.4.2 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 13 de abril de 2016.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:



7471565

LAUDO DE ENSAIO DOS TRANSMISSORES



1 - INTERESSADO:

Nome: RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15

Endereço: Rua Joel Waldo Del Moro, 01

Cidade: Barretos/SP

2 - ENSAIO INDIVIDUAL:

Motivo: Renovação de Outorga

Local : Av.39, Bairro: Santana, Barretos/SP

Data: 5/5/2016

3 - FABRICANTE:

Digicast Eletrônica Ltda

Modelo AM 3000

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

Principal (x)

5 - MEDIÇÕES

5.1 FREQUÊNCIA:

a) Frequência Nominal de operação: 1140 kHz

b) Frequência Medida:

em ambiente normal: (25° C, 220 V) : 1.140.001 Hz

em ambiente alterado: (50° C, 220 V): 1.139.999 Hz

c) Por variação da Tensão de alimentação: não houve variação de frequência pela variação de +/- 10% da tensão de alimentação nominal (fontes reguladas).

d) Variação máxima durante 60 minutos de funcionamento: 1 Hz

5.2) POTÊNCIA:

a) Potência Normal: 2.000 W

b) Potência Reduzida: 500 W

5.3) DESCRIÇÃO DA FORMA DE REDUÇÃO E AJUSTE DA POTÊNCIA: Variação da largura do sinal PDM por ajuste interno.

5.4) VARIAÇÃO DA POTÊNCIA:

a) em + 10% da tensão de alimentação: não houve variação

b) em - 10% da tensão de alimentação: não houve variação

OBS: O transmissor dispõe de Controle Automático de Potência

5.5) DISTORÇÃO HARMÔNICA DE ÁUDIO:

Potência	2 kW	2 kW	2 kW	2 kW	0,5 kW	0,5 kW	0,5 kW	0,5 kW
% Modulação	25%	50%	85%	>85%	25%	50%	85%	>85%
Freq								

Modulação								
50	0,58	0,62	0,64	0,67	0,72	0,74	0,71	0,72
100	0,53	0,60	0,58	0,62	0,68	0,72	0,68	0,68
400	0,52	0,56	0,55	0,60	0,64	0,70	0,66	0,65
1000	0,52	0,54	0,56	0,60	0,58	0,62	0,62	0,66
5000	0,56	0,58	0,58	0,63	0,65	0,65	0,65	0,68
7500	0,60	0,61	0,62	0,66	0,66	0,66	0,68	0,70



5.6) RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE ÁUDIO:

Potência	2,0 kW	2.0 kW	2.0 kW	0,5 kW	0,5 kW	0,5 kW
% Modulação	25%	50%	85%	25%	50%	85%
Freq Modulação						
50	0.14	0.12	0.16	0.12	0.15	0.18
100	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
400	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1000	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
5000	-0.56	-0.56	-0.52	-0.54	-0.54	-0.54
7500	-0.58	-0.58	-0.56	-0.56	-0.58	-0.58

5.7 REGULAÇÃO DE AMPLITUDE DE PORTADORA (1000 HZ, 100% MOD.):

Variação menor que 1%



5.8 NÍVEL DE RUÍDO DA PORTADORA:

Atenuação de 60 dB e de 62 dB respectivamente nas potências nominal e reduzida, em 100% de modulação em 400 Hz.

5.9 EMISSÕES HARMÔNICAS E ESPÚRIAS:

- a) Na potência normal: 82 dB
- b) Na potência reduzida: 80 dB

5.10 NÍVEL DE ENTRADA DE ÁUDIO EM 1.000HZ PARA 100% MOD. : +10 dBm

5.11 POTÊNCIA PRIMÁRIA DE ENTRADA:

- a) POTÊNCIA NORMAL: 0 % mod.: 1375 VA / 100% mod.: 1893 VA
- b) POTÊNCIA REDUZIDA: 0% mod.: 293 VA / 100% mod.: 494 VA

6.0 OBSERVAÇÕES VISUAIS:

6.1 PLACA DE IDENTIFICAÇÃO:

Fabricante: Digicast Eletrônica Ltda

Modelo: AM 3000

Potência de Operação: 2000 Watts

Frequência: 1140 kHz

Consumo: 1893 VA

Cód. de Homologação: 1093-05-2299

6.2 MEDIDORES DE ESTÁGIO FINAL DE RF:

Corrente contínua de Coletores (Sim, de 0 à 35 A)

Tensão Contínua dos Coletores (Sim, de 0 à 350V)

Potência Incidente e Refletida (Sim, 1,5 kW)

Nível de Modulação (Sim, 100%)

6.3 EXISTÊNCIA DE CONECTOR DE RF:

Ligação de Monitor de Modulação (Sim, conector bnc)

Monitor de Frequência (Sim, conector bnc)

6.4 EXISTÊNCIA DE BLINDAGENS NOS ESTÁDIO OU UNIDADES:

6.5 TIPO E QUANTIDADE DE SEMICONDUTORES DO ESTÁGIO FINAL DE RF:

20 HEXFETS IRF460LC

6.6 QUANTIDADE DE ESTÁGIOS SEPARADORES ENTRE A UNIDADE OSCILADORA E O ESTÁGIO FINAL DE RF:

5 ESTÁGIOS

6.7 DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DO PESSOAL:

a) DE DESCARGA DOS CAPACITORES DEPOS DE DESLIGADA A ALTA TENSÃO:

Resistores de sangria comutados por Rêles.

b) EXISTÊNCIA DE GABINETES(S) METÁLICOS ENCERRANDO O TRANSMISSOR, COMO TODAS AS PARTES EXPOSTAS AO CONTATO DOS OPERADORES, INTERLIGADOS E CONECTADAS À MASSA:

Transmissor completamente encerrado em gabinete metálico e todas as partes expostas a contato com os operadores eletricamente interligadas e conectadas à massa.

c) EXISTÊNCIA DE INTERRUPTORES DE SEGURANÇA: sim.



d) POSSIBILIDADE DE SEREM FEITOS, EXTERNAMENTE, OS AJUSTES DOS CIRCUITOS COM TENSÕES SUPERIORES A 350 VOLTS, COM TODAS AS PORTAS OU TAMPAS FECHADAS: sim, quando existirem.



6.8 EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR:

- a) CONTRA SOBRECARGA DE CORRENTE NA FONTE DE TENSÃO: Controle eletrônico nos módulos/fusíveis/disjuntor geral.
- b) CONTRA SOBRETENSÃO NA FONTE DE TENSÃO: Choques de ferrites instalados na alimentação primária do transmissor
- c) CONTRA A FALTA DE VENTILAÇÃO ADEQUADA, NO CASO DE RESFRIAMENTO FORÇADO: Circuito eletrônico de monitoração de temperatura nos módulos, com desligamento automático do transmissor em caso de falta de ventilação.
- d) APLICAÇÃO SEQUENCIAL CORRETA DAS DIFERENTES TENSÕES DE ALIMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS: Circuito eletrônico de controle automático de sequência de energização dos estágios.
- e) CONTRA FALTA DE EXCITAÇÃO CONVENIENTE NO AMPLIFICADOR FINAL DE RF: Circuito eletrônico de monitoração do nível de RF de excitação, com desligamento automático do transmissor, na falta da mesma.

LAUDO DO TRANSMISSOR AUXILIAR:

Motivo: Renovação de Outorga

TRANSMISSOR PRINCIPAL:

Fabricante: ELVITEC IND. ELETR. LTDA

Modelo: 333

Homologação/Certificação: 013882XXX0013

MEDIÇÕES

Potência de saída do transmissor 0,5 kW

Frequência: 1140,0 kHz

- medida: 1140,001 kHz

- variação máxima durante 60 minutos de funcionamento: 1 Hz

POTÊNCIA:

NORMAL: 0,5 kW

% Modulação	25	50	85	>85	25	50	85	>85
Freq. Modulação								
50	0,58	0,59	0,60	0,60	0,71	0,72	0,71	0,74
10	0,57	0,58	0,57	0,58	0,70	0,71	0,73	0,72
400	0,56	0,56	0,56	0,57	0,68	0,61	0,62	0,66
1000	0,55	0,56	0,57	0,56	0,58	0,61	0,62	0,65
5000	0,57	0,58	0,58	0,59	0,60	0,62	0,63	0,65
7500	0,58	0,59	0,58	0,59	0,62	0,65	0,68	0,72

% Modulação	25	50	85	25	50	85
Freq. Modulação						
50	0,06	0,10	0,10	0,10	0,10	0,14
10	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
400	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
1000	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01
5000	-0,54	-0,50	-0,52	-0,48	-0,52	-0,52
7500	-0,56	-0,54	-0,54	-0,58	-0,56	-0,56

REGULAÇÃO DE AMPLITUDE DE PORTADORA: Variação menor que 1%

EMISSIONES HARMÔNICAS E ESPÚRIAS:

POTÊNCIA NORMAL: 81,7 dB

POTÊNCIA REDUZIDA: 80.8 dB

Existência de gabinete metálico encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ligados à massa

Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão: fusíveis, disjuntor geral

e) contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF: proteção para desligamento do equipamento.



INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS PELO VISTORIADOR

Espectro analyser, frequencímetro, multímetro minipa, GPS etrex.

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL

1 - Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo REFERENTE AOS TRANSMISSORES PRINCIPAL E AUXILIAR, obtidas mediante ensaio por mim realizado nos transmissores a que se refere o presente laudo, e atendem a regulamentação em vigor. Portanto, estão aptos para subsidiar a documentação correlata objetivando a renovação de outorga da emissora.

2 - CERTIFICO que o transmissor de onda média a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente e a ele aplicável.

Barretos/SP, 5 de maio de 2016.



PAULO M. TUKIAMA

CREA/SP: 0600659507

CPF: 759.486.058-68

DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Na qualidade de representante legal da RÁDIO BARRETOS LTDA, DECLARO que o Sr. Paulo M. Tukiama esteve no endereço abaixo no dia 5/5/2016 ensaiando os transmissores de onda média.

Barretos/SP, 5/5/2016.

x Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

Diretora

Handwritten signature

Laudo de Vistoria Técnica

Renovação de Outorga

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias e Tropicais 120m

(☒) Ondas Médias

(☐) Ondas Tropicais

1- Identificação

1.1- Nome/Razão Social: **RÁDIO BARRETOS LTDA-ME**

1.2- Indicativo de chamada: **ZYK555**

1-2- Horário de funcionamento: 00:00 / 24:00

2- Localização da estação transmissora

2.1- Endereço: **AV. 39, s/nº, Bairro: Santana**

Cidade: **BARRETOS**

UF: **SP**

CEP: **14781-574**

Telefone:

2.2- Coordenadas Geográficas

Latitude: **20° 32' 33.00"S**

Longitude: **48° 33' 27.00"W**

2.3- Transmissor Principal

2.3.1- Fabricante: **DIGICAST ELETRONICA LTDA**

2.3.2 - Modelo: **AM 3000**

2.3.3- Homologação/Certificação: **1093052299**

2.3.4- Potência de Operação(kW): **2,0**

Potência:

medida(kW) : **1,99**

2.3.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: **1140**

Frequência

medida(kHz): **1140**

2.3.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (± 10 Hz):

2.3.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (± 10 Hz)[OT 120m]:

2.3.7- Cristal e unidade osciladora blindada:

(☒) Sim

(☐) Não

2.3.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:

(☒) Sim

(☐) Não

2.3.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):

(X) Operante (☐) Com defeito (☐) Inoperante

2.3.10- Voltímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):

(X) Operante (☐) Com defeito (☐) Inoperante

2.4- Sistema de Proteção e Segurança

2.4.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts

(☒) Sim

(☐) Não

2.4.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:

(☒) Sim

(☐) Não

2.4.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:

(☒) Sim

(☐) Não

2.4.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:

(☒) Sim

(☐) Não


2.5- Transmissor Auxiliar

2.5.1- Fabricante: **ELVITEC IND ELETR. LTDA**

FVT-RO - OM/OT

2.5.2 - Modelo: 333	
2.5.3- Homologação/Certificação: 013882XXX0013	
2.5.4- Potência de Operação(kW): 0,5 0,49	Potência medida(kW):
2.5.5- Frequência(PBOM/OT)[kHz]: 1140 medida(kHz): 1140,005	Frequência
2.5.5- Tolerância de frequência da portadora – OM (± 10 Hz): 5 Hz	
2.5.6- Tolerância de frequência da portadora – OT (± 10 Hz)[OT 120m]:	
2.5.7- Cristal e unidade osciladora blindada:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.5.8- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.5.9- Amperímetro de placa ou coletor (estágio final de RF):	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.5.10- Voltímetro de placa ou coletor(estágio final de RF):	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.6- Sistema de Proteção e Segurança	
2.6.1- Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 Volts :	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.6.2- Dispositivo de descarga do banco de capacitores:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.6.3- Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde exista tensão maior que 350 Volts:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.6.4- Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.7- Equipamentos Compulsórios:	
2.7.1- Amperímetro na base da Torre:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.2- Amperímetro na entrada de RF no divisor de potência (diretivo)	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.3- Limitador	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.4- Monitor de modulação:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.5- Medidor de fase (em sistemas diretivos):	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.6- Monitor de audição:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Operante <input type="checkbox"/> () Com defeito <input type="checkbox"/> () inoperante
2.7.7- Carga artificial de RF(somente para potências acima de 10 kW)	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não
2.8- Sistema Irradiante	
2.8.1- Onidirecional	
2.8.1.1- Altura(m) :	86,0
2.8.1.2-Cerca de proteção em torno da antena:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Bom estado <input type="checkbox"/> () Mal estado <input type="checkbox"/> () Inexistente
2.8.1.3- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não
2.8.2- Diretivo	
2.8.2.1- – Altura de cada elemento [m] :	
2.8.2.2- Separação entre elementos [m]:	
2.8.2.3- Cerca de proteção em torno da antena:	<input type="checkbox"/> () Bom estado <input type="checkbox"/> () Mal estado <input type="checkbox"/> () Inexistente
2.8.2.4- Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena	<input type="checkbox"/> () Sim <input type="checkbox"/> () Não
3.Estúdios	
3.1- Estúdio Principal:	

FVT-RO - OM/OT

3.1.1- Endereço: RUA JOEL WALDO DEL MORO, 01, BARRETOS/SP	
3.2- Estúdio Auxiliar:	
3.2.1- Endereço: PRAÇA DONA INÁCIA JUNQUEIRA DE TOLEDO, 08, COLINA/SP	
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	82
3º Harmônico	80
Espúrios	45,6
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	81,7
3º Harmônico	80,8
Espúrios	45,2
5. Informações Adicionais	
6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	
Espectro analyser, frequencímetro, multímetro minipa, GPS etrex.	
7. Responsável pela Vistoria Técnica	
Nome: PAULO M. TUKIAMA	
Formação: Engenheiro Eletrônico	
CREA: 600659507/SP	
Local: Barretos/SP	
Data: 05/04/2016	
Assinatura: 	

FVT-RO - OM/OT

Representante legal da Entidade:

Nome: **MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS** - CPF: 057.243.428-63

Assinatura:

M. Guarita S. Monteiro de Barros

FVT-RO - OM/OT



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
92221220160487133

1. Responsável Técnico

PAULO MASSASHICO TUKIAMA

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

RNP: 2614953997

Registro: 0600659507-SP

Empresa Contratada:

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: Rádio Barretos LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15

Endereço: Praça JOEL WALDO DAL MORO

Nº: 01

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Barretos

UF: SP

CEP: 14781-574

Contrato:

Celebrado em: 10/05/2016

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 2.000,00

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Rua TRAIPIU

Nº: 273

Complemento: Dpto. de Engenharia

Bairro: PACAEMBU

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 01238-000

Data de Início: 10/05/2016

Previsão de Término: 10/05/2016

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Laudo

Telecomunicação

Radio

Quantidade

Unidade

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de ensaio de equipamento transmissor para fins de renovação de outorga, de estação de onda média (OM), frequência 1140 kHz na localidade de Barretos/SP.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local

de

data

PAULO MASSASHIGE TUKIAMA - CPF: 759.486.058-68

Rádio Barreto LTDA - CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

8. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel. 0800-17-18-18



Valor ART R\$: 74,37

Registrada em: 10/05/2016

Valor Pago R\$: 74,37

Nosso Número: 92221220160487133

Versão do sistema

Impresso em: 11/05/2016 11:50:30



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
92221220160487001

1. Responsável Técnico

PAULO MASSASHICO TUKIAMA

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

RNP: 2614953997

Registro: 0600659507-SP

Empresa Contratada:

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Barretos LTDA**

CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

Endereço: **Praça JOEL WALDO DAL MORO**

Nº: 01

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Barretos**

UF: **SP**

CEP: **14781-574**

Contrato:

Celebrado em: **10/05/2016**

Vinculada a Art nº:

Valor: **R\$ 2.000,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Endereço: **Rua TRAIPI**

Nº: 273

Complemento: **Dpto. de Engenharia**

Bairro: **PACAEMBU**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: 01235-000

Data de Início: **10/05/2016**

Previsão de Término: **10/05/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Laudo

Telecomunicação

Radio

Quantidade

Unidade

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria para fins de renovação de outorga, de estação de onda média (OM), frequência 1140 kHz na localidade de Barretos/SP.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

data

PAULO MASSASHICO TUKIAMA - CPF: 759.486.068-68

Rádio Barretos LTDA - CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea.sp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea.sp.org.br
tel: 0800-17-19-11



Valor ART R\$ 74,37

Registrada em: 10/05/2016

Valor Pago R\$ 74,37

Nosso Número: 92221220160487001 Versão do sistema

Impresso em: 11/05/2016 11:46:00

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ nº 44.771.137/0001-15

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Referência Protocolo n.º 53000.070825/2013-81

Ofício n.º 6359/2016/SEI-MC

NT n.º 4354/2016/SEI-MC

A **RÁDIO BARRETOS LTDA**, CNPJ nº 44.771.137/0001-15, com endereço na Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1, na localidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14.781-574, vem, por seu representante legal, apresentar as certidões de 2ª instância do sócio Sr. Lucas Sandoval Monteiro de Barros, objetivando a completa instrução do processo e a sequência na aprovação da renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora de Ondas Médias.

Contudo, a Rádio Barretos Ltda, aguarda o deferimento do pedido referente ao período de 01/05/2014 a 01/05/2024.

Nestes termos, pede deferimento.

Barretos, 20 de maio de 2016.



Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP

CPF nº 057.243.428-63



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.2 – Seção de Informações II
Pátio do Colégio, 73, Sobreloja, Sala 09 - Tel.: 3292-4900 - Ramal: 2104

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Leiko Suguimoto da Cruz, Escrevente Técnico
Judiciário da Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que
dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome
de **LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, inscrito(a) no CPF/MF sob
nº. 345.136.238-45, portador(a) do RG nº. 23.566.566-6 SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA**
processo em andamento neste Tribunal. **NADA MAIS** com referência ao pedido. O referido é verdade
e dá fé.-----

São Paulo, aos 18 dias do mês de maio de 2016. -----
Eu, _____ (Leiko Suguimoto da Cruz), Escrevente Técnico Judiciário da Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.-----

Valor Recolhido: R\$ 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.2 – Seção de Informações II
Pátio do Colégio, 73, Sobreloja, Sala 09 - Tel.: 3292-4900 - Ramal: 2104

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Leiko Suguimoto da Cruz, Escrevente Técnico
Judiciário da Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **LUCAS SANDOVAL MONTEIRO
DE BARROS**, portador(a) do RG nº. 23.566.566-6 SSP/SP e inscrito(a) no CPF/MF sob
nº. 345.136.238-45, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **NADA
MAIS** com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-----
São Paulo, aos 18 dias do mês de maio de 2016. -----
Eu, Leiko Suguimoto da Cruz (Leiko Suguimoto da Cruz), Escrevente Técnico Judiciário da Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.-----

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
1140 kHz	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Barretos	OM	3	L	
277	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Barretos	FM	1		
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	M	
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	B	

Usuário: - Data: 11/07/2016 Hora: 16:57:46

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD » Consultas » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Barretos
Frequência: 1140 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO BARRETOS LTDA
Nome Fantasia: RADIO COLINA NATIVA FM
Nº Estação: 7803656

Fistel: 02008007103
CNPJ: 44.771.137/0001-15
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 19/02/2015 10:12:22

Primeiro Licenciamento:

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☒ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/03/1982 Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	12/04/1984 Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	15/12/1994 Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/10/1996 Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	02/03/2009 Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	07/07/2010 Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	21/08/2014 Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: SP

Município: Barretos

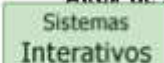
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA	Barretos	22/02/1998	22/02/2008

Usuário: - Data: **11/07/2016** Hora: **16:59:20**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 44.771.137/0001-15

RADIO BARRETOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 11/07/2016

Hora: 17:01:37



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 345.136.238-45

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 11/07/2016

Hora: 17:02:02

[Menu Principal](#)

BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
InterativosSIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 057.243.428-63

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Sócio	73600	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: [altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 11/07/2016

Hora: 17:02:22

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.070825/2013-81		
Entidade: Rádio Barretos Ltda.		
Localidade: Barretos	UF: SP	Serviço: OM
Período(s): 01/05/2014 a 01/05/2024.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			3, 4
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			5, 6
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			1 53900.031800/2016-61 (1138210)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			9
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			13/24
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			25, Evento sei nº (0996159) Fl. 4, 5
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			26
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			27

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			28
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			29
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			30
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			1 53900.031800/2016-61 (1138212)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			1 53900.031800/2016-61 (1138214)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			1/2 53900.031800/2016-61 (1138215)
16- Laudo técnico e laudo de ensaio, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			1/4 53900.031800/2016-61 (1138233); 1/6 53900.031800/2016-61 (1138234) Laudo de Ensaio de Transmissor 1/5 53900.031800/2016-61 (1138235) Laudo de Vistoria Técnica

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES

DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	X		X			1 53900.031800/2016-61 (1138213); 1 53900.031800/2016-61 (1138220)
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros	X		X			1 53900.031800/2016-61 (1138229) (1138230) 1 53900.032602/2016-14 (1146448)
	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	X		X			2 53900.031800/2016-61 (1138213); 1 53900.031800/2016-61 (1138216)

	Lucas Sandoval Monteiro de Barros	X		X		1 53900.031800/2016-61 (1138224); 1 53900.032602/2016-14 (1146448)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X	
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X	
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X		X	
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X		X	
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO		NÃO SE APLICA	FI(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X			
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X			
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros		X			
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros		X			
23- certidões de protestos de títulos ;	Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	X				1 53900.031800/2016-61 (1138217); 1 53900.031800/2016-61 (1138219)
	Lucas Sandoval Monteiro de Barros	X				1 53900.031800/2016-61 (1138226); 1 53900.031800/2016-61 (1138227)

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO ATENDE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
Análise:	
Analista: Judson José Teles Confortin Cargo: Estagiário de Nível Superior - Direito	11/07/2016

NOTA TÉCNICA Nº 16862/2016/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.070825/2013-81

Assunto: **EXIGÊNCIA II.** Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Barretos, estado da São Paulo, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre registrar que os presentes autos foram analisados nos termos da a Nota Técnica nº 4354/2016/SEI-MC (evento SEI nº 0996182) que concluiu pelo envio do Ofício nº 6359/2016/SEI-MC (evento SEI nº 0996244) à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória.

3. Em resposta, por meio de requerimentos protocolados sob os nrs. 53900.031800/2016-61 e 53900.032602/2016-14, pôde ser constatado que a Interessada não atendeu integralmente as exigências formuladas. Portanto, para o prosseguimento do pleito, reitera-se que é necessário que a Interessada apresente a documentação a seguir:

RELATIVOS À SRA. MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS E AO SR. LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS:

3.1. certidão de distribuição cível e criminal da Justiça Federal (de 1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados**);

3.2. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de

recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 11/07/2016, às 21:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1230159** e o código CRC **83597798**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 25104/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO BARRETOS LTDA.
Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Bairro Centro
14781-574, Barretos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.070825/2013-81**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 16862/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 11/07/2016, às 21:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1230307** e o código CRC **E6371DEF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25104/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.070825/2013-81 - Nº SEI: 1230307

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

CERTIDÃO

Processo n. 53000.070825/2013-81

1. Certifico e dou fé que a sócia Sra. Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros está extrapolando os limites estabelecidos pelo art. 14, §3º do Decreto nº 52.795, de 31.10.1963. Ademais, ressalto, que esse excesso está sendo tratado nos autos do Processo Administrativo *Ex Officio* de nº 53900.041427/2016-56.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 11/07/2016, às 21:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1230311** e o código CRC **CE8DFA2B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

12/07/2016 08:38:45

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
fabiofonseca@hotmail.com.br
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1230307.html
Nota_Tecnica_1230159.html

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ nº 44.771.137/0001-15

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Referência Protocolo n.º 53000.070825/2013-81

Ofício n.º 25104/2016/SEI-MCTIC

NT n.º 16862/2016/SEI-MCTIC

A **RÁDIO BARRETOS LTDA**, CNPJ nº 44.771.137/0001-15, com endereço na Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1, na localidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14.781-574, vem, por seu representante legal, apresentar as certidões solicitadas no Ofício em epígrafe, objetivando a completa instrução do processo e a sequência na aprovação da renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora de Ondas Médias.

Contudo, a Rádio Barretos Ltda, aguarda o deferimento do pedido referente ao período de 01/05/2014 a 01/05/2024.

Nestes termos, pede deferimento.

Barretos, 20 de julho de 2016.



Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

RG nº 7.319.785-SSP/SP

CPF nº 057.243.428-63



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

Inscrição: **311255490132** Zona: 21 Seção: 150

Município: 62090 - BARRETOS UF: SP

Data de Nascimento: 05/03/1987 Domiciliado desde: 25/07/2003

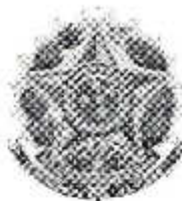
Filiação: **MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**
LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS

Certidão emitida às 16:37 de 15/07/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

PX02.XDJ8.ØMRK.AJ7X

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**
Inscrição: **012732140116** Zona: 21 Seção: 18
Município: 62090 - BARRETOS UF: SP
Data de Nascimento: 25/01/1960 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: LAURA ROSARIA GUARITA SANDOVAL
IRLANDINO NETTO SANDOVAL

Certidão emitida às 10:47 de 19/07/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **QZCA.K5HU.XC5G.5N66**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**

Inscrição: **311255490132**

Zona: 21

Seção: 150

Município: 62090 - BARRETOS

UF: SP

Data de Nascimento: 05/03/1987

Domiciliado desde: 25/07/2003

Filiação: **MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**

LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS

Certidão emitida às 10:51 de 19/07/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZACJ.T6PS.RYXK.FM5B**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**

Inscrição: **012732140116** Zona: 21 Seção: 18

Município: 62090 - BARRETOS UF: SP

Data de Nascimento: 25/01/1960 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: LAURA ROSARIA GUARITA SANDOVAL
IRLANDINO NETTO SANDOVAL

Certidão emitida às 10:32 de 18/07/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

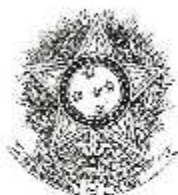
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

TBDJ.85B4.OOYP.ZEØE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20160001520761

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, ou vinculado ao **CPF de número 345.136.238-45,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jf3sp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: **PJCQTWHz7J5S B6LDFB hJCTWWN26F7QA3W**
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 13 de julho de 2016 às 13h18min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20160001520820

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, ou vinculado ao **CPF de número 057.243.428-63**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTWhZ8F4W4KFABF B4ICBFU614WhTDB
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 13 de julho de 2016 às 13h22min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2016.0000344981

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **345.136.238-45**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 19 (dezenove) dias do mês de julho de 2016, às 10:31.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **5446526b 288e6116 6bc58d01 68fa3890 d5a6e496**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**Nº 2016.0000345027**

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **MARCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **057.243.428-63**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 19 (dezenove) dias do mês de julho de 2016, às 10:35.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **3feef6ae 9ac4cf8e fc1dfa55 c391107d a361f5e2**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL DO DENTEL EM SÃO PAULO




PORTARIA Nº 3555 (10) de 19 JUL 1976

O DIRETOR REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 20.268/73,

RESOLVE:

Aprovar, nos termos do artigo 97 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, os atos legais praticados pela S/A Rádio Barretos, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito local, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, cujo prazo de outorga foi renovado através da Portaria MC nº 1.196, de 18/12/75, publicada no Diário Oficial da União de 26/12/75, em decorrência da autorização constante da Portaria MC nº 147, de 07/02/73, publicada no Diário Oficial da União de 13/03/73, e da Portaria MC nº 1.197 de 18/12/75, publicada no Diário Oficial da União de 26/12/75.


AUGUSTO PEREIRA

DIRETOR REGIONAL DO DENTEL
EM SÃO PAULO

BRN/m1

Decreto nº 89.547, de 11 de abril de 1984

Renova por 10 (dez) anos, as concessões outorgadas às entidades mencionadas, para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
no exercício do cargo de **Presidente da República**,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina
do com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos
do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo
em vista o que consta dos Processos MC nºs 29.100.000086/84, 174.091/83,
122.903/83, 123.296/83, 123.211/83, 122.875/83, 122.904/83, 123.258/83,
122.876/83 e 122.879/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº
4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de
26 de janeiro de 1983, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º
de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas
neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para
explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora
em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 492, de 31 de maio de 1948.
Entidade: RÁDIO CLUBE DE BIRIGUI LTDA.
Cidade: Birigui
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de
1940.
Entidade: RÁDIO BARRETOS LTDA.
Cidade: Barretos
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 357-B, de 28 de novembro
de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CACIQUE.
Cidade: Lagoa Vermelha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 358-B, de 28 de novembro
de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CRISTAL.
Cidade: Soledade
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 396, de 22 de agosto de 1960.
Entidade: FUNDAÇÃO ISAEC DE COMUNICAÇÃO.
Cidade: Esteio
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 113, de 28 de janeiro de 1955.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Farroupilha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 401, de 26 de abril de 1955.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA GARIBALDI LTDA.
Cidade: Garibaldi
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 06, de 08 de janeiro de 1960.
Entidade: RÁDIO REAL LTDA.
Cidade: Canoas
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 187, de 11 de abril de 1957.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Torres
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 818, de 29 de outubro de 1957.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA CAXIENSE LTDA.
Cidade: Caxias do Sul
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 83.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de maio de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 11 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.





DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

Renova a concessão da Rádio Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de Janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50830.001349/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Barretos Ltda. cuja outorga primitiva foi concedida à S/A Rádio Barretos pela Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho 1940, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, alterado pelo Decreto de 14 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 1994; 173ª da Independência e 106ª da República.

INOCÊNCIO DE OLIVEIRA
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 1996**

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Difusora "A Voz de Bagé" Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Sociedade Difusora "A Voz de Bagé" Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1996

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 1996**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 5 de setembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 24 de outubro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1996

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 1996**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Gaúcha S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992, a concessão outorgada à Televisão Gaúcha S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1996

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 1996**

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1996

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.525, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996.

Altera a redação dos arts. 14, 18, 34 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, e do art. 35 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei.

Art. 1º Os arts. 14, 18, 34 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

§ 3º Executa-se do disposto no caput deste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original."

"Art. 18. As transferências de recursos da União, consignadas na lei orçamentária anual para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica e as repartições de receitas tributárias e as destinadas a atender a estado de calamidade pública legalmente reconhecido mediante ato ministerial, e dependerão da unidade beneficiada comprovar, no ato da assinatura do instrumento original que:

"Art. 34.

VIII - a entrega de recursos às Unidades Federadas e seus Municípios, na forma e condições detalhadas no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

IX - o Programa de Desligamento Voluntário - PDV de servidores civis do Poder Executivo.

"Art. 49.

§ 4º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais,
- II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social,
- III - pagamento do serviço da dívida,



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO

1

Ano CXLVI Nº 40

Brasília - DF, segunda-feira, 2 de março de 2009

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Ministério da Ciência e Tecnologia	13
Ministério da Cultura	13
Ministério da Defesa	16
Ministério da Educação	18
Ministério da Fazenda	21
Ministério da Justiça	52
Ministério da Previdência Social	58
Ministério da Saúde	59
Ministério das Cidades	64
Ministério das Comunicações	64
Ministério de Minas e Energia	67
Ministério do Desenvolvimento Agrário	74
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	74
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	93
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	94
Ministério do Trabalho e Emprego	94
Ministério dos Transportes	98
Ministério Público da União	98
Tribunal de Contas da União	99
Poder Judiciário	100
Entidades de Frenização do Exercício das Profissões Liberais	101

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Agreste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53780.000.146/1997 e 53000.005.296/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de maio de 2008, a concessão outorgada à Rádio Agreste Ltda., pelo

Decreto nº 95.963, de 25 de abril de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centaurus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Piratuba, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo nº 53720.000.490/2004, e 53000.005.296/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centaurus Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Piratuba, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015.024/2003-81,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 17 de outubro de 2003, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, outorgada à Televisão Atalaia Ltda. pelo Decreto nº 72.613, de 14 de agosto de 1973, e renovada pelo Decreto nº 96.888, de 30 de setembro de 1988.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035.227/2004-74,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., por meio da Portaria MIVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, renovada pelo Decreto nº 14, de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1994, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 31 de outubro de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Transfere para a Fundação Monsenhor Victor Battistella a concessão outorgada à Rádio Luz e Alegria Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Friburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distribuição Federal	Distribuição Estaduais
de 04 a 20	R\$ 0,30	R\$ 1,40
de 22 a 70	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 150	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 264 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Atorno de 500 páginas o preço da tabela mais o adicional de páginas multiplicado por R\$ 0,0107.



DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPERTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE CAMBUQUILA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Despertar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Cambuquira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 902, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unicrê, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 916, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro da Aparecida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unicrê, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à MEAC - MOVIMENTO ESPORTIVO AMADOR COQUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Meirim, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.231, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Meirim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO COMUNICAÇÃO LMW LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda-ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2010

Aprova o ato que outorga a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 12 de junho de 2009, que outorga por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Aracatuba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2010

Aprova o ato que outorga a concessão outorgada à RÁDIO BARRETOS LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 27 de fevereiro de 2009, que outorga por 10 (dez) anos, a partir de 4º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APIACÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: SP

Município: Barretos

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA	Barretos	22/02/1998	22/02/2008

Usuário: - Data: **02/08/2016** Hora: **17:20:27**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
1140 kHz	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Barretos	OM	3	L	
277	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Barretos	FM	1		
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	M	
286	RADIO BARRETOS LTDA	SP	Colina	FM	3	B	

Usuário: - Data: 02/08/2016 Hora: 17:56:48

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD » Consultas » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Barretos
Frequência: 1140 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO BARRETOS LTDA
Nome Fantasia: RADIO COLINA NATIVA FM
Nº Estação: 7803656

Fistel: 02008007103**CNPJ:** 44.771.137/0001-15**Situação:** Entidade não possui débitos**Último**
Licenciamento: 19/02/2015 10:12:22**Primeiro**
Licenciamento:☒ **Dados do Plano Básico**☒ **Dados da Outorga**☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

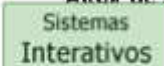
Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="30/03/1982"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="12/04/1984"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="15/12/1994"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text" value="DMC"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text" value="DMC"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text" value="DMC"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="31/10/1996"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="02/03/2009"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="07/07/2010"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="21/08/2014"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	<input type="text" value="Jur."/>

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento**[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



BOA NOITE

Altair de Santana Pereira



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 44.771.137/0001-15

RADIO BARRETOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 02/08/2016

Hora: 18:00:50



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 345.136.238-45

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	28800	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos



BOA NOITE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 057.243.428-63

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIA GUARITA S. MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	55.014.666/0001-90	Sócio	73600	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	331200	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Barretos

Usuário: altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 02/08/2016

Hora: 18:01:22



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.
34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.
35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.
36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].
41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL Nº XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.771.137/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/08/1966
NOME EMPRESARIAL RADIO BARRETOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO BARRETOS			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC JOEL WALDO DAL MORO	NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 2	
CEP 14.781-574	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (17) 3322-4488	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/04/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/06/2018** às **16:39:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO BARRETOS LTDA.

CNPJ : 44.771.137/0001-15.

ENDEREÇO : Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 01 – Conjunto 02 – Bairro Centro – Barretos / SP.

CEP : 14.781-574.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA SEI-MCTIC	
		Nº	DATA
MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS 057.243.428-63	ADMINISTRADORA	1927	30/ 01/ 2018

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 01250.031353/2017-29			

SECIR/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO BARRETOS LTDA.
CNPJ : 44.771.137/0001-15.

QUADRO SOCIETÁRIO

10ª Alteração Contratual, de 30 de novembro de 2015. Registrado na JUCESP sob nº 490.534/15-6, em 04/ 12/ 2015.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS 057.243.428-63	280.800			280.800,00
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS 345.136.238-45	79.200			79.200,00
TOTAL	360.000			360.000,00
Processo nº 01250.031353/2017-29				

SECIR/nsa.

Decreto nº 89.547, de 11 de abril de 1984

Renova por 10 (dez) anos, as concessões outorgadas às entidades mencionadas, para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
no exercício do cargo de Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina
do com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos
do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo
em vista o que consta dos Processos MC nºs 29.100.000086/84, 174.091/83,
122.903/83, 123.296/83, 123.211/83, 122.875/83, 122.904/83, 123.258/83,
122.876/83 e 122.879/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 492, de 31 de maio de 1948.
Entidade: RÁDIO CLUBE DE BIRIGUI LTDA.
Cidade: Birigui
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940.
Entidade: RÁDIO BARRETOS LTDA.
Cidade: Barretos
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 357-B, de 28 de novembro de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CACIQUE.
Cidade: Lagoa Vermelha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 358-B, de 28 de novembro de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CRISTAL.
Cidade: Soledade
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 396, de 22 de agosto de 1960.
Entidade: FUNDAÇÃO ISAEC DE COMUNICAÇÃO.
Cidade: Esteio
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 113, de 28 de janeiro de 1955.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Farroupilha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 401, de 26 de abril de 1955.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA GARIBALDI LTDA.
Cidade: Garibaldi
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 06, de 08 de janeiro de 1960.
Entidade: RÁDIO REAL LTDA.
Cidade: Canoas
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 187, de 11 de abril de 1957.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Torres
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 818, de 29 de outubro de 1957.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA CAXIENSE LTDA.
Cidade: Caxias do Sul
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 83.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de maio de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 11 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.






Portaria n.º 251 . de 14 de dezembro de 1989

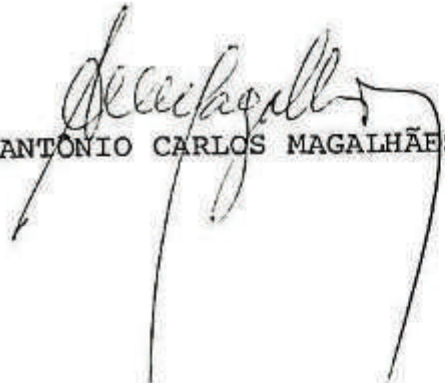
O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006868/88, (Edital nº 283/88), resolve:

I - Outorgar permissão à RÁDIO BARRETOS LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Colina, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

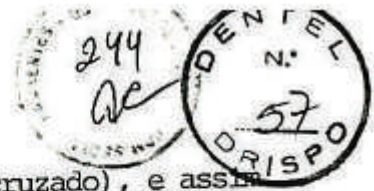
SENADO FEDERAL
P.D.S. 1.º Legislativa
16/12/89

RÁDIO BARRETOS LTDA
CGC(MF) 44.771.137/0001-15
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



Por este instrumento particular de quarta alteração contratual, Luiz Antonio Monteiro de Barros, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 39, nº 170, bairro Primavera, portador da cédula de identidade RG nº 11.244.395-SSP/SP e CPF(MF) 045.597.248-65, e Marcia Guaritã Sandoval Monteiro de Barros, casada, psicóloga, residente e domiciliada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 39, RG 7.319.785-SSP/SP e CPF (MF) 057.243.428-63, únicos sócios proprietários da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de RÁDIO BARRETOS LTDA., estabelecida na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 17, nº 560, inscrita no cadastro geral dos contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 44.771.137/0001-15, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 988.386/78, em 30 de março de 1978, e última alteração sob o nº 222.365, em 28 de maio de 1986, resolvem alterar o contrato social e o fazem pela forma seguinte:

- A - Tendo em vista que os valores do capital social constantes na última alteração contratual estão expressos em cruzeiros, e em virtude da criação do Decreto-Lei nº 2283, de 27 de fevereiro de 1986, que dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, as importâncias serão convertidas em cruzados.
- B - Alterar o valor unitário das quotas de capital, passando a ser de Cz\$ 1,00 (hum cruzado).
- C - Aumentar o capital social em mais Cz\$ 2.989.964,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil e novecentos e sessenta e quatro cruzados), passando a ser de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados).
- D - O aumento de capital, ora acordado, é representado por parte do saldo da conta 'Reserva de Lucros no valor de Cz\$ 330.466,95 (trezentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzados e noventa e cinco centavos); pelo saldo da conta Reservas de Capital no valor de Cz\$ 749.151,74 (setecentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta e um cruzados e setenta e quatro centavos); e pelo saldo da conta Reserva Especial de Capital no valor de Cz\$ 1.910.345,31 (hum milhão, novecentos e dez mil, trezentos e quarenta e cinco cruzados e trinta e um centavos). Este aumento é realizado integralmente com a participação dos sócios na proporção de suas quotas.
- E - Em virtude das alterações acima fica alterada a cláusula VI do contrato social, que passará a ter a seguinte redação:
- CLÁUSULA VI - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é da importância de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), dividido em 3.000.000'



(três milhões) de quotas, no valor unitário de Cz\$ 1,00 (hum cruzado), e assim distribuídas entre os sócios: Luiz Antonio Monteiro de Barros, possuidor de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) quotas no valor total de Cz\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados); e Márcia Guaritã Sandoval Monteiro de Barros, possuidora de outras 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) quotas no valor total de Cz\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados).

F - Alterar o endereço da sociedade que era na avenida 17, nº 560, para a Praça Joel Waldo, nº 1, Centro, Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, dando nova redação à cláusula II do contrato social, que passará a ser a seguinte:

CLÁUSULA II - A sociedade tem a sede de sua administração e local de estúdios na Praça Joel Waldo, nº 1, Centro, Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, podendo abrir sucursais, filiais e agências em todo o país, sempre que assim lhe convier e permitirem os poderes públicos.

G - Incluir na cláusula XI do contrato social o § único contendo a seguinte redação:

" § único - Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações."

H - Permanecem inalteradas, e em pleno vigor, todas as demais cláusulas do contrato social não alteradas pelas disposições deste instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, para um só efeito, perante as 2 (duas) testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Barretos, 28 de novembro de 1988

LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS

MÁRCIA GUARITÃ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

Testemunhas:

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. nº 119, de 1988
de 24/9/88

RÁDIO BARRETOS LTDA.
CGC.44.771.137/0001-15 :
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

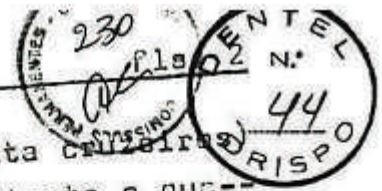


Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à rua Icoarama, nº 120, na cidade e Capital de São Paulo, e, ROZA BRAGA SAMPAIO, brasileira, do lar, casada, também residente e domiciliada no endereço supra, únicos proprietários e sócios da sociedade que gira sob a denominação social de RÁDIO BARRETOS LTDA., estabelecida nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 17, nº 560, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 44.771.137/0001-15 com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 988.386/70 em sessão de 30.03.70 e última alteração sob nº 135.855/85 em sessão de 08.10.85, resolvem alterar o seu contrato social, como a seguir é indicado:

A - Retira-se da sociedade o sócio ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO, que cede e transfere, como de fato codidas e transferidas ficam por este instrumento e pelo mesmo valor de R\$ 6.673.940 (seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta cruzeiros) todas as suas 6.916 (seis mil, novecentos e dezesseis) cotas de R\$ 965 (novecentos e sessenta e cinco) cruzeiros cada uma, que possui na sociedade, bem como seus direitos e obrigações, aos seguintes: 5.200 (cinco mil e duzentas) cotas no valor total de R\$ 5.010.000 (cinco milhões e dezoito mil cruzeiros) a LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 41, nº 0536, portador da Cédula de Identidade RG 11.244.395 e do CPF 045.597.248-65; e 1.716 (um mil setecentos e dezesseis) cotas, no valor de total R\$ 1.655.940 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta cruzeiros) a MARCIA GUARITÁ SANDEVAL MONTEIRO DE BARROS, brasileira, casada, psicóloga, residente e domiciliada nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 41, nº 0536, portadora da Cédula de Identidade RG 7.319.785 e do CPF 057.243.428-63.

B - Retira-se da sociedade a sócia ROZA BRAGA SAMPAIO, que cede e transfere, como de fato codidas e transferidas ficam por

Rádio Barretos Ltda.



hoões, trezentos e sessenta e dois mil, e sessenta e quatro
todas as suas 3.484 (três mil quatrocentos e oitenta e qua-
tro) cotas de R\$ 965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros)
cada uma, que possui na sociedade, bem como seus direitos e
obrigações, para MARCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS,
brasileira, casada, psicóloga, residente e domiciliada nesta
cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à avenida 41, número
0536, portadora da Cédula de Identidade RG 7.319.785 e do CPF
057.243.420-63.

Os sócios retirantes declararam que receberam neste ato as re-
feridas importâncias, contadas e achadas certas, dando aos
Srs. Luiz Antonio Monteiro de Barros e Marcia Guaritá Sando-
val Monteiro de Barros, por si, seus herdeiros e sucessores,
a mais plena, raza e irrevogável quitação dos valores pagos e
satisfeitos de todos os haveres relacionados com as cotas
e cotas ora efetuadas, para mais nada reclamarem no
que diga respeito à Sociedade, da qual se retiraram e aos só-
cios, seja a que título for, em juízo ou fóra dele.

C - Alterar a Cláusula VI do Contrato social que passará a ter a
seguinte redação:

CLÁUSULA VI - O capital social, totalmente subscrito e inte-
gralizado, é da importância de R\$ 10.036.000 (dez milhões e
trinta e seis mil cruzeiros), dividido em 10.400 (dez mil e
quatrocentas) cotas de R\$ 965 (novecentos e sessenta e cinco
cruzeiros) cada uma, e assim distribuídas entre os sócios: LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, 5.200 (cinco mil e duzentas)
cotas, no valor total de R\$ 5.018.000 (cinco milhões e dezoito
mil cruzeiros); MARCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, 5.200 (cinco mil e duzentas) cotas, no valor total de R\$
5.018.000 (cinco milhões e dezoito mil cruzeiros).

D - Alterar a Cláusula XIV do contrato social que passará a ter a
seguinte redação:

CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada e representada
judicial e extra judicialmente em conjunto ou isoladamente
pelos sócios, a eles cabendo, quando da representação legal,
as atribuições e os poderes que a Lei confere aos diretores
de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a fim de
garantir o funcionamento da sociedade, podendo, para tanto,
praticar todos os atos que se tornem necessários.

E - Alterar a Cláusula XV do contrato social que passará a ter a
seguinte redação:

Art. 1º - Investidos nos cargos os seguintes sócios:



diretor superintendente e comercial Luiz Antonio Monteiro de Barros; o diretor financeiro Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, oximidos de prestarem caução.

- F - Alterar a Cláusula XVI do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XVI - Os sócios poderão, em conjunto ou isoladamente, em nome da sociedade, nomearem procuradores para a prática da gerência, gestão administrativa ou orientação intelectual, e solicitar, para a designação, prévia autorização do Ministério das Comunicações, quando será apresentada a prova de nacionalidade e de idoneidade moral do procurador pelo competente atestado.

- G - Alterar a Cláusula XVII do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XVII - É expressamente vedado aos sócios e procuradores, utilizarem-se da denominação social em negócios, ou documentos, de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como avalizar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros.

- H - Alterar a Cláusula XVIII do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

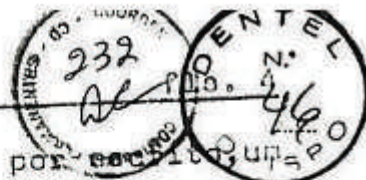
CLÁUSULA XVIII - Serão sempre assinados em conjunto ou isoladamente pelos sócios quaisquer contratos ou documentos que inflingem em responsabilidade social, de qualquer natureza, incluindo os atos de representação da Sociedade em Juízo, ou fora dele, ou constituição de mandatários, excetuados aqueles relativos à venda ou oneração de bens imóveis que deverão ser assinados, necessariamente, por ambos os sócios que representam a totalidade do capital social.

- I - Alterar a Cláusula XIX do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XIX - A título de pró-labore, os sócios poderão retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os mesmos, a qual será levada a débito da conta Despesas Gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

- J - Alterar a Cláusula XXII do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XXII - Os sócios só poderão ceder parte ou totalidade de suas cotas a terceiros, mediante o consentimento do outro sócio, a qual terá preferência absoluta para a respectiva



deverá conceder ao outro sócio, por ocasião o por escrito, um prazo para resposta nunca inferior a 60 (sessenta) dias. Decorrido este prazo sem que haja a manifestação da vontade, o por escrito, de aquisição, as cotas poderão ser transferidas sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

K - Alterar a Cláusula XXIV do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XXIV - Na hipótese de o herdeiro, ou sucessor, seja por ter seu nome desaprovado pelos Poderes Públicos ou por qualquer outra razão não possa ingressar na sociedade, as cotas que lhe cabem devem ser oferecidas ao sócio supérstite nos termos das Cláusulas XX ou XXII.

L - Alterar a Cláusula XXVI do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XXVI - As decisões que impliquem em alteração do Contrato Social resultam de iniciativa dos sócios, representando a totalidade do capital social, e somente terão efeitos após a autorização dos órgãos competentes do Governo Federal.

M - Alterar a Cláusula XXIX do contrato social que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA XXIX - O instrumento de alteração do contrato social será assinado, necessariamente, pelos sócios, para fins de arquivamento no órgão competente.

N - Ficam excluídos do contrato social as seguintes cláusulas:

Cláusula XXVII;

Cláusula XXVIII;

Cláusula XXX;

Cláusula XXXI;

Cláusula XXXII e parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, e 7º;

Cláusula XXXIII;

Cláusula XXXV;

Cláusula XXXVIII.

O - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do contrato social, que não colidiram com as disposições do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.



Barretos, 03 de Janeiro de 1986

Alfredo Tristão Sampaio

Roza Braga Sampaio

Luiz Antonio Monteiro de Barros

Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

TESTEMUNHAS

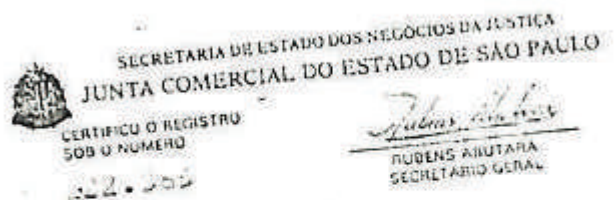
Jose Pedro Domingues Netto

Luiz Carlos Fabrini

Sócios-retirantes

Alfredo Tristão Sampaio

Roza Braga Sampaio



RECONHEÇO: as firmas retro de Alfredo Tristão Sampaio, Roza Braga Sampaio, Luiz Antonio Monteiro de Barros, Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros; das testemunhas Jose Pedro Domingues Netto e Luiz Carlos Fabrini; e dos sócios retirantes Alfredo Tristão Sampaio e Roza Braga Sampaio. Todo o referido é verdade e dou fé. Dada e passada neste cartório do Primeiro Ofício, cidade e comarca de Barretos, Estado de São Paulo, aos três dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis (1986).

1.º CARTÓRIO DE NOTAS

Rua 20 n.º 920 - Barretos - S.P.

Oscar de Deus Silva
ESCRIVÃO

Sidney José Camargo

"EM TESTE" "DA VERDADE"

RECONHECER NO 0.º
CARTÓRIO DE NOTAS

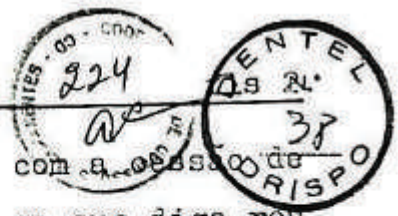
EMOLUMENTOS DO
ESTADO E T.A.S.J.

RÁDIO BARRETOS LTDA.
CGC.44.771.137/0001-15
SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Cópia autêntica

Os infra-assinados; 1)-ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO, brasileiro, casado, contador, RG.3.271.537-SP, CICMF. número - 001.207.158-72, residente e domiciliado à rua Icoarana nº 120 - na cidade de São Paulo, Capital; 2) ROZA BRAGA SAMPAIO, brasileira, casada, professora, RG.1.452.197-SP., CICMF -casal, número 001.207.158-72, também residente e domiciliada à rua Icoarana nº 120, na cidade de São Paulo, Capital; 3)-PAULO ALBINO DE FREITAS, brasileiro, casado, radialista, RG. 6.829.067-SP, CPF. 320.565.088-34, residente e domiciliado na cidade de Barretos - Estado de São Paulo, à Avenida 35 nº 859, representando a maioria absoluta do capital social (95,69%) da sociedade denominada RÁDIO BARRETOS LTDA., com sede na cidade de Barretos, deste Estado, à Avenida 17 nº 560, com seu ato constitutivo arquivado - na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 988.386/78, em 30 de março de 1978 e sua posterior PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, também arquivada na mesma JUCESP sob nº 88.004/83, de 19/08/83, RESOLVEM por este instrumento particular, alterar o pacto que a instituiu de conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta data, retira-se da Sociedade o sócio PAULO ALBINO DE FREITAS, que cede e transfere, como de fato cedidas e transferidas ficam por este instrumento e pelo mesmo valor de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros) todas as suas 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma, que possui na sociedade, bem como seus direitos e obrigações, para o sócio ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO. O sócio retirante declara que recebe neste ato a referida importância, contada e achada certa, dando ao Sr. Alfredo Tristão Sampaio, por si, seus herdeiros e sucessores, a mais plena, raza e irrevogável quitação do valor pago e satisfeito



satisfeito de todos os haveres relacionados com a cessação de cotas óra efetuada, para nada mais reclamar no que diga respeito à Sociedade, da qual se retira e aos sócios, seja a - que título for, em juízo ou fóra dele.

CLÁUSULA SEGUNDA:- Por infringência das Cláusulas XXIII, XXXII e XXXIII do Contrato Social, exigidas e reiteradas pelo PODER CONCEDENTE, conforme notificação nos termos do Ofício Nº 1.732-SPO4J de 24 de dezembro de 1984 - do DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, infringência - caracterizada pelo total e absoluto desinteresse demonstrado pelos assuntos da sociedade, colocando-a em situação irregular perante aquele DEPARTAMENTO, seja pelas infundáveis ausências ou por se acharem em lugar incerto e não sabido, não se fazendo representar à qualquer convocação, por si, representantes credenciados, herdeiros ou sucessores; em suma, não atendendo habitualmente à qualquer convocação da sociedade, nem mesmo quando exigida para cumprimento de preceitos legais a que está sujeita, conforme se comprova através das Atas de reuniões realizadas nos dias 27, 28 e 29 de março de 1985, convocadas previamente com publicações no - jornal "O DIÁRIO" de Barretos e no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos dias 9, 10 e 12 de março, e 16, 19 e 20 de março de 1985, respectivamente, ficam excluídos da sociedade de acordo com a CLÁUSULA XXXI, por infringirem a CLÁUSULA XXXII - Artigos 3º e 6º, do Contrato Social, os seguintes sócios:

- Alcino Braga	110 cotas	Cr\$ 106.150
- Antenor Duarte Vilela	104 "	Cr\$ 100.360
- Albertina de Andrade Franco	26 "	Cr\$ 25.090
- Argemiro Ribeiro de Oliveira	26 "	Cr\$ 25.090
- Antônio Candido de Paula	26 "	Cr\$ 25.090
- Celso Salustiano da Silva	26 "	Cr\$ 25.090
- José Carvalho Diniz	26 "	Cr\$ 25.090
Para transporte.	344	Cr\$ 331.960

Handwritten signatures and initials.



De transporte.	344 cotas	Cr\$ 331.90
- José Francisco Ramos	26 "	Cr\$ 25.090
- José Amendola Netto	26 "	Cr\$ 25.090
- Nemércio Vilela Lemos	26 "	Cr\$ 25.090
- Saulo Junqueira Franco	26 "	Cr\$ 25.090
Soma.	448 cotas	Cr\$ 432.320

CLÁUSULA TERCEIRA:- As 448 (quatrocentas e quarenta e oito) cotas de Cr\$965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma e no valor total de Cr\$432.320 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e vinte cruzeiros) dos sócios excluídos, serão distribuídas proporcionalmente e pelos mesmos valores aos sócios remanescentes, bem como - seus direitos e obrigações, da seguinte forma :

- Ao sócio ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO ficam transferidas - 286 (duzentas e oitenta e seis) cotas de Cr\$965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma, a saber :

-de ALCINO BRAGA: 110 (cento e dez) cotas, num total de Cr\$106.150 (cento e seis mil, cento e cinquenta cruzeiros);

-de ANTENOR DUARTE VILELA, 104 (cento e quatro) cotas, no valor total de Cr\$100.360 (cem mil, trezentos e sessenta cruzeiros);

-de ALBERTINA DE ANDRADE FRANCO, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$ 25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);

-de ANTONIO CANDIDO DE PAULA, 26 (vinte e seis) cotas, no total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);

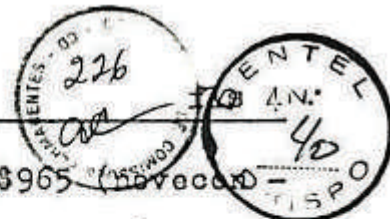
-de JOSÉ CARVALHO DINIZ, 20 (vinte) cotas, num total de Cr\$19.300 (dezenove mil e trezentos cruzeiros).

- à sócia ROZA BRAGA SAMPAIO, ficam transferidas 162 (cen

CS

RBL

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.D.S. n.º 125, 90
Fls. 125 90



162 (cento e sessenta e duas) cotas de Cr\$965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma, a saber:

- de ARGEMIRO RIBEIRO DE OLIVEIRA, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);
- de JOSÉ CARVALHO DINIZ, 06 (seis) cotas, num total de Cr\$5.970 (cinco mil, novecentos e setenta cruzeiros);
- de NEMÉRCIO VILELA LEMOS, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);
- de SAULO JUNQUEIRA FRANCO, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);
- de JOSÉ FRANCISCO RAMOS, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);
- de CELSO SALUSTIANO DA SILVA, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros);
- de JOSÉ AMENDOLA NETTO, 26 (vinte e seis) cotas, num total de Cr\$25.090 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros).

Total de cotas transferidas: 448 no valor de Cr\$432.320 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e vinte mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA:- Não tendo os sócios excluídos comparecido às reuniões convocadas, ou encontrando-se em lugar incerto e não sabido, a sociedade vê-se impossibilitada por absoluta falta de elementos cadastrais (RG, CPF, etc), de proceder o depósito bancário dos valores das suas cotas de conformidade com a CLÁUSULA XXXIII do Contrato Social, mas, desde já, coloca as importâncias à disposição dos mesmos na tesouraria da empresa, extensiva à procuradores, ou a herdeiros, em aparecendo. A forma de pagamento obedecerá o

obedecerá o que preceitua a CLÁUSULA XXV do Contrato Social, incluindo eventuais créditos de dividendos apurados e créditos dos com base no Balanço realizado em 31 de dezembro de 1984, cujo levantamento demonstrativo encontra-se assinado pelo Sócio-gerente e o Coontador da empresa.

CLÁUSULA QUINTA:- Em decorrência da presente alteração, fica modificada a CLÁUSULA VI do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA VI:- O capital social, totalmente -
"subscrito e integralizado, ó da importância
"de Cr\$10.036.000 (dez milhões e trinta e seis
"mil cruzeiros), dividido em 10.400 (dez mil
"e quatrocentas) cotas de Cr\$965(novecentos e
"sessenta e cinco cruzeiros) cada uma, e assim
"distribuidas entre os sócios:- ALFREDO TRIS-
"TÃO SAMPAIO, 6.916 (seis mil, novecentas e
"dezesesseis) cotas, no valor total de Cr\$ - -
"Cr\$6.673.940 (seis milhões, seiscentos e se-
"tenta e três mil, novecentos e quarenta cru-
"zeiros); ROZA BRAGA SAMPAIO, 3.484 (três mil
"quatrocentas e oitenta e quatro) cotas, no va-
"lor total de Cr\$3.362.060 (três milhões, tre-
"zentos e sessenta e dois mil e sessenta cru-
"zeiros".

CLÁUSULA SEXTA:- Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vi-
gentes que não colidirem com as disposições do
presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, la-
vram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presen-
te instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigan-
do-se a cumprí-lo em todos os seus termos.

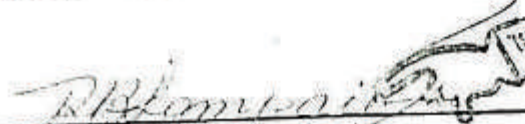
SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.D.S. n.º 124
Fls. 722


Rádio Barretos Ltda. 2a. Alteração Contratual



Barretos, 09 de setembro de 1985.



Alfredo Tristão Sampaio


Roza Braga Sampaio


Paulo Albino de Freitas

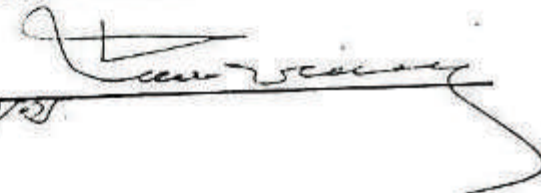
TESTEMUNHAS


Valdomiro Carecho


Cícero Braga Sampaio

Sócio-retirante:

Paulo Albino de Freitas



TESTAMENTO DE NEG. CIVIL DO
REPOZICIONADO-Rep. Cardozo do
Almeida, 163, conj. 1
Of. de Reg. e Cart. P. de Andrade
P. de Reg. e Cart. P. de Andrade
Reconhecimento de assinatura
aqui firmada de: Alfredo
Tristão Sampaio
Roza Braga Sampaio
Valdomiro Carecho
Cícero Braga Sampaio
Em test. da verdade
S. Paulo, 09 de 09 de 1985

Cada Firma: Cr\$ 1184.
Estado. CS. APM. P. Verba - Cota n.º 2

Carlos A. C. Soares - esc. not.
Zezilda F. Neves - esc. not.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.D.S. n.º 120/85
Fls. 133

RÁDIO BARRETOS LTDA.
CGC.44.771.137/0001-15
1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL



CÓPIA AUTÊNTICA

Os infra-assinados, 1)-ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à rua Icoarana nº 120, na cidade e Capital de São Paulo; 2)-ROZA BRAGA SAMPAIO, brasileira, do lar, casada, também, residente e domiciliado no endereço supra, o, 3)-PAULO ALBINO DE FREITAS, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado na cidade de Barretos, deste Estado, representando a maioria do capital social da sociedade denominada RÁDIO BARRETOS LTDA., com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 17 nº 560, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 988.386/78, em 30.03.78, resolvem por este instrumento particular, alterar o referido instrumento -- institutivo, de acordo com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- Atendendo a imperativos de ordem administrativa e legal, resolvem proceder à elevação do seu capital social de Cr\$124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e quatrocentos cruzeiros), para Cr\$10.036.000,00 (dez milhões, e trinta e seis mil cruzeiros), utilizando-se, para isso, da correção monetária do balanço, de acordo com o Decreto-lei 1598/77. O aumento será feito pela "plusvalia" do valor nominal das cotas que, de Cr\$12,00 (doze cruzeiros) passarão a ser de Cr\$965,00 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma.

CLÁUSULA SEGUNDA:- Em decorrência da presente alteração, fica modificada a Cláusula VI do contrato social, que -- passará a ter a seguinte redação:-

"CLÁUSULA VI - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é da importância de Cr\$10.036.000,00 (dez milhões e trinta e seis mil cruzeiros), dividido em -- 10.400 (dez mil e quatrocentas) cotas de Cr\$965,00 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros) cada uma, e assim -- distribuído entre os sócios:- "Alfredo Tristão Sampaio, 6.604 (seis mil, seiscentos e quatro) cotas, no valor total de Cr\$6.372.860,00 (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta cruzeiros); Rosa Braga Sampaio, 3.322 (três mil, trezentas e vinte e duas) cotas, no valor total de Cr\$3.205.730,00 (três milhões, duzentos e cinco mil, setecentos e trinta cruzeiros); Alcino Braga, 110 (cento e dez) cotas, no valor total de Cr\$106.150,00 (cento e seis mil, cento e cinquenta cruzeiros); Antenor Duarte Vilela, 104 (cento e quatro) cotas, no valor total de Cr\$100.360,00 (cem mil, trezentos e sessenta cruzeiros); Paulo Albino de Freitas, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil, e noventa cruzeiros); Albertina de Andrade Franco, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros); José Carvalho Diniz, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros); Argemiro Ribeiro da Oliveira, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa cruzeiros); Nemér



"Nemércio Villela Lemos, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros); Saulo Junqueira Franco, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros); José Francisco Ramos, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros); Antonio Candido de Paulo, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros); Celso Salustiano da Silva, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros); o, José Amendola Netto, 26 (vinte e seis) cotas, no valor total de Cr\$25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa e seis) cruzeiros".

CLÁUSULA TERCEIRA:- Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Barretos, 19 de julho de 1983

Alfredo Tristão Sampaio

Roza Braga Sampaio

Paulo Albino de Freitas

Testemunhas:-

Helena Gomes Isquerdo Gallego

Ayrto Jaguarharo Carvalho

2.º CARTÓRIO

Reconheço a firma Paulo Albino de Freitas

Barretos, 25 de julho de 1983

Em testemunha da verdade

CARTÓRIO DE PERDIZES

RUA C...

16 de julho de 1983

14.º CARTÓRIO DE NOTAS-VAMPRE

R. Antonio Bicudo, 49-Tel: 280-0255-S. Paulo-SP.

RECONHEÇO por semelhança a firma

Helena Gomes Isquerdo Gallego

e Ayrto Jaguarharo Carvalho

SÃO PAULO, 19 de julho de 1983

REC. VAMPRE
PAULO - CAPITAL
5 DANÇAS CORTEZ
SERV. AUTORIZADO

CONTRATO SOCIAL DA RÁDIO BARRETOS LTDA.
DECORRÊNCIA DA TRANSFORMAÇÃO DA S.A. RÁDIO
BARRETOS, DE SOCIEDADE ANÔNIMA EM SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.-



- CLÁUSULA I - A sociedade gira sob a denominação de RÁDIO BARRETOS LTDA., e terá como principal objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens-seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sôna, ou sinais de imagem e som de radiodifusão - com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.
- CLÁUSULA II - A sociedade tem a sede de sua administração e local de estúdio na Avenida 17 nº 560, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, podendo abrir sucursais, filiais e agências em todo o País sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos.
- CLÁUSULA III - O foro da sociedade é o da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, para dirimir as questões resultantes deste contrato.
- CLÁUSULA IV - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da Lei específica.
- CLÁUSULA V - Não se dissolve a sociedade nem entrará em liquidação em caso de morte, interdição, desistência, retirada ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral extraordinário na sociedade no prazo de 30 (trinta) dias, da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado, ou ao herdeiro ou sucessor do sócio falecido, conforme mais adiante indicado.
- CLÁUSULA VI - O capital social totalmente integralizado, é de Cr\$

Cr\$124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos ²¹⁴ cruzeiros ²⁸ representado por 10.400 (dez mil e quatrocentas) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros) e fica assim distribuído:

a)- ao Sócio ALFREDO TRISTÃO SAMPAIO, 6.604 (seis mil, seis centas e quatro) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$79.248,00 (setenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros);

b)- à Sócia ROZA BRAGA SAMPAIO, 3.322 (três mil, trezentas e vinte e duas) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$39.864,00 (trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros);

c)- ao Sócio ALCINO BRAGA, 110 (cento e dez) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$1.320,00 (hum mil, trezentos e vinte cruzeiros);

d)- ao Sócio ANTENOR DUARTE VILELA, 104 (cento e quatro) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$1.248,00 (hum mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros);

e)- ao Sócio PAULO ALBINO DE FREITAS, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

f)- à Sócia ALBERTINA DE ANDRADE FRANCO, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

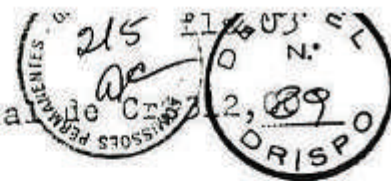
g)- ao Sócio JOSÉ CARVALHO DINIZ, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

h)- ao Sócio ARGEMIRO RIBEIRO DE OLIVEIRA, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

i)- ao Sócio NEMÉRCIO VILELA LEMOS, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

j)- ao Sócio SAULO JUNQUEIRA FRANCO, 26 (vinte e seis) cotas

cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);



l)- ao Sócio JOSÉ FRANCISCO RAMOS, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

m)- ao Sócio ANTONIO CÂNDIDO DE PAULO, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

n)- ao Sócio CELSO SALUSTIANO DA SILVA, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros);

o)- ao Sócio JOSÉ AMENDOLA NETTO, 26 (vinte e seis) cotas de Cr\$12,00 (doze cruzeiros), no valor total de Cr\$312,00 (trezentos e doze cruzeiros).-

✓ CLÁUSULA VII - A responsabilidade dos sócios nos termos do art. 2º in fine, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

✓ CLÁUSULA VIII - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

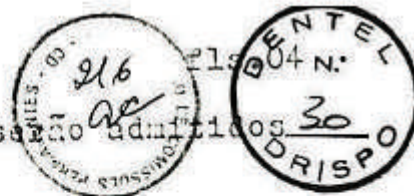
✓ CLÁUSULA IX - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente.

✓ CLÁUSULA X - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

✓ CLÁUSULA XI - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos, ou como dispuser a Constituição Federal.

✓ CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferentemente de brasileiros ou, no mínimo, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.



CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada e representada judicial e extra judicialmente por um sócio cotista, o Sócio Gerente, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a Lei confere aos gerentes de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a fim de garantir o funcionamento da sociedade, podendo, para tanto, praticar todos os atos que se tornem necessários.

CLÁUSULA XV - Fica investido no cargo de Sócio Gerente o cotista Alfredo Tristão Sampaio, eximido de prestar caução, o qual será substituído nos eventuais impedimentos pela cotista Roza Braga Sampaio.

CLÁUSULA XVI - O Sócio Gerente poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa ou orientação intelectual, devendo, neste caso, obter a aprovação da maioria do capital social e solicitar, para a designação, prévia autorização do Ministério das Comunicações, quando será apresentada a prova de nacionalidade e de idoneidade moral do procurador pelo competente atestado.

CLÁUSULA XVII - É expressamente vedado ao Sócio Gerente e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios, ou documentos, de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como avalizar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros.

CLÁUSULA XVIII - Serão sempre assinados pelo Sócio Gerente quaisquer contratos ou documentos que impliquem responsabilidade social, de qualquer natureza, incluídos os atos de representação da Sociedade em Juízo, ou fóra dele, ou constituição de mandatários, excetuados aqueles relativos à venda ou oneração de bens imóveis que deverão ser assinados, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social.

CLÁUSULA XIX - A título de pro labore, o Sócio Gerente poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo com os sócios a qual será levada a débito da conta Despesas Gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.



CLÁUSULA XX - As cotas são livremente transferíveis entre os herdeiros e sucessores, desde que haja autorização dos Poderes Públicos. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado da divisão do ativo líquido apurado no balanço de que trata a cláusula V, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XXI - O valor das cotas e lucros, bem como quaisquer outros créditos de sócio retirante, interdito ou inabilitado, e que não tenham vencimentos pré-fixados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano. Em qualquer caso não se computarão para efeito de tais haveres as importâncias destinadas ao fundo de depreciação ou amortização.

CLÁUSULA XXII - Os sócios só poderão ceder parte ou a totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o quê, deverão notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo sem que haja a manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXIII - No caso de morte de um dos sócios, as cotas de propriedade do de cujus desde que assim o aprovem os Poderes Públicos, serão transferidas a seu herdeiro, ou sucessor.

CLÁUSULA XXIV - Na hipótese de o herdeiro, ou sucessor, seja por ter seu nome desaprovado pelos Poderes Públicos ou por qualquer outra razão não possa ingressar na sociedade, as cotas que lhe cabem devem ser oferecidas aos sócios supérstites nos termos das Cláusulas XX ou XXII.

CLÁUSULA XXV - Os haveres do sócio falecido serão pagos ao herdeiro, ou sucessor, em 5 (cinco) prestações iguais, mensais e sucessivas, sendo a primeira 30 (trinta) dias após a apresentação à sociedade de autorização judicial que permita formalizar inteiramente a operação.

CLÁUSULA XXVI - As decisões que impliquem em alteração do Contrato Social serão tomadas por maioria absoluta dos sócios.

a maioria do capital social.



CLÁUSULA XXVII - Far-se-á a convocação, mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, contendo, além do local, data e hora da sessão, a indicação da matéria que está sendo submetida à deliberação dos sócios, acompanhada, se necessário, de breve exposição de motivos, justificando-a.

CLÁUSULA XXVIII - A cada cota corresponde um voto nas decisões coletivas.

CLÁUSULA XXIX - O instrumento de alteração do contrato social será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente, ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para fins de arquivamento no órgão competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXX - O sócio que não concordar com qualquer alteração feita neste contrato mediante a deliberação dos sócios que representem mais da metade do capital social, manifestada nos termos das cláusulas anteriores, poderá optar entre, continuar na sociedade modificada, ou dela retirar-se, sem que se dissolva a sociedade, recebendo seu capital social e lucros, de conformidade com as Cláusulas V e XXI.

CLÁUSULA XXXI - É reconhecido aos sócios que representam 2/3 (dois terços) do capital social o direito de promover, mediante alteração do contrato social, a exclusão do sócio culpado de grave violação dos deveres associativos.

CLÁUSULA XXXII - Considera-se grave violação dos deveres associativos para os efeitos da cláusula anterior:

- 1º)- violar alguma das estipulações do contrato social, como no caso da Cláusula IX;
- 2º)- faltar por 3 (três) vezes seguidas, sem justificativa por escrito, às sessões após a convocação de que trata a Cláusula XXVIII para os fins mencionados na Cláusula XXVI;
- 3º)- tornar-se incapaz, interdito ou inabilitado;

42)- decair da confiança dos outros sócios por falta de fidelidade, fuga, ausência para lugar não sabido, participação de crime, má conduta, descrédito, inimizade com os demais sócios, provocação de discórdia entre eles, desinteligência continuada e outros fatos análogos;

52)- fazer concorrência desleal à sociedade;

62)- agir ou omitir-se de tal modo que possa colocar a sociedade em situação de ilegalidade ou irregularidade, ou que possa importar em inibição à legislação de radiodifusão, ou em não atendimento às exigências formuladas pelos Poderes Públicos;

72)- omitir à sociedade a prática do crime ou contravenção que inabilite para o exercício do comércio.-

CLÁUSULA XXXIII - Os haveres do sócio excluído serão apurados em balanço de que trata a Cláusula V e serão pagos, em moeda nacional mediante depósito no Banco do Brasil S.A. ou onde for conveniente.

CLÁUSULA XXXIV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de Lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXXV - O sócio poderá manifestar-se sobre o balanço dentro de 30 (trinta) dias do seu encerramento e o silêncio equivalerá a sua aprovação.

CLÁUSULA XXXVI - A distribuição dos lucros será sempre suspensa quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXXVII - A sociedade por todos os seus sócios cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as Leis, regulamentos, normas e recomendações vigentes, ou que venham a vigorar, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XXXVIII - As dúvidas sociais serão dirimidas por árbitros, em número ímpar, louvados pelos sócios.

RÁDIO BARRETOS LTDA - EPP

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Aleixo Garcia, nº 113, apartamento 131, bairro Vila Olímpia, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04545-010, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.566.566 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 345.136.238-45; e **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.319.785 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 057.243.428-63, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.2.0260030.0, e inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, resolvem alterar e consolidar o contrato social da seguinte forma:

ALTERAÇÕES

I - O endereço do sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, que era na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, passa a ser na Rua Aleixo Garcia, nº 113, apartamento 131, bairro Vila Olímpia, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04545-010.

II - A sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, que possuía 331.200 (trezentas e trinta e uma mil e duzentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 331.200,00 (trezentos e trinta e um mil e duzentos reais), altera sua participação no capital da sociedade mediante a cessão e transferência, por doação, de 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), ao sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**. A sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros** passa a possuir 280.800 (duzentas e oitenta mil e oitocentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 280.800,00 (duzentos e oitenta mil e oitocentos reais).

III - O sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, que possuía 28.800 (vinte e oito mil e oitocentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais), altera sua participação no capital da sociedade mediante a aquisição, por doação, de 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), doadas pela sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**. O sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros** passa a possuir 79.200 (setenta e nove mil e duzentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

IV - A aquisição, por doação, das 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), pelo sócio donatário **Lucas Sandoval**

JUCESP
04 12 15
11

Monteiro de Barros, é isenta do ITCMD por não ter ultrapassado 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESPs, de acordo com o artigo 6º, inciso II, letra "a", da Lei Estadual/SP nº 10.705/2000.

V - A distribuição do capital social entre os sócios passa a ser a seguinte:

Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200 quotas	R\$ 79.200,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	280.800 quotas	R\$ 280.800,00
Total	360.000 quotas	R\$ 360.000,00

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

Parágrafo único - A sociedade possui uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, com capital destacado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 2ª - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

Cláusula 5ª - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

Cláusula 6ª - O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuído entre os sócios:

Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200 quotas	R\$ 79.200,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	280.800 quotas	R\$ 280.800,00
Total	360.000 quotas	R\$ 360.000,00

Cláusula 7ª - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

JUCESP
04.12.15
11

Cláusula 9ª - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

Parágrafo único - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Cláusula 10 - A administração da sociedade será exercida isoladamente pela sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, investida de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

Parágrafo único - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores.

Cláusula 11 - Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

Cláusula 12 - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 13 - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

Cláusula 14 - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula 15 - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuem, e em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

Parágrafo único - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

Cláusula 16 - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

JUCESP
04.12.15
11

Cláusula 17 - Os sócios administradores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.


Cláusula 18 - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

Cláusula 19 - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.


E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.


Barretos, 30 de novembro de 2015


Lucas Sandoval Monteiro de Barros


Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:


Jamil de Oliveira Quille
RG nº 22.931.626-8 - SSP/SP


Marco Aurélio Domingues
RG nº 11.519.472-1 - SSP/SP





COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016. EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001: ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMC03; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU: EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Teófilo de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Acioli de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/01. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 3143/2013. Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Ottoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO BARRETOS
LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA
PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO
DE BARRETOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Rádio Barretos Ltda., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 44.771.137/0001-15 representada por sua administradora, Márica Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, inscrita no R.G. n.º 7.319.785 - SSP/SP, CPF n.º 057.243.428-63, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., pela Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Barretos Ltda. o canal 277 (duzentos e setenta e sete), correspondente à frequência 103,3 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata a Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará

sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Barretos, estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Testemunha

Permissionária

Testemunha

JUCESP

09

07 08 07



II - A administração da sociedade, que era exercida por todos os sócios, passa a ser exercida apenas pela sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, já aprovada pelo Ministério das Comunicações.

A cláusula 10 do contrato social passa a ter a seguinte redação: A administração da sociedade será exercida isoladamente pela sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, investida de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

Parágrafo único - A sociedade possui uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, com capital destacado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 2ª - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

Cláusula 5ª - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

Cláusula 6ª - O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

Lucas Sandoval Monteiro de Barros	28.800 quotas	R\$ 28.800,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	331.200 quotas	R\$ 331.200,00
Total	360.000 quotas	R\$ 360.000,00

Cláusula 7ª - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Fl. 2/4

JUCESP

09

07 08 07



Cláusula 8ª - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula 9ª - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Parágrafo único - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Cláusula 10 - A administração da sociedade será exercida isoladamente pela sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, investida de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social. //

Parágrafo único - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores.

Cláusula 11 - Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

Cláusula 12 - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 13 - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

Cláusula 14 - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula 15 - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuírem, e em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

Parágrafo único - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

LMR *mgj* Fl. 3/4

LMR

X *LMR*

JUCESP

09

07 09 07



Cláusula 16 - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula 17 - Os sócios administradores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 18 - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

Cláusula 19 - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

Barretos, 29 de junho de 2007

Luiz Antonio Monteiro de Barros
Luiz Antonio Monteiro de Barros

Márcia G. S. M. de Barros
Márcia Guaritã Sandoval Monteiro de Barros

Lucas Sandoval Monteiro de Barros
Lucas Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:

José Pedro Domingues Netto
RG: 3.703.870-SSP/SP

Marco Aurélio Domingues
RG: 11.519.472-SSP/SP

Fl. 4/4

10 TABELIAO DE NOTAS - Rua 20 nº2932/954 - Barretos - SP
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente cópia
reprográfrica conforme o original a mim apresentado, do que
dou fé.

Barretos - SP, 21 de setembro de 2007.
Em test. da verdade.

Assinatura:

Seg. 504948575048485548563564950 Total: R\$ 1,75

* VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE *

Cartório Notarial
do Brasil
Algar - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0101AA362763

1º TABELADO DE NOTAS - Rua 20 Nº952/954 - Barretos - SP
AUTENTICAÇÃO Autentico e presente cópia
reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que
dou fé.
Barretos - SP, 21 de setembro de 2007.
Em test. da verdade.

Assinatura:

Seq. 5049485750484855485651575149 Total: R\$ 1,75
VALZDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 8 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

RÁDIO BARRETOS LTDA

Por este instrumento particular, **Luiz Antonio Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.244.395-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 045.597.248-65; e **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.319.785-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 057.243.428-63, únicos sócios componentes da sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, que gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.2.0260030.0, sendo o contrato social sob o nº 988.386, em 30/03/1978, e a última alteração contratual sob o nº 511.672/04-4, em 28/12/2004, resolvem alterar e consolidar o contrato social, procedendo da forma a seguir:

I – O sócio Luiz Antonio Monteiro de Barros, possuidor de 180.000 (cento e oitenta mil) quotas de capital, no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), vende e transfere à sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, 151.200 (cento e cinquenta e uma mil e duzentas) quotas pelo valor total de R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais), dando à mesma plena, geral e irrevogável quitação.

II – Em razão da transferência de quotas, a cláusula 6ª do contrato social passa a ter a seguinte redação:

Cláusula 6ª – O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentos e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

Sócios	Quotas	Valor
Luiz Antonio Monteiro de Barros	28.800	R\$ 28.800,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	331.200	R\$ 331.200,00

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 1ª – A sociedade gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

Parágrafo único – A sociedade possui uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, com capital destacado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 2ª – A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

Cláusula 3ª – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª – A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

Cláusula 5ª – As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

Cláusula 6ª – O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

Sócios	Quotas	Valor
Luiz Antonio Monteiro de Barros	28.800	R\$ 28.800,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	331.200	R\$ 331.200,00
Total	360.000	R\$ 360.000,00

Cláusula 7ª – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula 9ª – A participação no capital social é privativa de brasileiros natos



Parágrafo único – Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Cláusula 10 – A administração da sociedade será exercida por todos os sócios, isoladamente ou em conjunto, investidos de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

Parágrafo 1º – Ficam investidos nos cargos de diretores os sócios: Luiz Antonio Monteiro de Barros – diretor administrativo e comercial, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros – diretor financeiro.

Parágrafo 2º – A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração, devendo neste caso seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Cláusula 11 – Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

Cláusula 12 – Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 13 – Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

Cláusula 14 – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula 15 – As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuírem, a igualdade de condições e preço o



Parágrafo único – O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

Cláusula 16 – Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula 17 – Os sócios administradores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

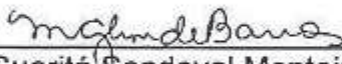
Cláusula 18 – A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

Cláusula 19 – Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

Barretos, 23 de agosto de 2005


Luiz Antonio Monteiro de Barros


Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:



ATENTICAÇÃO
2o. TABELIAO DE NOTAS DE BARRETOS
Autentica a Presente Cópia reprográfica conforme
original, do que dou fé,
Barretos, 11 de Janeiro de 2005.



Fernando Muzeti da Costa - Esc. Autorizado
R\$ 1,50
VALIDA SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO
0217774/004365500860-74

000000

201204

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

RÁDIO BARRETOS LTDA

Por este instrumento particular, **Luiz Antonio Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.244.395-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 045.597.248-65; e **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.319.785-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 057.243.428-63, únicos sócios componentes da sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, que gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo, nº 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 988.386, em 30/03/1978, última alteração contratual sob o nº 92.638/96-0, em 19/06/1996, e NIRE 35.2.0260030.0, resolvem alterar e consolidar o contrato social, procedendo da forma a seguir:

I – Alterar o endereço da sede da sociedade, que era na Praça Joel Waldo, nº 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, para a Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574.

II – Constituir uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, destacando um capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

III – Adaptar o contrato social às disposições da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, dando nova redação às cláusulas contratuais.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 1ª – A sociedade gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

ANTHENTICACAO
26. TABELIAO DE NOTAS DE BARRETOIS
Autenticacao Apresenta copia fotografica conforme
original, da qual dou fe.
Barretos, 11 de Janeiro de 2005

Fernando Muzeti da Costa-Esc. Autorizado
R\$ 1,60
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICACAO
0217737/004365651018907

Colégio Notarial
do Brasil-SP
AUTENTICACAO
0100AA170574

TABELIAO DE NOTAS
No. 18 nº 826 Barretos-SP
FERNANDO MUZETI DA COSTA
AUTORIZADO

Parágrafo único – A sociedade possui uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, com capital destacado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 2ª – A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

Cláusula 3ª – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª – A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

Cláusula 5ª – As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

Cláusula 6ª – O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

Sócios	Quotas	Valor
Luiz Antonio Monteiro de Barros	180.000	R\$ 180.000,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	180.000	R\$ 180.000,00
Total	360.000	R\$ 360.000,00

Cláusula 7ª – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula 9ª – A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Parágrafo único – Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Cláusula 10 – A administração da sociedade será exercida por todos os sócios, isoladamente ou em conjunto, investidos de poderes e atribuições para

AUTENTICAÇÃO
7a. TABELA DE NOTAS DE BARRETORES
Autentico a Presente Cópia reprográfica conforme o
original, do que dou fe,
Barretos, 11 de Janeiro de 2005

Fernando Muzeti da Costa - Esc. Autorizado
R\$ 1,60
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE
0217740/004365711162140

Colégio Notarial
do Brasil-SP
AUTENTICAÇÃO
0100AA170577

TABELA DE NOTAS
8 n° 826 Barretos-SP
FERNANDO MUZETI DA COSTA
AUTORIZADO

0100AA170577
0100AA170577
0100AA170577

representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

Parágrafo 1º – Ficam investidos nos cargos de diretores os sócios: Luiz Antonio Monteiro de Barros – diretor administrativo e comercial, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros – diretor financeiro.

Parágrafo 2º – A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração, devendo neste caso seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Cláusula 11 – Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

Cláusula 12 – Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 13 – Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

Cláusula 14 – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula 15 – As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuírem, e em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

Parágrafo único – O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

Cláusula 16 – Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o

JUCESP

201204

valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula 17 – Os sócios administradores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

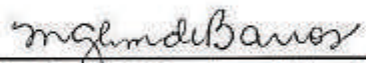
Cláusula 18 – A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

Cláusula 19 – Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

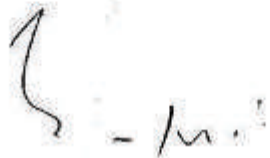
Barretos, 20 de dezembro de 2004


Luiz Antonio Monteiro de Barros


Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:


José Pedro Domingues Netto
RG: 3.702.870-SSP/SP


Marco Aurélio Domingues
RG: 11.519.472-SSP/SP

ANTENÇÃO
20. TABELIÃO DE NOTAS DE BARRETOS
Autentico a Presente Cópia fotográfica conforme o
original, do que dou fé,
Barretos, 11 de Janeiro de 2005

Fernando Muzeti da Costa - Autorizado
R\$ 1,60

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICACAO
0217741/0023657312



2º TABELIÃO DE NOTAS
Rua. 18 nº 826 Barretos-SP
FERNANDO MUZETI DA COSTA
AUTORIZADO

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
PEDRO LUIZ BIANCARDI BARBOSA
SECRETÁRIO GERAL

511.672/04-4



JUCESP



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO BARRETOS LTDA**

CNPJ: **44.771.137/0001-15**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:20:36 do dia 28/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



BOA TARDE
Sonia Valesca Menezes Monteiro

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 44.771.137/0001-15

RADIO BARRETOS LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
MÁRCIA GUARITÁ MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

Data: 28/06/2018

Hora: 16:21:09

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 345.136.238-45

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: [sonia.mc](#) - [Sonia Valesca Menezes Monteiro](#)Data: **28/06/2018**Hora: **16:21:27**

BOA TARDE
Sonia Valesca Menezes MonteiroSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 057.243.428-63

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data: **28/06/2018**Hora: **16:21:42**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 5300.070825/2013-81		
Entidade: Rádio Barretos Ltda. (Adaptação de OM para FM)	CNPJ: 44.776.706/0001-15	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Barretos	UF: SP
Validade da Outorga: vincenda	Período(s): 1º/5/2014 a 1º/5/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	2 (0607861) Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	3 (0607861) Adaptar ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	

1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3; 6 a 8; 4 a 6; 3 a 5 (0607861); (0996159); (1263977); (3107949)
---	----	---

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Contrato Social – 21 a 28 Alterações Contratuais: Primeira – 19/20; Segunda – 13 a 18; Terceira – 8 a 12; Quarta – 6/7 (3107872) nº 7 – 17 a 20; nº 8- 13 a 16; nº 9 – 8 a 12; nº 10 e Consolidação do Contrato Social – 1 a 4 (3107931) Exigir as anteriores (Quinta e Sexta) e acima da 10ª se porventura existir.
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	1 53900.031800/2016-61 (1138215)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1 53900.031800/2016-61 (1138214)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	1 (3107858)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal – 28; Estadual – 29; Municipal – 30 (0607861)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	25; 31; 4; 2; 1 (0607861); (0996159); (3107949)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	27 (0607861)

	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1 53900.031800/2016-61 (1138212)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2 a 5 53900.031800/2016-61 (1138235)

Observações:

1. Esclareça-se, que outrora foram adotados os ditames estabelecidos pela Portaria nº 329 de 4 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2012, bem como os novos procedimentos e critérios para as renovações das concessões/permits dos serviços de radiodifusão, com fulcro no Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU.
2. Consta dos dados cadastrais da Entidade, o Termo Aditivo de Adaptação de Outorga, conforme o Contrato de Concessão celebrado entre a União e a Entidade, para execução do serviço em frequência modulada, na localidade de Barretos/SP, decorrente da concessão a ela outorgada, por meio da Portaria nº 251, de 14 de dezembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União, de 15/12/1989).
3. Com as modificações na legislação de radiodifusão, a Interessada deverá complementar seus documentos com fulcro na Lei nº Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 (D.O.U.: 29/3/2017), posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017), visando à tomada de decisão pela autoridade competente.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Sônia Valesca Menezes Monteiro CARGO: Advogado	28/06/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 14882/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.070825/2013-81

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para o serviço de frequência modulada na localidade de Barretos, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduito do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 3108062):

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, em que conste as seguintes declarações:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou

funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. **Ressalta-se que é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.**

4.2. 5ª e 6ª alterações contratuais e as que porventura existirem após a 10ª alteração, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão;

4.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura, **ASSINADO PELO CONTADOR (A) E PELO ADMINISTRADOR DA ENTIDADE, nos termos do § 2º do art. 1.184, do Código Civil.**

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 29/06/2018, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 29/06/2018, às 14:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3108071** e o código CRC **976772FA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3108071



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 25780/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ Nº 44.771.137/0001-15)
Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Bairro Centro
14.781-574 Barretos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.070825/2013-81.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 14882/2018/SEI-MCTIC e do Evento SEI nº 3108111, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**,
Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão,
em 29/06/2018, às 14:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº
89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3108106 e o código CRC **A49C5E29**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 25780/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.070825/2013-81 - Nº SEI: 3108106

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Período da renovação:</i>			
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data de Envio:

02/07/2018 15:32:14

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
ffonseca.eng@gmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3108071.html
Oficio_3108106.html
Anexo_3108111_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__1__1__LIDIANE__1.pdf

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15
Praça Joel Waldo Dal Moró, n.º 01- conjunto 02
14781-574 Barretos/SP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: 277 [103,3 MHz], classe A3

Localidade: **Barretos/SP**

REFERÊNCIA PROCESSO nº **53000.070825/2013-81**

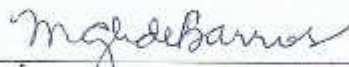
Ofício nº 25780/2018/SEI-MCTIC

A **RÁDIO BARRETOS LTDA.**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, em conformidade com o Regulamento de Serviços de Radiodifusão, redação dada pela Lei n.º 13.424 de 2017, apresentar a documentação complementar solicitada no Ofício supracitado e ratificar o interesse na **renovação de outorga da FM** pelo seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

Nessa oportunidade, solicita a este conceituado Ministério o deferimento do pedido.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos votos de estima e consideração.

Barretos/SP, 02 de julho 2018.



MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

CPF: 057.243.428-63

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO	
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>	RÁDIO BARRETOS LTDA
<i>CNPJ:</i>	44.771.137/0001-15
<i>CEP da sede:</i>	14781-574
<i>Endereço da sede:</i>	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 02
<i>E-mail de contato:</i>	marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br
<i>Serviço a ser renovado:</i>	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> () em frequência modulada <input type="checkbox"/> () em ondas curtas <input type="checkbox"/> () em ondas médias <input type="checkbox"/> () em ondas tropicais <input type="checkbox"/> () Radiodifusão de sons e imagens
<i>Período da renovação:</i>	01/05/2014 a 01/05/2024
<i>Localidade da renovação:</i>	BARRETOS
	UF: SP

Eu, **MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS**, inscrito no CPF sob o nº 057.243.428-63, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

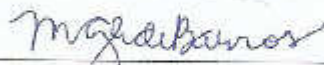
Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1

mgens

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



Assinatura do representante legal

MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

CPF: 057.243.428-63

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.



Balanço Patrimonial

Folha: 1

RADIO BARRETOS LTDA EPP

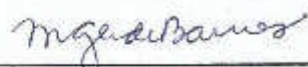
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Período : 01/01/2017 a 31/12/2017 - CONSOLIDADO

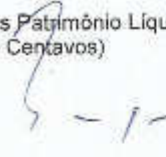
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	857.728,44	PASSIVO	857.728,44
CIRCULANTE	711.803,85	CIRCULANTE	177.253,49
DISPONIVEL	133.870,44	CONTAS A PAGAR	177.253,49
CAIXA GERAL	98.727,01	FORNECEDORES	21.833,26
BANCOS CONTA MOVIMENTO	529,65	TRIBUTOS	12.757,67
BANCOS CONTA APLICACAO	56.613,78	OUTRAS CONTAS	142.662,56
CREDITOS DE CURTO PRAZO	555.933,41	PATRIMONIO LIQUIDO	680.474,95
CLIENTES	77.324,72	PATRIMONIO LIQUIDO	680.474,95
OUTROS CREDITOS	478.608,69	CAPITAL	360.000,00
NAO CIRCULANTE	145.924,59	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	320.474,95
INVESTIMENTOS	340,59		
ACOES E QUOTAS	340,59		
IMOBILIZADO	145.584,00		
IMOBILIZADO	189.694,24		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	(44.110,24)		

BARRETOS, 31 de dezembro de 2017.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 857.728,44 (oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e oito Reais e quarenta e quatro Centavos)



SOCIA ADMINISTRADORA
MARCIA GUARITA S MONTEIRO DE BARROS
CPF: 057.243.428-63


CONTADOR

MARCO AURELIO DOMINGUES
CT CRC: 1SP141379/O-2

Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 1

RADIO BARRETOS LTDA EPP

CNPJ: 44.771.137/0001-15

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 - CONSOLIDADO

VENDAS E SERVIÇOS

PRESTACAO DE SERVICOS 932.025,39 C

(-) TRIBUTOS S/ VENDAS E SERVIÇOS 70.315,05 D

VENDAS E SERVIÇOS Total: 861.710,34 C

RECEITAS OPERACIONAIS

APLICACOES FINANCEIRAS 985,40 C

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 2.209,16 C

RECEITAS OPERACIONAIS Total: 3.194,56 C

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS COM PESSOAL 458.221,54 D

DESPESAS GERAIS 191.224,85 D

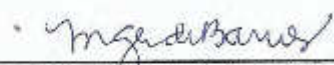
DESPESAS FINANCEIRAS 6.636,53 D

DESPESAS TRIBUTARIAS 3.492,95 D

DESPESAS OPERACIONAIS Total: 659.575,87 D

Lucro 205.329,03 C

BARRETOS, 31 de dezembro de 2017.



SOCIA ADMINISTRADORA

MARCIA GUARITA S MONTEIRO DE BARROS

CPF: 057.243.428-63


CONTADOR

MARCO AURELIO DOMINGUES

CT CRC: 1SP141379/O-2

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Obrigação instituída pela Resolução CFC n  1.457/13, de 11/12/2013.

Barretos, 31 de dezembro de 2017

 

Escritório Barretos de Contabilidade Ltda - EPP
CRC n  2SP023657/O-8

Prezados Senhores:

Declaro para os devidos fins, como administrador e responsável legal da pessoa jurídica RÁDIO BARRETOS LTDA - EPP, CNPJ n  44.771.137/0001-15, que as informações relativas ao ano de 2017, fornecidas para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis e fiscais, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos, exigidos pela legislação federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária, são fidedignas, revestidas de total idoneidade, e de nossa inteira responsabilidade.

Atenciosamente,



Márcia Guarita Sandoval Monteiro de Barros

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

491282/93-0



RADIO BARRETOS LTDA.

5ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

SUMÁRIO

Por este instrumento particular de alteração contratual, /
Luiz Antonio Monteiro de Barros, brasileiro, casado, engenheiro, re-
sidente e domiciliado na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na
Alameda Jamaica, nº 11, Bairro City Barretos, portador da Cédula de/
Identidade RG 11.244.395-SSP/SP e CPF 045.597.248-65, e Marcia Guari
ta Sandoval Monteiro de Barros, brasileira, casada, psicóloga, resi-
dente e domiciliada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na /
Alameda Jamaica, nº 11, Bairro City Barretos, portadora da Cédula de
Identidade RG 7.319.785-SSP/SP e CPF 057.243.428-63, únicos sócios /
componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada de-
nominada Radio Barretos Ltda., estabelecida na Cidade de Barretos, /
Estado de São Paulo, na Praça Joel Waldo, nº 1, inscrita no CGC sob/
nº 44.771.137/0001-15, com contrato social registrado na Junta Comer-
cial do Estado de São Paulo sob nº 988386, em 30/03/78, última alte-
ração nº 711150, em 17/03/89, e NIRC nº 35.2.0260030.0, resolvem al-
terar o contrato social, e o fazem pela forma seguinte:

A - Os valores constantes na cláusula VI do contrato soci-
al expressos em cruzados novos, conforme a última alteração contratu-
al, ficam convertidos para a moeda nacional denominada cruzeiro real,
cumprindo as disposições das Leis 8024, de 12/04/90, e a 8697, de /
27/08/93, que instituíram como unidade do sistema monetário brasilei-
ro o cruzeiro e o cruzeiro real, respectivamente;

B - O capital social constante na cláusula VI do contrato/
social, e já ajustado por este instrumento à atual moeda nacional, /
que era de CR\$ 3,00 (Treis cruzeiros reais), fica elevado ao valor /
de CR\$ 700.000,00 (Setecentos mil cruzeiros reais), representado por
700 (setecentas) quotas de CR\$ 1.000,00 (Mil cruzeiros reais) casa /
uma, assim distribuídas entre os sócios:

Luiz Antonio Monteiro de Barros

350 quotas.....CR\$ 350.000,00

Marcia Guarita Sandoval Monteiro de Barros

350 quotas.....CR\$ 350.000,00

Total

700 quotas.....CR\$ 700.000,00

C - O aumento de capital social, ora realizado, é efetiva-
do mediante o aproveitamento dos saldos contábeis constantes no Ba-/

JUCESP

lango Patrimonial levantado em 31/12/92: Reserva Especial de Capital no valor de CR\$ 389.806,88 (Trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e seis cruzeiros reais e oitenta e oito centavos); Reserva de Capital no valor de CR\$ 134.844,99 (Cento e trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros reais e noventa e nove centavos); Reserva de Incentivos Fiscais no valor de CR\$ 346,85 (Trezentos e quarenta e seis cruzeiros reais e oitenta e cinco centavos); e Lucros Acumulados no valor de CR\$ 174.998,28 (Cento e setenta e quatro mil novecentos e noventa e oito cruzeiros reais e vinte e oito centavos), totalizando o valor de CR\$ 699.997,00 (Seissentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e sete cruzeiros reais);

D - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social não atingidas pelas disposições deste instrumento.

E, por estarem de perfeito acordo, reconhecendo a licitude deste instrumento, assinam em 3 (treis) vias, de mesma forma e teor, para um só efeito, na presença de 2 (Duas) testemunhas.


Barretos, 29 de Outubro de 1.993


Luiz Antonio Monteiro de Barros


Marcia Guarita Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas


José Pedro Domingues Nétto


Marco Aurélio Domingues



RADIO BARRETOS LTDA.

6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular de alteração contratual, **Luiz Antonio Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 39, nº 0.170, Bairro Primavera, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.244.395-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 045.597.248-65, e **Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, brasileira, casada, psicóloga, residente e domiciliada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 39, nº 0.170, Bairro Primavera, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.319.785-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 057.243.428-63, únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada **Rádio Barretos Ltda.**, estabelecida na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Praça Joel Waldo, nº 1, inscrita no CGC sob o nº 44.771.137/0001-15, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 988.386, em 30/03/78, última alteração nº 192.634/93-8, em 13/12/93, e NIRC nº 35.2.0260030.0, resolvem alterar o contrato social, e o fazem pela forma seguinte:

A - Os valores constantes na cláusula VI do contrato social, expressos em cruzeiro real, conforme a última alteração, ficam convertidos para a moeda nacional denominada real, nos termos da Lei 9.069, de 29/06/95, que a instituiu como unidade do sistema monetário brasileiro.

B - O capital social constante na cláusula VI do contrato social, já convertido para a atual moeda nacional, que era de R\$ 254,54 (duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), fica elevado para R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), representado por 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Luiz Antonio Monteiro de Barros	
180.000 quotas.....R\$	180.000,00
Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	
180.000 quotas.....R\$	180.000,00
Total	
360.000 quotas.....R\$	360.000,00

C - O aumento de capital social, ora realizado, é efetivado mediante o aproveitamento dos saldos contábeis constantes no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/95: Reserva Especial de Capital, no valor de R\$ 46.261,04 (quarenta e seis mil duzentos e sessenta e um reais e quatro centavos); Reserva de

JUCESP
1996 95

Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 36,28 (trinta e seis reais e vinte e oito centavos); Reserva de Capital, no valor de R\$ 14.134,88 (quatorze mil cento e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos); e lucros acumulados, no valor de R\$ 299.313,26 (duzentos e noventa e nove mil trezentos e treze reais e vinte e seis centavos), totalizando o valor de R\$ 359.745,46 (trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

D - Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social não atingidas pelas disposições deste instrumento.

E, por estarem de perfeito acordo, reconhecendo a licitude deste instrumento, assinam em 3 (três) vias, de mesma forma e teor, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Barretos, 12 de Junho de 1.996


Luiz Antonio Monteiro de Barros


Marcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:


José Pedro Domingues Netto


Marco Aurélio Domingues



RÁDIO BARRETOS LTDA - EPP

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Aleixo Garcia, nº 113, apartamento 131, bairro Vila Olímpia, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04545-010, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.566.566 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 345.136.238-45; e **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.319.785 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 057.243.428-63, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **Rádio Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.2.0260030.0, e inscrita no CNPJ sob o nº 44.771.137/0001-15, resolvem alterar e consolidar o contrato social da seguinte forma:

ALTERAÇÕES

I - O endereço do sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, que era na Avenida 39, nº 0.170, bairro Primavera, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-727, passa a ser na Rua Aleixo Garcia, nº 113, apartamento 131, bairro Vila Olímpia, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04545-010.

II - A sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**, que possuía 331.200 (trezentas e trinta e uma mil e duzentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 331.200,00 (trezentos e trinta e um mil e duzentos reais), altera sua participação no capital da sociedade mediante a cessão e transferência, por doação, de 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), ao sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**. A sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros** passa a possuir 280.800 (duzentas e oitenta mil e oitocentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 280.800,00 (duzentos e oitenta mil e oitocentos reais).

III - O sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros**, que possuía 28.800 (vinte e oito mil e oitocentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais), altera sua participação no capital da sociedade mediante a aquisição, por doação, de 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), doadas pela sócia **Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros**. O sócio **Lucas Sandoval Monteiro de Barros** passa a possuir 79.200 (setenta e nove mil e duzentas) quotas de capital, de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

IV - A aquisição, por doação, das 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) quotas, pelo valor total de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), pelo sócio donatário **Lucas Sandoval**

Monteiro de Barros, é isenta do ITCMD por não ter ultrapassado 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESPs, de acordo com o artigo 6º, inciso II, letra "a", da Lei Estadual/SP nº 10.705/2000.

V - A distribuição do capital social entre os sócios passa a ser a seguinte:

Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200 quotas	R\$ 79.200,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	280.800 quotas	R\$ 280.800,00
Total	360.000 quotas	R\$ 360.000,00

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de Rádio Barretos Ltda - EPP, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

Parágrafo único - A sociedade possui uma filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000, com capital destacado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 2ª - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

Cláusula 5ª - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

Cláusula 6ª - O capital social é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuído entre os sócios:

Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200 quotas	R\$ 79.200,00
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	280.800 quotas	R\$ 280.800,00
Total	360.000 quotas	R\$ 360.000,00

Cláusula 7ª - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

JUL 30
04 12 15
11

Cláusula 9ª - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

Parágrafo único - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Cláusula 10 - A administração da sociedade será exercida isoladamente pela sócia Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, investida de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

Parágrafo único - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores.

Cláusula 11 - Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

Cláusula 12 - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 13 - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

Cláusula 14 - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Cláusula 15 - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuírem, e em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

Parágrafo único - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

Cláusula 16 - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

JUCESP
04 12 15
11

Cláusula 17 - Os sócios administradores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 18 - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

Cláusula 19 - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.


E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento em três vias.


Barretos, 30 de novembro de 2015


Lucas Sandoval Monteiro de Barros


Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros

Testemunhas:


Jamil de Oliveira Quille
RG nº 22.931.626-8 - SSP/SP


Marco Aurélio Domingues
RG nº 11.519.472-1 - SSP/SP



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 490.534/15-6

FLÁVIA REGINA BRITTO
SECRETARIA GERAL



JUCESP



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35202600300	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 30/03/1978	INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/03/1978	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO BARRETOS LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 44.771.137/0001-15	ENDEREÇO PRACA JOEL WALDO DAL MORO			NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 2		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETOS		UF SP	CEP 14781-574	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 360.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS							
ENDEREÇO RUA ALEIXO GARCIA				NÚMERO 113	COMPLEMENTO APARTAMENTO 1		
BAIRRO VILA OLIMPIA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04545-010	RG 23566566	
CPF 345.136.238-45	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 79.200,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS							
ENDEREÇO AVENIDA 39				NÚMERO 0.170	COMPLEMENTO		
BAIRRO PRIMAVERA	MUNICÍPIO BARRETOS			UF SP	CEP 14780-727		
CPF 057.243.428-63	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 280.800,00	

FILIAIS			
NIRE 35902901582	CNPJ		
ENDEREÇO RUA FUZINATO BERTAZI	NÚMERO 269	COMPLEMENTO	

BAIRRO PATRIMONIO	MUNICÍPIO COLINA	UF SP	CEP 14770-000
----------------------	---------------------	----------	------------------

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA 21/12/2017	NÚMERO 540.670/17-0	DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 08/12/2017.
--------------------	------------------------	---

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202600300
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 02/07/2018



Certidão Simplificada emitida para ANA DE LOURDES RIBEIRO : 02017053899. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 103104911, terça-feira, 3 de julho de 2018 às 17:23:53.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:19:01 do dia 03/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 44.771.137

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 19092358

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 03/07/2018 17:39:17

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 44.771.137/0001-15

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 18070010079-10

Data e hora da emissão 03/07/2018 17:40:58

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site www.pfe.fazenda.sp.gov.br



03/07/2018

7053910

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9392502**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 02/07/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO BARRETOS LTDA EPP, CNPJ: 44.771.137/0001-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 4 de julho de 2018.

PEDIDO Nº:

7053910





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO BARRETOS LTDA
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

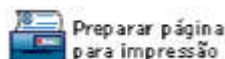
Emitida às 17:34:39 do dia 03/07/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2018.

Código de controle da certidão: **CEBC.6787.553A.43AD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Departamento de Receitas
Rua Trinta nº 564, CEP 14780-900
Telefone (17) 3321-1128
CNPJ: 44.780.609/0001-04



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Nrº da Certidão: 007476/2018

Interessado:- RADIO BARRETOS LTDA-EPP

Finalidade.....: CADASTROS E LICITAÇÕES
Contribuinte: 1680 - 44.771.137/0001-15 - RADIO BARRETOS LTDA-EPP
Endereco.....: r JOEL WALDO DAL MORO 1 CENTRO
Dt Abertura...: 13/05/1978
Fone.....: 1733217070
Atividade.....: 9999 - SEM INCIDENCIA DE ISS

CERTIFICAMOS, atendendo ao pedido da pessoa interessada, que foi verificado os registros em sistema eletrônico e constatado, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do Artigo 149 da Lei Federal nº 5.172 de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional, que não possui débitos com a Fazenda Pública Municipal, por tributos mobiliários, ressaltando o direito de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados em procedimento fiscal posterior.

VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS

Barretos, 27 de Junho de 2018

Dayron Gomes Ribeiro

DADOS PARA CONSULTAR VALIDADE DO DOCUMENTO			
barretos.sigiss.com.br			
Nrº CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:
007476/2018	44.771.137/0001-15	27/06/2018	K9N1MV8Y



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO BARRETOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certidão nº: 153201973/2018

Expedição: 03/07/2018, às 17:52:02

Validade: 29/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO BARRETOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **44.771.137/0001-15**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Coordenação-Geral de Recursos

CERTIDÃO DE DÉBITOS

NEGATIVA

EMPREGADOR: RADIO BARRETOS LTDA (RADIO BARRETOS)

CNPJ: 44.771.137/0001-15

DATA E HORA DA EMISSÃO: 03/07/2018, às 17h49

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.

2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.

3. Conforme artigo 5º§ único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.

4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código **2V7qgkw**.

5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.771.137/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/08/1966
NOME EMPRESARIAL RADIO BARRETOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO BARRETOS			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC JOEL WALDO DAL MORO	NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 2	
CEP 14.781-574	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (17) 3322-4488	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/04/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/07/2018** às **17:30:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 44771137/0001-15
Razão Social: RADIO BARRETOS LTDA EPP
Nome Fantasia: RADIO BARRETOS
Endereço: PCA JOEL WALDO 1 / CENTRO / BARRETOS / SP / 14780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/06/2018 a 17/07/2018

Certificação Número: 2018061803311267951091

Informação obtida em 03/07/2018, às 17:46:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00030023397

EMPRESA		
RADIO BARRETOS LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35202600300	30/03/1978	24/07/2018 15:59:28
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/03/1978	44.771.137/0001-15	

CAPITAL
Cr\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	NÚMERO: 1	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: CONJUNTO 2	
MUNICÍPIO: BARRETOS	CEP: 14781-574	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.597.248-65, RG/RNE: 11244395 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA JAMAICA, 11, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 350.000,00
MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RG/RNE: 7319785 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA JAMAICA, 11, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 350.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 192.634/93-8 SESSÃO: 13/12/1993
<p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS REAIS).</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.597.248-65, RG/RNE: 11244395 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA JAMAICA, 11, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 350.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RG/RNE: 7319785 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA JAMAICA, 11, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 350.000,00.</p>
NUM.DOC: 092.638/96-0 SESSÃO: 19/06/1996
<p>CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS).</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.597.248-65, RG/RNE: 11244395 - SP, RESIDENTE À AV. 39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RG/RNE: 7319785 - SP, RESIDENTE À AV.39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.</p>
NUM.DOC: 511.672/04-4 SESSÃO: 28/12/2004
<p>ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902901582, SITUADA À: RUA FUZINATO BERTAZI, 269, PATRIMONIO, COLINA - SP, CEP 14770-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA, COM CAPITAL DESTACADO DE 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 20/12/2004.</p> <p>ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA PRACA JOEL WALDO DAL MORO, 1, CONJUNTO 2, CENTRO, BARRETOS - SP, CEP 14781-574.</p> <p>INCLUSÃO DE CNPJ 44.771.137/0001-15</p> <p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>
NUM.DOC: 264.964/05-6 SESSÃO: 14/09/2005
<p>ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.597.248-65, RG/RNE: 11.244.395 - SP, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 28.800,00.</p> <p>REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RG/RNE: 7.319.785 - SP, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 331.200,00.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.</p>
NUM.DOC: 006.706/06-0 SESSÃO: 03/01/2006
<p>DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 38, ALINEA "I", DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.</p>
NUM.DOC: 328.002/06-9 SESSÃO: 14/12/2006
<p>DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 38, ALINEA "I", DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.</p>
NUM.DOC: 328.003/06-2 SESSÃO: 14/12/2006
<p>ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2006.</p>
NUM.DOC: 840.364/07-6 SESSÃO: 26/07/2007
<p>ENQUADRAMENTO DE EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE - (EPP).</p>
NUM.DOC: 279.654/07-8 SESSÃO: 07/08/2007
<p>ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:</p> <p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE LUIZ ANTONIO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.597.248-65, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 28.800,00.</p>

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RG/RNE: 7.319.785 - SP, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 331.200,00.
ADMITIDO LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 345.136.238-45, RG/RNE: 23.566.566 - SP, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 28.800,00.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 408.901/07-0 SESSÃO: 26/12/2007
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
NUM.DOC: 351.206/08-5 SESSÃO: 17/12/2008
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
NUM.DOC: 400.611/09-0 SESSÃO: 11/12/2009
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 38, ALINEA I, DA LEI N. 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DA LEI N. 10.610, DE 20/12/2002.
NUM.DOC: 431.360/10-8 SESSÃO: 14/12/2010
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO.
NUM.DOC: 440.567/11-7 SESSÃO: 13/12/2011
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
NUM.DOC: 525.223/12-5 SESSÃO: 12/12/2012
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I, DO ART IGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
NUM.DOC: 429.394/13-5 SESSÃO: 23/12/2013
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
NUM.DOC: 461.926/14-3 SESSÃO: 23/12/2014
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTI GO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
NUM.DOC: 490.534/15-6 SESSÃO: 04/12/2015
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA GUARITA SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.243.428-63, RESIDENTE À AVENIDA 39, 0.170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, CEP 14780-727, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 280.800,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 345.136.238-45, RG/RNE: 23566566 - SP, RESIDENTE À RUA ALEIXO GARCIA, 113, APARTAMENTO 1, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04545-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 79.200,00.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 490.761/15-0 SESSÃO: 22/12/2015
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTI GO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
NUM.DOC: 515.669/16-7 SESSÃO: 29/12/2016
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 06/12/2016.
NUM.DOC: 540.670/17-0 SESSÃO: 21/12/2017
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 08/12/2017.



Ficha Cadastral Completa emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 103994908, terça-feira, 24 de julho de 2018 às 15:59:28.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO

1

Ano CXLVI Nº 40

Brasília - DF, segunda-feira, 2 de março de 2009

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Ministério da Ciência e Tecnologia	13
Ministério da Cultura	13
Ministério da Defesa	16
Ministério da Educação	18
Ministério da Fazenda	21
Ministério da Justiça	52
Ministério da Previdência Social	58
Ministério da Saúde	59
Ministério das Cidades	64
Ministério das Comunicações	64
Ministério de Minas e Energia	67
Ministério do Desenvolvimento Agrário	74
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	74
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	93
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	94
Ministério do Trabalho e Emprego	94
Ministério dos Transportes	98
Ministério Público da União	98
Tribunal de Contas da União	99
Poder Judiciário	100
Entidades de Frenização do Exercício das Profissões Liberais	101

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Agrícola Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53780.000.146/1997 e 53000.005296/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de maio de 2008, a concessão outorgada à Rádio Agrícola Ltda., pelo

Decreto nº 95.963, de 25 de abril de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centaurus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Piratuba, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo nº 53720.000.490/2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 058/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centaurus Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Piratuba, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015024/2003-81,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 17 de outubro de 2003, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, outorgada à Televisão Atalaia Ltda. pelo Decreto nº 72.613, de 14 de agosto de 1973, e renovada pelo Decreto nº 96.888, de 30 de setembro de 1988.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035227/2004-74,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., por meio da Portaria MIVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, renovada pelo Decreto nº 14 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1994, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 30 de outubro de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Transfere para a Fundação Monsenhor Victor Battistella a concessão outorgada à Rádio Luz e Alegria Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 20	R\$ 0,30	R\$ 1,40
de 22 a 70	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 150	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 264 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Atorno de 500 páginas o preço da tabela mais o adicional de páginas multiplicado por R\$ 0,037.



DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPERTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE CAMBUQUILA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Despertar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Cambuquira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 902, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unicrê, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 916, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro da Aparecida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unicrê, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à MEAC - MOVIMENTO ESPORTIVO AMADOR COQUEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.231, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à MEAC - Movimento Esportivo Amador Coqueense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO COMUNICAÇÃO LMW LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda-ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 12 de junho de 2009, que outorga concessão outorgada à Rádio Cultura de Aracatuba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à RÁDIO BARRETOES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à RÁDIO NATUREZA FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008, que outorga concessão outorgada à Rádio Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à RÁDIO NATUREZA FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão outorgada à Rádio Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão outorgada à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão outorgada à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APIACÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008, que outorga concessão outorgada à Associação de Amigos de Apiacás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

Decreto nº 89.547, de 11 de abril de 1984

Renova por 10 (dez) anos, as concessões outorgadas às entidades mencionadas, para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
no exercício do cargo de Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina
do com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos
do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo
em vista o que consta dos Processos MC nºs 29.100.000086/84, 174.091/83,
122.903/83, 123.296/83, 123.211/83, 122.875/83, 122.904/83, 123.258/83,
122.876/83 e 122.879/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 492, de 31 de maio de 1948.
Entidade: RÁDIO CLUBE DE BIRIGUI LTDA.
Cidade: Birigui
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940.
Entidade: RÁDIO BARRETOS LTDA.
Cidade: Barretos
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 357-B, de 28 de novembro de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CACIQUE.
Cidade: Lagoa Vermelha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MJNI nº 358-B, de 28 de novembro de 1961.
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE - RÁDIO CRISTAL.
Cidade: Soledade
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 396, de 22 de agosto de 1960.
Entidade: FUNDAÇÃO ISAEC DE COMUNICAÇÃO.
Cidade: Esteio
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 113, de 28 de janeiro de 1955.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Farroupilha
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 401, de 26 de abril de 1955.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA GARIBALDI LTDA.
Cidade: Garibaldi
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 06, de 08 de janeiro de 1960.
Entidade: RÁDIO REAL LTDA.
Cidade: Canoas
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 187, de 11 de abril de 1957.
Entidade: RÁDIO MIRIAM LTDA.
Cidade: Torres
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 818, de 29 de outubro de 1957.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA CAXIENSE LTDA.
Cidade: Caxias do Sul
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 83.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de maio de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 11 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.




MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiofusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 1927/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 01250.031353/2017-29**Assunto:** ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Barretos Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média com adaptação para frequência modulada (Evento SEI nº 2412989), no município de Barretos, e frequência modulada, na localidade de Colina, ambos no estado de São Paulo, por intermédio da qual apresenta Alteração Contratual nº 10 efetivada pela Entidade, consubstanciada em mudança de endereço de sócio e transferência de cotas.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica n.º 27055/2017 /SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2418199), concluiu pela expedição do Ofício nº 50575/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2418888) à Rádio Barretos Ltda, e, Ofício nº 50576/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2418939) à Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda, com vistas à regularização da extrapolação de limites, na qualidade de sócia, da Srª Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros. Em resposta, por meio do protocolo nº 01250.000807/2018-09, a Interessada atendeu prontamente a exigência formulada.

3. No tocante à análise das operações realizadas, por meio da Alteração Contratual:

3.1. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, nos termos Portaria nº 74, de 18 de julho de 2001 e Exposição de Motivos nº 81, de 15 de abril de 1986, respectivamente, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Luiz Antônio Monteiro de Barros	180.000	180.000,00
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	180.000	180.000,00
TOTAL	360.000	360.000,00

NOME	CARGO
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	Diretora Financeira
Luiz Antônio Monteiro de Barros	Diretor Superintendente e Comercial

3.2. No entanto, cabe registrar que constata-se dos assentamentos cadastrais como últimos quadros societário e diretivo **conhecidos** da Entidade, aqueles decorrentes da Alteração Contratual nº 9, de 29 de junho de 2007, registrada na JUCESP sob o nº

279.654/07-8, assim constituídos:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Lucas Sandoval Monteiro de Barros	28.800	28.800,00
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	331.200	331.200,00
TOTAL	360.000	360.000,00

NOME	CARGO
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	Diretora Financeira

3.2.1. Importante registrar que, em que pese ter sido consignado na Informação nº 244/2010/DIALC-DEAA/SCE/MC (evento SEI nº 2238608) que a composição societária apresentada a este Ministério em 16.10.2007 sob o nº 53000.057950/2007, correspondente à 8ª alteração contratual formalizada pela Entidade, tratar-se de transferência simples de cotas, observa-se do confronto analítico dos quadros aprovados e o constante da referida alteração que houve modificação de controle societário (transferência indireta), operação que dependia, para sua validade, de prévia anuência do Poder Concedente para ser levada a registro, conforme estabelecia, à época, a alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (redação dada pela Lei nº 10.610/2002).

3.3. Entretanto, verifica-se dos termos da Alteração Contratual nº 10, apresentada no bojo deste processo administrativo, que as composições societária e diretiva da Interessada passaram a ser as seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200	79.200,00
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	280.800	280.800,00
TOTAL	360.000	360.000,00

NOME	CARGO
Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros	Administradora

3.3.1 Observa-se que a Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

3.3.2. Por efeito desse dispositivo, confrontadas as datas de protocolização do requerimento constante deste processo (29.05.2017) e do registro da operação (04.12.2015), poderia-se dizer que não houve respeito ao prazo legal supracitado. Contudo, é imperioso registrar que a Entidade já havia comunicado a efetivação da referida alteração contratual, nos autos do processo administrativo nº 53900.074863/2015-21, em 22.12.2015, portanto, confrontando a data da primeira comunicação com a data de registro do ato, constata-se que a manifestação se deu de forma TEMPESTIVA.

4. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 2605397).

5. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 26.01.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 2605395).

5.1. Em que pese constar no SIACCO da Sr^a Márcia Guaritá S. Monteiro de Barros que esta integra a Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda, na qualidade de sócia e diretora, foram apresentadas, por meio dos protocolos nº 01250.066914/2017-19 e 01250.000807/2018-09, as Alterações Contratuais nº 7 e 8, em que a Sr^a Márcia se retira da composição diretiva e societária da susodita Entidade, regularizando, portanto, a extrapolação antes verificada.

6. Por fim, considerando que a Alteração já se encontra registrada, bem como a constatação da regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade. Ressalta-se ainda que, embora os registros cadastrais da Interessada sejam atualizados com a mencionada alteração, isso não a exime de apresentar a esta Pasta as demais alterações contratuais havidas após a 10^a.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta, e dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica a Alteração Contratual nº 10 (evento SEI nº 1915917), procedendo à atualização dos sistemas pertinentes, e posterior remessa ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Vassalo Silva, Analista de Nível Superior**, em 29/01/2018, às 14:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga, Substituta**, em 30/01/2018, às 09:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2605415** e o código CRC **872220E9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.031353/2017-29

SEI nº 2605415

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.070825/2013-81

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado nos protocolos nº 1138235 e 1138236, pela RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ Nº 44.771.137/0001-15), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 24/07/2018, às 16:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3193634** e o código CRC **72653AFB**.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3193634

Data de Envio:

24/07/2018 16:35:36

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

informações

Mensagem:

Processo nº 53000.070825/2013-81

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ Nº 44.771.137/0001-15), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barretos, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.


Zimbra

marluce.oliveira@mctic.gov.br

Re: informações

De : Leandro Pedro de Lima <leandro.lima@mctic.gov.br> Ter, 24 de jul de 2018 17:21

Assunto : Re: informações

 1 anexo

Para : MCTIC <coror@mctic.gov.br>

Cc : cgfi <cgfi@mctic.gov.br>, lilian misquita
<lilian.misquita@mctic.gov.br>, Mariza Oshiro
<mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Boa tarde.

Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do e-mail, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração – PAI's instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela RÁDIO BARRETOS LTDA, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barretos/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

Leandro Pedro de Lima

Agente de Telecomunicações e Eletricidade.
Serviço de Degravação - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI
Tel: 61-2027-5350



De: "MCTIC" <coror@mctic.gov.br>

Para: "cgfi" <cgfi@mctic.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 24 de julho de 2018 16:35:38

Assunto: informações

Processo nº 53000.070825/2013-81

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ Nº 44.771.137/0001-15), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barretos, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

[Menu Principal](#) ▼BOM DIA
EWERTON DE MIRANDA NASCIMENTOSistemas
InterativosBOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO BARRETOS LTDA
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:04:05 do dia 17/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:

Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:

Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:
Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:
Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:
Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros
Página: [1] [Ir] [Reg]
[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016. EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001: ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMCO3; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU: EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Teles de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Aciole de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/2001. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 3143/2013. Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300137

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Ottoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO BARRETOS
LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA
PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO
DE BARRETOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Rádio Barretos Ltda., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 44.771.137/0001-15 representada por sua administradora, Márica Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, inscrita no R.G. n.º 7.319.785 - SSP/SP, CPF n.º 057.243.428-63, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., pela Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Barretos Ltda. o canal 277 (duzentos e setenta e sete), correspondente à frequência 103,3 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata a Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará

sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Barretos, estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Testemunha

Permissionária

Testemunha

Despacho N° 57/2018/SEI-MCTIC

A **DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.023062/2017-67, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 652/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de abril de 2017, da frequência 1140 KHz, outorgada à Rádio Barretos Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Diretora de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 15/01/2018, às 17:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2569964** e o código CRC **A7E0B4E2**.

Despacho N° 1406/2016/SEI-MCTIC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.002104/2014-29, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barretos-SP, utilizando o canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 19002/2016/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1406/2016/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro:	Avenida 39, s/n.º	Bairro:	Centro	CEP:	14780-400
Localidade:	Barretos	UF:	SP	Coordenadas Geográficas:	20°S32'33,00" e 48°W33'27,00"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro:	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1	Bairro:	Centro	CEP:	14781-574
Localidade:	Barretos	UF:	SP		

TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)

Fabricante:	*****				
Modelo:	*****	Potência de Operação:	7,000 kW	Certificação/Homologação:	*****

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante:			Modelo:		Número de elementos:
Mectrônica Mec. e Elet. Ltda			MTFMA-6		6
Cota Base da Torre (C _{BT}):	Altura Centro de Irradiação (H _{CI}):	Azimute de Orientação:	Beam-tilt:	Ganho máximo:	
561 m	78,0 m	330° NV	0°	5,09 dBd	
Tipo:		Polarização:	ERP máxima:		
Omnidirecional		Circular	17,808 kW		

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante:	KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda		Modelo:	LCF 158-50JA	
Comprimento:		Eficiência:		Impedância Característica:	Atenuação:

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES

Azimute (radial) (°)	H_{SNMT} (m)*	ERP_{AZ} (kW)
0°	86	11,800
30°	127	12,121
60°	118	13,572
90°	107	15,435
120°	126	15,702
150°	100	14,812
180°	84	15,204
210°	82	17,103
240°	63	17,808
270°	100	16,756
300°	89	14,201
330°	105	12,806
VALORES MÉDIOS:	98,92	14,776

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar da Costa Barros, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto**, em 04/08/2016, às 18:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1278237



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1262895** e o código CRC **42972246**.



MG	Desterro do Melo	293	C
MG	Guaxupé	297	C
MG	Ibiritoga	224	C
MG	Inhapim	209	B2
MG	Itaverava	217	C
MG	Japaraíba	211	C
MG	Moema	210	C
MG	Pequeri	278	C
MG	Praúba	230	C
MG	Pouso Alto	218	C
MG	Rio Pomba	281	C
MG	Santana de Cataguases	218	C
MG	São José da Barra	210	C
MG	São Sebastião do Oeste	270	C
MG	Tocantins	217	C
MG	Virgínia	217	C
MS	Paranaíba	263	C
MS	Três Lagoas	220	C
PR	Japiraçu	207	C
PR	Jataizinho	220	C
RJ	Ribeirão Claro	242	C
RJ	Carmo	230	C
SP	Alambari	242	C
SP	Alto Alegre	217	C
SP	Américo de Campos	215	C
SP	Araçatuba	297	C
SP	Afãrãba	238	C
SP	Bady Bassitt	215	C
SP	Bálsamo	290	C
SP	Bento de Abreu	217	C
SP	Boa Esperança do Sul	273	C
SP	Bocaina	238	C
SP	Bofete	238	C
SP	Borbotema	267	C
SP	Buritiama	289	C
SP	Cabrália Paulista	212	C
SP	Caflândia	268	C
SP	Cunha	282	B1
SP	Fernão	238	C
SP	Floreal	226	C
SP	Glicério	234	C
SP	Guaratinguetá	206	B1
SP	Guaratininguetá	222	C
SP	Iacanga	211	C
SP	Ibiracema	207	C
SP	Icém	219	C
SP	Itaju	242	C
SP	Itapuí	212	C
SP	Jaborandi	228	C
SP	Lavínia	206	C
SP	Lavrínia	236	C
SP	Leopoldo Paulista	281	C
SP	Luizlândia	220	C
SP	Lutécia	209	C
SP	Mendonça	234	C
SP	Munhoz de Melo	220	C
SP	Nhandeara	203	C
SP	Oscar Bressane	220	C
SP	Paraitó	212	C
SP	Parapuã	226	C
SP	Parisi	234	C
SP	Pindorama	297	C
SP	Pontalina	215	C
SP	Potirendaba	277	C
SP	Pracinha	221	C
SP	Quintana	207	C
SP	Redenção da Serra	266	C
SP	Sabino	212	C
SP	Santa Maria da Serra	273	C
SP	São Francisco	217	C
SP	São Joaquim da Barra	295	C
SP	Tabapuã	267	C
SP	Taiúva	277	C
SP	Terra Roxa	219	C
SP	Timburi	219	C
SP	Tupi Paulista	217	C
SP	Durãuba	220	C
SP	Turmalina	220	C

ANEXO II

Inclusão de canais no PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe	Observação
MG	Cataguases	230	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S2306; 42W4146
MG	Congonhas	217	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2803; 43W5408
MG	Divinópolis	272	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Divinópolis	281	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Lagoa da Prata	210	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0122; 45W3233
MG	Passo Quatro	236	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2434; 44W5558
MG	Ponte Nova	209	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S2445; 42W5418
MG	Santa Cruz de Minas	224	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S0711; 44W1324
MG	São Lourenço	216	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S0700; 45W0300
MG	Ubã	218	C	
MG	Ubã	281	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0729; 42W5629
MG	Viçosa	293	B1	Coordenadas pré-fixadas: 20S4558; 42W5242
SP	Adamantina	220	A2	
SP	Adamantina	223	B1	

SP	Agudos	238	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2809; 48W5915
SP	Altinópolis	266	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S0132; 47W2226
SP	Andradina	267	B1	
SP	Andradina	295	B1	
SP	Aparecida	282	A1	Coordenadas pré-fixadas: 22S5051; 45W1314
SP	Apiaí	223	C	
SP	Auriflama	241	C	
SP	Avaré	296	C	
SP	Barretos	228	B2	
SP	Barretos	277	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S3233; 48W3327
SP	Bastos	278	C	
SP	Bilac	226	B2	
SP	Brotas	273	C	
SP	Buritiama	203	C	
SP	Cachoeira Paulista	206	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S3947; 45W0011
SP	Capão Bonito	233	C	
SP	Caragatatuba	266	B1	
SP	Cardoso	274	B2	
SP	Catanduva	238	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Catanduva	267	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Cruzeiro	203	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S3436; 44W5722
SP	Dracena	248	C	
SP	Dracena	259	C	
SP	Guaiara	284	C	
SP	Guararapes	206	C	
SP	Guaratinguetá	210	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Guaratinguetá	220	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Ibitinga	212	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S4508; 48W4744
SP	Itupeva	219	B1	
SP	Ituverava	241	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2032; 47W4857
SP	José Bonifácio	297	A4	
SP	Lins	269	B2	
SP	Lorena	223	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S4351; 45W0729
SP	Lucélia	250	C	
SP	Miguelópolis	287	C	
SP	Mirandópolis	217	B1	
SP	Mirassol	215	B1	
SP	Monte Aprazível	289	B1	
SP	Monte Azul Paulista	219	B2	
SP	Morro Agudo	275	C	
SP	Novo Horizonte	293	B2	
SP	Paraguacu Paulista	207	A4	
SP	Parabuna	250	C	
SP	Pedernêiras	281	C	
SP	Penópolis	202	B2	
SP	Penópolis	261	B2	
SP	Pereira Barreto	277	B1	
SP	Piraju	242	A2	
SP	Piraju	293	B1	
SP	Pompéia	254	C	
SP	Presidente Epitáfio	216	C	
SP	Proimissio	248	C	
SP	Rancharia	299	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S1322; 50W5416
SP	Registro	218	C	
SP	Santa Fé do Sul	263	B2	
SP	Santo Anastácio	268	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S5800; 51W3900
SP	São Joaquim da Barra	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S3453; 47W5117
SP	São José do Rio Preto	297	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S4152; 46W5303
SP	São Manuel	204	C	
SP	Tambau	296	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S4300; 47W1700
SP	Tanabi	293	C	
SP	Taquarituba	251	C	
SP	Teodoro Sampaio	249	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S3157; 52W1003
SP	Tupã	234	C	
SP	Tupã	262	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S5553; 50W3057
SP	Tupã Paulista	230	C	
SP	Ubatuba	276	A3	
SP	Valparaíso	233	C	
SP	Viradouro	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S5223; 48W1749

ATO Nº 5.698, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO VAQUINHA SOCIAL a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.015460/2015-52.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.095 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 19/09/2015 a 20/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 50.099 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Três Lagoas/MS, no período de 12/09/2015 a 13/09/2015.

Nº 50100 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jaguariúna/SP, no período de 18/09/2015 a 26/09/2015.

Nº 50.101 Autorizar GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA, CNPJ Nº 00.811.990/0001-48 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.102 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.103 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 18/09/2015 a 27/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.282, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.010036/2009-12, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria MC nº 322, de 07 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.984, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.051542/2012-59, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAXIAS DO SUL/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA
DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 3.771, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007594/2014-14, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TVCI - TV Comunicações Interativas Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua pro-

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO BARRETAO FM	
Telefone: (17) 3322-4488	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 50413937887
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5697, de 17 de setembro de 2015, publicado na Seção 1, página 54, do DOU de 18/9/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: - CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento: - Conjunto 02	
Bairro: Centro	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida 39	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal: 277	Frequência: 103.3 MHz	Classe: A3	ERP: 15kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004144927						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.543				Longitude: -48.558				Cota da base: 562 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 005151802884						Modelo: RUS-8K					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 7 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158-50JA						Fabricante: KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda.					
Comprimento da Linha: 82 m		Atenuação: 0.655 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-6						Fabricante: Mectrônica - Mec e Elet. Ltda.					
Ganho: 5.09 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Circular		HCl: 78 m		ERP Máximo: 17.8 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.79	10°: 1.84	20°: 1.78	30°: 1.67	40°: 1.54	50°: 1.36	60°: 1.18	70°: 0.98	80°: 0.77	90°: 0.62	100°: 0.55	110°: 0.53
120°: 0.55	130°: 0.62	140°: 0.73	150°: 0.8	160°: 0.81	170°: 0.77	180°: 0.69	190°: 0.53	200°: 0.33	210°: 0.17	220°: 0.05	230°: 0
240°: 0	250°: 0.28	260°: 0.68	270°: 0.97	280°: 1.02	290°: 0.96	300°: 0.89	310°: 0.84	320°: 0.79	330°: 0.85	340°: 1.13	350°: 1.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 17.8 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	353	Portaria	MC	19/06/1940	21/06/1940	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000021042014 29	1406	Decreto Legislativo	MCTIC	04/08/2016	12/08/2016	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1736421981	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
1740911983	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
508300013491993	11	Decreto	PR	14/12/1994	15/12/1994	Renovação	Jurídico
508300013491993	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000352272004	0	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
530000052582006	38	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000523742006	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000352272004	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.025770/2016-66	4315	Ato	ORLE	20/10/2016	31/12/1969	Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Jurídico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 18603/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.070825/2013-81.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1.140 (mil cento e quarenta quilohertz), classe B, na localidade de Barretos - SP, referente ao período 01/05/2014 a 01/05/2024 e que teve sua outorga adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada, conforme disposto no Termo Aditivo ao contrato celebrado com a União em 10/05/2016, publicado no DOU de 13/05/2016, utilizando o canal 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, na mesma localidade, procedimento de adaptação este disposto pelo Decreto PR 8.139 de 07/11/2013, regulamentado pela Portaria MC 127 de 12/03/2014 e alterações posteriores. Os autos do processo foram encaminhados a Gerência Regional de Radiodifusão no estado do Rio de Janeiro, para análise dos laudos técnicos apresentados.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 116, de 25 de março de 1999, Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de

seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

XXI - utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
- A Entidade não apresentou o Laudo de Vistoria Técnica da Estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada nos termos da última autorização do poder concedente.	-Apresentar Laudo de Vistoria Técnica da Estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para efeito de Renovação de outorga, com as Declarações do profissional habilitado e do Representante Legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 13/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada.

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton de Miranda Nascimento, Engenheiro**, em 22/08/2018, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 23/08/2018, às 08:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3275106** e o código CRC **D10ACCOB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 – Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 32879/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.771.137/0001-15)

Praça Joel Waldo Dal Moro, Conjunto 2, nº 1, Bairro Centro

CEP: 14.781-574 Barretos/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.070825/2013-81.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18603/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 23/08/2018, às 08:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3275239** e o código CRC **EAF02C0F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32879/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.070825/2013-81 - Nº SEI: 3275239

Data de Envio:

23/08/2018 14:24:36

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
ffonseca.eng@gmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3275239.html
Nota_Tecnica_3275106.html

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15
Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 02
14781-574 Barretos/SP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: **277 [103,3 MHz], classe A3**

Localidade: **Barretos/SP**

REFERÊNCIA PROCESSO n.º **53000.070825/2013-81**

Ofício n.º 32879/2018/SEI-MCTIC

NOTA TÉCNICA Nº 18603/2018/SEI-MCTIC

A RÁDIO BARRETOS LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, em conformidade com o Regulamento de Serviços de Radiodifusão, redação dada pela Lei n.º 13.424 de 2017, apresentar a documentação complementar solicitada no Ofício supracitado e ratificar o interesse na **renovação de outorga da FM** pelo seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

Nessa oportunidade, solicita a este conceituado Ministério o deferimento do pedido.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos votos de estima e consideração.

Barretos/SP, 31 de agosto 2018.

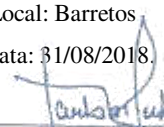
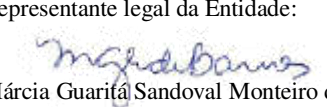


MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS

CPF: 057.243.428-63


Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO BARRETOS LTDA	
1.2- Indicativo de chamada:	1-2- Horário de funcionamento:00:00//24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: AVENIDA 39, S/Nº	
Cidade: BARRETOS	UF: SP
CEP: 14780-400	Telefone: (17) 3321-7070
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 20° 32' 33" S	
Longitude: 48° 33' 27" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: SINTECK SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	
2.3.2 – Modelo: RUS-8K	
2.3.3- Homologação/Certificação: 00515-18-02884	
2.3.4- Potência de operação(kW): 7,00 Potência medida(kW): 7,00	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 103300000 Hz Frequência medida(MHz): 103300005 Hz	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz): 5 Hz	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim () Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não

2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não se aplica
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não se aplica
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: Inexistente	
2.4.2 – Modelo:	
2.4.3- Homologação/Certificação:	
2.4.4- Potência de operação(kW): Potência medida(kW):	
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: Hz Frequência medida(MHz): Hz	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz): Hz	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	() Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	() Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	() Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	() Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	() Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim () Não se aplica
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	() Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim () Não se aplica
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	() Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	

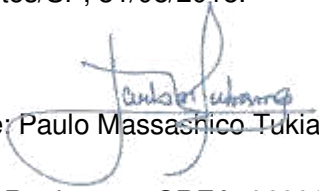
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: MECTRÔNICA – Mec. e Elet. Ltda	
2.5.1.2- Modelo: MTFMA-6	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 6	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: 78,0	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): 330°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: KMP-CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA	
2.5.2.2- Modelo: LCF 158-50JA	Comprimento: 82 metros
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	() Sim (x) Não se aplica
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	-81,6
3º Harmônico	-82,6
Espúrios	-45,5
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):

2º Harmônico	
3º Harmônico	
Espúrios	
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6. Estúdios	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: PRAÇA JOEL WALDO DAL MORO, nº 01 – Barretos/SP	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço:	
7. Informações Adicionais	
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria	
Carga BIRD modelo 8755 no de série 30KH /Medidor de potência BIRD mod. 4600-037	
Medidor de Frequência Goldstar modelo FC2130U	
Gerador de Áudio, Medidor de Distorção e Voltímetro de áudio HP modelo 339	
Analisador de Espectro HP 141T/ 8554	
Osciloscópio/ Multímetro Fluke modelo 199C com Termômetro Fluke 80T-IR	
GPS- Modelo ETREX	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Paulo Massashico Tukiana Local: Barretos Data: 31/08/2018  Eng. Paulo M. Tukiana CREA: 0600659507/SP CPF: 759.486.058-68 Representante legal da Entidade:  Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros CPF: 057.243.428-63 	

DECLARAÇÃO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da Rádio Barretos Ltda localizada na cidade de Barretos no Estado de São Paulo no dia 31 de agosto de 2018. O presente laudo consta de 05 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica..........,de que faço uso".

Barretos/SP, 31/08/2018.


nome: Paulo Massashico Tukiana

nº de Registro no CREA: 0600659507-SP

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Rádio Barretos Ltda, declaro que o Sr. Paulo M. Tukiama esteve nesta cidade de Barretos no Estado de São Paulo no dia 31 de agosto de 2018, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM.

Barretos/SP, 31/08/2018.



nome: Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros
CPF: 057.243.428-63
cargo que exerce na entidade: Administradora



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
28027230181041166

1. Responsável Técnico

PAULO MASSASHICO TUKIAMA

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

RNP: 2614953997

Registro: 0600659507-SP

Registro:

Empresa Contratada:

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Barretos Ltda**

CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

Endereço: **Praça JOEL WALDO DAL MORO**

Nº: 1

Complemento: **cj 2**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Barretos**

UF: **SP**

CEP: 14781-574

Contrato:

Celebrado em: **24/08/2018**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **2.000,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Avenida PACAEMBU**

Nº: 982

Complemento: **Depto Engenharia**

Bairro: **PACAEMBU**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: 01234-000

Data de Início: **27/08/2018**

Previsão de Término: **27/08/2018**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Quantidade

Unidade

Laudo

Telecomunicação

Radio

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria visando Renovação de Outorga da estação FM 103,3 MHz (canal 277/A3), na cidade de Barretos/SP.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

PAULO MASSASHICO TUKIAMA - CPF: 759.486.058-68

Rádio Barretos Ltda - CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 82,94

Registrada em: 27/08/2018

Valor Pago R\$ 82,94

Nosso Número: 28027230181041166

Versão do sistema

Impresso em: 28/08/2018 11:20:13

[Menu Principal](#) ▼BOM DIA
EWERTON DE MIRANDA NASCIMENTOSistemas
InterativosBOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO BARRETOS LTDA
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:04:05 do dia 17/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:

Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:

Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:

Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:

Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016. EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001: ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMCO3; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU: EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Teles de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Aciole de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/2001. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 3143/2013 Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300137

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Ottoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO BARRETOS
LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA
PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO
DE BARRETOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Rádio Barretos Ltda., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 44.771.137/0001-15 representada por sua administradora, Márica Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, inscrita no R.G. n.º 7.319.785 - SSP/SP, CPF n.º 057.243.428-63, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., pela Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Barretos Ltda. o canal 277 (duzentos e setenta e sete), correspondente à frequência 103,3 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata a Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará

sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Barretos, estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Testemunha

Permissionária

Testemunha

Despacho N° 57/2018/SEI-MCTIC

A **DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.023062/2017-67, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 652/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de abril de 2017, da frequência 1140 KHz, outorgada à Rádio Barretos Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Diretora de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 15/01/2018, às 17:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2569964** e o código CRC **A7E0B4E2**.

Despacho N° 1406/2016/SEI-MCTIC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.002104/2014-29, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barretos-SP, utilizando o canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 19002/2016/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1406/2016/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro:	Avenida 39, s/n.º	Bairro:	Centro	CEP:	14780-400
Localidade:	Barretos	UF:	SP	Coordenadas Geográficas:	20°S32'33,00" e 48°W33'27,00"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro:	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1	Bairro:	Centro	CEP:	14781-574
Localidade:	Barretos	UF:	SP		

TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)

Fabricante:	*****				
Modelo:	*****	Potência de Operação:	7,000 kW	Certificação/Homologação:	*****

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante:			Modelo:		Número de elementos:
Mectrônica Mec. e Elet. Ltda			MTFMA-6		6
Cota Base da Torre (C _{BT}):	Altura Centro de Irradiação (H _{CI}):	Azimute de Orientação:		Beam-tilt:	Ganho máximo:
561 m	78,0 m	330° NV		0°	5,09 dBd
Tipo:		Polarização:		ERP máxima:	
Omnidirecional		Circular		17,808 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante:	KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda			Modelo:	LCF 158-50JA
Comprimento:		Eficiência:		Impedância Característica:	Atenuação:

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES

Azimute (radial) (°)	H_{SNMT} (m)*	ERP_{AZ} (kW)
0°	86	11,800
30°	127	12,121
60°	118	13,572
90°	107	15,435
120°	126	15,702
150°	100	14,812
180°	84	15,204
210°	82	17,103
240°	63	17,808
270°	100	16,756
300°	89	14,201
330°	105	12,806
VALORES MÉDIOS:	98,92	14,776

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar da Costa Barros, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto**, em 04/08/2016, às 18:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1278237



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1262895** e o código CRC **42972246**.



MG	Desterro do Melo	293	C
MG	Guaxupé	297	C
MG	Ibiritoga	224	C
MG	Inhapim	209	B2
MG	Itaverava	217	C
MG	Japaraíba	211	C
MG	Moema	210	C
MG	Pequeri	278	C
MG	Praúba	230	C
MG	Pouso Alto	218	C
MG	Rio Pomba	281	C
MG	Santana de Cataguases	218	C
MG	São José da Barra	210	C
MG	São Sebastião do Oeste	270	C
MG	Tocantins	217	C
MG	Virgínia	217	C
MS	Paranaíba	263	C
MS	Três Lagoas	220	C
PR	Japiraçu	207	C
PR	Jataizinho	220	C
RJ	Ribeirão Claro	242	C
RJ	Carmo	230	C
SP	Alambari	242	C
SP	Alto Alegre	217	C
SP	Américo de Campos	215	C
SP	Araçatuba	297	C
SP	Afãrãba	238	C
SP	Bady Bassitt	215	C
SP	Bálsamo	290	C
SP	Bento de Abreu	217	C
SP	Boa Esperança do Sul	273	C
SP	Bocaina	238	C
SP	Bofete	238	C
SP	Borbotema	267	C
SP	Buritiama	289	C
SP	Cabrália Paulista	212	C
SP	Caflândia	268	C
SP	Cunha	282	B1
SP	Fernão	238	C
SP	Floreal	226	C
SP	Glicério	234	C
SP	Guaratingueta	206	B1
SP	Guaratingueta	222	C
SP	Iacanga	211	C
SP	Ibiracema	207	C
SP	Icém	219	C
SP	Itaju	242	C
SP	Itapuí	212	C
SP	Jaborandi	228	C
SP	Lavínia	206	C
SP	Lavrínia	236	C
SP	Leopoldo Paulista	281	C
SP	Luizlândia	220	C
SP	Lutécia	209	C
SP	Mendonça	234	C
SP	Munhoz de Melo	220	C
SP	Nhandeara	203	C
SP	Oscar Bressane	220	C
SP	Paraitó	212	C
SP	Parapuã	226	C
SP	Parisi	234	C
SP	Pindorama	297	C
SP	Pontalina	215	C
SP	Potirendaba	277	C
SP	Pracínha	221	C
SP	Quintana	207	C
SP	Redenção da Serra	266	C
SP	Sabino	212	C
SP	Santa Maria da Serra	273	C
SP	São Francisco	217	C
SP	São Joaquim da Barra	295	C
SP	Tabapuã	267	C
SP	Taiúva	277	C
SP	Terra Roxa	219	C
SP	Timburi	219	C
SP	Tupi Paulista	217	C
SP	Turiúba	220	C
SP	Turmalina	220	C

ANEXO II

Inclusão de canais no PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe	Observação
MG	Cataguases	230	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S2306; 42W4146
MG	Congonhas	217	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2803; 43W5408
MG	Divinópolis	272	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Divinópolis	281	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Lagoa da Prata	210	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0122; 45W3233
MG	Passa Quatro	236	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2434; 44W5558
MG	Ponte Nova	209	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S2445; 42W5418
MG	Santa Cruz de Minas	224	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S0711; 44W1324
MG	São Lourenço	216	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S0700; 45W0300
MG	Ubã	218	C	
MG	Ubã	281	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0729; 42W5629
MG	Viçosa	293	B1	Coordenadas pré-fixadas: 20S4558; 42W5242
SP	Adamantina	220	A2	
SP	Adamantina	223	B1	

SP	Agudos	238	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2809; 48W5915
SP	Altinópolis	266	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S0132; 47W2226
SP	Andradina	267	B1	
SP	Andradina	295	B1	
SP	Aparecida	282	A1	Coordenadas pré-fixadas: 22S5051; 45W1314
SP	Apiaí	223	C	
SP	Auriflama	241	C	
SP	Avaré	296	C	
SP	Barretos	228	B2	
SP	Barretos	277	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S3233; 48W3327
SP	Bastos	278	C	
SP	Bilac	226	B2	
SP	Brotas	273	C	
SP	Buritiama	203	C	
SP	Cachoeira Paulista	206	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S3947; 45W0011
SP	Capão Bonito	233	C	
SP	Caragatatuba	266	B1	
SP	Cardoso	274	B2	
SP	Catanduva	238	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Catanduva	267	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Cruzeiro	203	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4346; 44W5722
SP	Dracena	248	C	
SP	Dracena	259	C	
SP	Guaiara	284	C	
SP	Guararapes	206	C	
SP	Guaratingueta	210	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Guaratingueta	220	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Ibitinga	212	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S4508; 48W4744
SP	Itupeva	219	B1	
SP	Ituverava	241	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2032; 47W4857
SP	José Bonifácio	297	A4	
SP	Lins	269	B2	
SP	Lorena	223	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S4351; 45W0729
SP	Lucélia	250	C	
SP	Miguelópolis	287	C	
SP	Mirandópolis	217	B1	
SP	Mirassol	215	B1	
SP	Monte Aprazível	289	B1	
SP	Monte Azul Paulista	219	B2	
SP	Morro Agudo	275	C	
SP	Novo Horizonte	293	B2	
SP	Paraguari Paulista	207	A4	
SP	Parabuna	250	C	
SP	Pedernêiras	281	C	
SP	Penópolis	202	B2	
SP	Penópolis	261	B2	
SP	Pereira Barreto	277	B1	
SP	Piraju	242	A2	
SP	Piraju	293	B1	
SP	Pompéia	254	C	
SP	Presidente Epitácio	216	C	
SP	Proimissio	248	C	
SP	Rancharia	299	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S1322; 50W5416
SP	Registro	218	C	
SP	Santa Fé do Sul	263	B2	
SP	Santo Anastácio	268	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S5800; 51W3900
SP	São Joaquim da Barra	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S3453; 47W5117
SP	São José do Rio Preto	297	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S4152; 46W5303
SP	São Manuel	204	C	
SP	Tambaú	296	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S4300; 47W1700
SP	Tanabi	293	C	
SP	Taquarituba	251	C	
SP	Teodoro Sampaio	249	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S3157; 52W1003
SP	Tupã	234	C	
SP	Tupã	262	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S5553; 50W3057
SP	Tupi Paulista	230	C	
SP	Ubatuba	276	A3	
SP	Valparaíso	233	C	
SP	Viradouro	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S5223; 48W1749

ATO Nº 5.698, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO VAQUINHA SOCIAL a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.015460/2015-52.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.095 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 19/09/2015 a 20/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 50.099 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Três Lagoas/MS, no período de 12/09/2015 a 13/09/2015.

Nº 50100 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jaguariúna/SP, no período de 18/09/2015 a 26/09/2015.

Nº 50.101 Autorizar GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA, CNPJ Nº 00.811.990/0001-48 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.102 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.103 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 18/09/2015 a 27/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.282, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.010036/2009-12, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria MC nº 322, de 07 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.984, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.051542/2012-59, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAXIAS DO SUL/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA
DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 3.771, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007594/2014-14, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TVCI - TV Comunicações Interativas Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua pro-

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO BARRETAO FM	
Telefone: (17) 3322-4488	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 50413937887
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5697, de 17 de setembro de 2015, publicado na Seção 1, página 54, do DOU de 18/9/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: - CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento: - Conjunto 02	
Bairro: Centro	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida 39	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal: 277	Frequência: 103.3 MHz	Classe: A3	ERP: 15kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004144927						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.543				Longitude: -48.558				Cota da base: 562 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 005151802884						Modelo: RUS-8K					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 7 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158-50JA						Fabricante: KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda.					
Comprimento da Linha: 82 m		Atenuação: 0.655 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-6						Fabricante: Mectrônica - Mec e Elet. Ltda.					
Ganho: 5.09 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Circular		HCl: 78 m		ERP Máximo: 17.8 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.79	10°: 1.84	20°: 1.78	30°: 1.67	40°: 1.54	50°: 1.36	60°: 1.18	70°: 0.98	80°: 0.77	90°: 0.62	100°: 0.55	110°: 0.53
120°: 0.55	130°: 0.62	140°: 0.73	150°: 0.8	160°: 0.81	170°: 0.77	180°: 0.69	190°: 0.53	200°: 0.33	210°: 0.17	220°: 0.05	230°: 0
240°: 0	250°: 0.28	260°: 0.68	270°: 0.97	280°: 1.02	290°: 0.96	300°: 0.89	310°: 0.84	320°: 0.79	330°: 0.85	340°: 1.13	350°: 1.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 17.8 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	353	Portaria	MC	19/06/1940	21/06/1940	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000021042014 29	1406	Decreto Legislativo	MCTIC	04/08/2016	12/08/2016	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1736421981	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
1740911983	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
508300013491993	11	Decreto	PR	14/12/1994	15/12/1994	Renovação	Jurídico
508300013491993	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000352272004	0	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
530000052582006	38	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000523742006	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000352272004	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.025770/2016-66	4315	Ato	ORLE	20/10/2016	31/12/1969	Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Jurídico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (00) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 02008007103
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: CONJUNTO 02	
Bairro: CENTRO	Numero: 01,	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. 39	Complemento:	
Bairro: SANTANA	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: PRAÇA DONA INÁCIA JUNQUEIRA DE TOLEDO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 8	
Município: Colina	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA JOEL WALDO DEL MORO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 1140 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.002 noite: 0.0005kW
Altura: 86 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7803656				Número Indicativo: ZYK555			
Data Último Licenciamento: 19/02/2015				Número da Licença: 000001/2015-SP			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 1				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 86.00				Comprimento de Radiais: 55.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 1			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 310.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -20.5425		Longitude: -48.5575			Cota da base: 562.00 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 010930502299				Modelo: AM3000			
Fabricante: Digicast Eletrônica Ltda.				Potência de Operação: 2.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo: LCF 7/8				Fabricante: KMP - RFS			
Comprimento da Linha: 75.00 m		Atenuação dB100m: .12 dB		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms	
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 013882XXX0013				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: .500 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
9999	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	09/08/1985	15/12/1994	Renovação	Jurídico
9999	1375	Portaria	DMC	15/08/1985		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	465	Portaria	DMC	24/06/1986		Mudança de Local	Técnico

9999	768	Portaria	DMC	20/10/1986		Mudança de Local	Técnico
9999	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Renovação	Jurídico
9999	48	Despacho	SSCE	06/03/2008		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	0	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
9999	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
9999	38	Portaria	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
9999	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7172	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 20286/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.070825/2013-81.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1 . Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 1.140 (mil cento e quarenta quilohertz), classe B, na localidade de Barretos - SP, referente ao período 01/05/2014 a 01/05/2024 e que teve sua outorga adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada, conforme disposto no Termo Aditivo ao contrato celebrado com a União em 10/05/2016, publicado no DOU de 13/05/2016, utilizando o canal 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, na mesma localidade, procedimento de adaptação este disposto pelo Decreto PR 8.139 de 07/11/2013, regulamentado pela Portaria MC 127 de 12/03/2014 e alterações posteriores. Os autos do processo foram encaminhados a Gerência Regional de Radiodifusão no estado do Rio de Janeiro, para análise dos laudos técnicos apresentados.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de

seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

XXI - utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão.

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>- No Laudo de Vistoria Técnica da Estação apresentado foram verificadas as seguintes inconformidades em relação ao exigido pela legislação:</p> <p>. O valor apresentado da medição da atenuação de espúrios, no transmissor principal da estação, (-45,5 dB), não atende ao limite exigido para os espúrios com afastamento acima de 600 kHz, ($73 + P_{dB}$).</p>	<p>- Apresentar as medições de espúrios com afastamento acima de 600 kHz no transmissor principal da estação, conforme disposto no subitem 3.5.7, da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton de Miranda Nascimento, Engenheiro**, em 20/09/2018, às 15:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 20/09/2018, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3340674** e o código CRC **4303047C**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 35746/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.771.137/0001-15)

Praça Joel Waldo Dal Moro, Conjunto 2, nº 1, Bairro Centro

CEP: 14.781-574 Barretos/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.070825/2013-81.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 20286/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 20/09/2018, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3341033** e o código CRC **E6588FE1**.

Data de Envio:

21/09/2018 11:18:04

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
ffonseca.eng@gmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3340674.html
Oficio_3341033.html

Data de Envio:

25/09/2018 11:46:05

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
ffonseca.eng@gmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3340674.html
Oficio_3341033.html

RÁDIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44.771.137/0001-15
Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 02
14781-574 Barretos/SP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: **277 [103,3 MHz], classe A3**

Localidade: **Barretos/SP**

REFERÊNCIA PROCESSO n.º **53000.070825/2013-81**

Ofício n.º 35746/2018/SEI-MCTIC

NOTA TÉCNICA N.º 20286/2018/SEI-MCTIC

A RÁDIO BARRETOS LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, em conformidade com o Regulamento de Serviços de Radiodifusão, redação dada pela Lei n.º 13.424 de 2017, apresentar a documentação complementar solicitada no Ofício supracitado e em conformidade com o subitem 3.2.7, da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

Nessa oportunidade, solicita a este conceituado Ministério o deferimento do pedido da **renovação de outorga da FM** pelo seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos votos de estima e consideração.

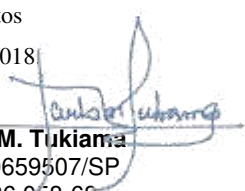
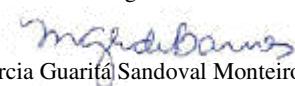

Barretos/SP, 25 de setembro 2018.


MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS
CPF: 057.243.428-63


Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO BARRETOS LTDA	
1.2- Indicativo de chamada:	1-2- Horário de funcionamento: 00:00//24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: AVENIDA 39, S/Nº	
Cidade: BARRETOS	UF: SP
CEP: 14780-400	Telefone: (17) 3321-7070
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 20° 32' 33" S	
Longitude: 48° 33' 27" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: SINTECK SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	
2.3.2 – Modelo: RUS-8K	
2.3.3- Homologação/Certificação: 00515-18-02884	
2.3.4- Potência de operação(kW): 7,00 Potência medida(kW): 7,00	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 103300000 Hz Frequência medida(MHz): 103300005 Hz	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz): 5 Hz	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim () Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não

2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não se aplica
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não se aplica
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: Inexistente	
2.4.2 – Modelo:	
2.4.3- Homologação/Certificação:	
2.4.4- Potência de operação(kW): Potência medida(kW):	
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: Hz Frequência medida(MHz): Hz	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz): Hz	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	() Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	() Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	() Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	() Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	() Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim () Não se aplica
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	() Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim () Não se aplica
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	() Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	

2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: MECTRÔNICA – Mec. e Elet. Ltda	
2.5.1.2- Modelo: MTFMA-6	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 6	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: 78,0	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): 330°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: KMP-CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA	
2.5.2.2- Modelo: LCF 158-50JA	Comprimento: 82 metros
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	() Sim (x) Não se aplica
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	-81,6
3º Harmônico	-82,6
Espúrios	120 kHz a 240 kHz = -35,3 240 kHz até 600 kHz = -45,5 acima de 600 kHz = -81,5

4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	
3º Harmônico	
Espúrios	
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6. Estúdios	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: PRAÇA JOEL WALDO DAL MORO, nº 01 – Barretos/SP	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço:	
7. Informações Adicionais	
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria	
Carga BIRD modelo 8755 no de série 30KH /Medidor de potência BIRD mod. 4600-037	
Medidor de Frequência Goldstar modelo FC2130U	
Gerador de Áudio, Medidor de Distorção e Voltímetro de áudio HP modelo 339	
Analisador de Espectro HP 141T/ 8554	
Osciloscópio/ Multímetro Fluke modelo 199C com Termômetro Fluke 80T-IR	
GPS- Modelo ETREX	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Paulo Massashico Tukiama Local: Barretos Data: 25/09/2018  Eng. Paulo M. Tukiama CREA: 0600659507/SP CPF: 759.486.058-68 Representante legal da Entidade:  Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros CPF: 057.243.428-63 	

DECLARAÇÃO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da Rádio Barretos Ltda localizada na cidade de Barretos no Estado de São Paulo no dia 25 de setembro de 2018. O presente laudo consta de 05 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica..... ....., de que faço uso".

Barretos/SP, 25/09/2018.


nome: Paulo Massashico Tukiama

nº de Registro no CREA: 0600659507-SP

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Rádio Barretos Ltda, declaro que o Sr. Paulo M. Tukiama esteve nesta cidade de Barretos no Estado de São Paulo no dia 25 de setembro de 2018, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM.

Barretos/SP, 25/09/2018.



nome: Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros
CPF: 057.243.428-63
cargo que exerce na entidade: Administradora



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
28027230181041166

1. Responsável Técnico

PAULO MASSASHICO TUKIAMA

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

RNP: 2614953997

Registro: 0600659507-SP

Registro:

Empresa Contratada:

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Barretos Ltda**

CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

Endereço: **Praça JOEL WALDO DAL MORO**

Nº: 1

Complemento: **cj 2**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Barretos**

UF: **SP**

CEP: 14781-574

Contrato:

Celebrado em: **24/08/2018**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **2.000,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Avenida PACAEMBU**

Nº: 982

Complemento: **Depto Engenharia**

Bairro: **PACAEMBU**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: 01234-000

Data de Início: **27/08/2018**

Previsão de Término: **27/08/2018**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Quantidade

Unidade

Laudo

Telecomunicação

Radio

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria visando Renovação de Outorga da estação FM 103,3 MHz (canal 277/A3), na cidade de Barretos/SP.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

Local

data

PAULO MASSASHICO TUKIAMA - CPF: 759.486.058-68

Rádio Barretos Ltda - CPF/CNPJ: 44.771.137/0001-15

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 82,94

Registrada em: 27/08/2018

Valor Pago R\$ 82,94

Nosso Número: 28027230181041166

Versão do sistema

Impresso em: 28/08/2018 11:20:13

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
EWERTON DE MIRANDA NASCIMENTOSistemas
InterativosBOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO BARRETOS LTDA
CNPJ: 44.771.137/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:59:09 do dia 26/09/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/10/2018.

Certidão expedida gratuitamente.


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:
Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:
Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:
Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros
Página: [1] [Ir] [Reg]
[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)


[Menu Principal](#)
[SIACCO](#) » [Consultas Gerais](#) » [Perfil das Empresas](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO BARRETOS LTDA

CNPJ: 44771137000115

Presidente:
Endereço: PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

E-mail:
Capital Social: 360.000,00

Reserva de Capital:
Total: 360.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	280.800	280.800,00
345.136.238-45	LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	79.200	79.200,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
057.243.428-63	MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros
Página: [1] [Ir] [Reg]
[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016
EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001: ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMCO3; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU:
EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Tolentino de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Aciole de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFACIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/2001. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSORCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada.
Processo Administrativo nº 3143/2013
Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300137

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Otoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO BARRETOS
LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA
PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO
DE BARRETOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Rádio Barretos Ltda., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 44.771.137/0001-15 representada por sua administradora, Márica Guaritá Sandoval Monteiro de Barros, inscrita no R.G. n.º 7.319.785 - SSP/SP, CPF n.º 057.243.428-63, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., pela Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Barretos Ltda. o canal 277 (duzentos e setenta e sete), correspondente à frequência 103,3 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata a Portaria n.º 251, de 14 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1989, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará

sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Barretos, estado de São Paulo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Testemunha

Permissionária

Testemunha

Despacho N° 57/2018/SEI-MCTIC

A **DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.023062/2017-67, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 652/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de abril de 2017, da frequência 1140 KHz, outorgada à Rádio Barretos Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Diretora de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 15/01/2018, às 17:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2569964** e o código CRC **A7E0B4E2**.

Despacho N° 1406/2016/SEI-MCTIC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.002104/2014-29, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barretos-SP, utilizando o canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 19002/2016/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1406/2016/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro:	Avenida 39, s/n.º	Bairro:	Centro	CEP:	14780-400
Localidade:	Barretos	UF:	SP	Coordenadas Geográficas:	20°S32'33,00" e 48°W33'27,00"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro:	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1	Bairro:	Centro	CEP:	14781-574
Localidade:	Barretos	UF:	SP		

TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)

Fabricante:	*****				
Modelo:	*****	Potência de Operação:	7,000 kW	Certificação/Homologação:	*****

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante:			Modelo:		Número de elementos:
Mectrônica Mec. e Elet. Ltda			MTFMA-6		6
Cota Base da Torre (C _{BT}):	Altura Centro de Irradiação (H _{CI}):	Azimute de Orientação:		Beam-tilt:	Ganho máximo:
561 m	78,0 m	330° NV		0°	5,09 dBd
Tipo:		Polarização:		ERP máxima:	
Omnidirecional		Circular		17,808 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante:	KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda		Modelo:	LCF 158-50JA	
Comprimento:		Eficiência:		Impedância Característica:	Atenuação:

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES

Azimute (radial) (°)	H _{SNMT} (m)*	ERP _{AZ} (kW)
0°	86	11,800
30°	127	12,121
60°	118	13,572
90°	107	15,435
120°	126	15,702
150°	100	14,812
180°	84	15,204
210°	82	17,103
240°	63	17,808
270°	100	16,756
300°	89	14,201
330°	105	12,806
VALORES MÉDIOS:	98,92	14,776

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar da Costa Barros, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto**, em 04/08/2016, às 18:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1278237



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1262895** e o código CRC **42972246**.



MG	Desterro do Melo	293	C
MG	Guaxupé	297	C
MG	Ibiritoga	224	C
MG	Inhapim	209	B2
MG	Itaverava	217	C
MG	Japaraíba	211	C
MG	Moema	210	C
MG	Pequeri	278	C
MG	Praúba	230	C
MG	Pouso Alto	218	C
MG	Rio Pomba	281	C
MG	Santana de Cataguases	218	C
MG	São José da Barra	210	C
MG	São Sebastião do Oeste	270	C
MG	Tocantins	217	C
MG	Virgínia	217	C
MS	Paranaíba	263	C
MS	Três Lagoas	220	C
PR	Japiraçu	207	C
PR	Jataizinho	220	C
RJ	Ribeirão Claro	242	C
RJ	Carmo	230	C
SP	Alambari	242	C
SP	Alto Alegre	217	C
SP	Américo de Campos	215	C
SP	Araçatuba	297	C
SP	Afãrãba	238	C
SP	Bady Bassitt	215	C
SP	Bálsamo	290	C
SP	Bento de Abreu	217	C
SP	Boa Esperança do Sul	273	C
SP	Bocaina	238	C
SP	Bofete	238	C
SP	Borbotema	267	C
SP	Buritiama	289	C
SP	Cabrália Paulista	212	C
SP	Caflândia	268	C
SP	Cunha	282	B1
SP	Fernão	238	C
SP	Floreal	226	C
SP	Glicério	234	C
SP	Guaratinguetá	206	B1
SP	Guaratininguetá	222	C
SP	Iacanga	211	C
SP	Ibiracema	207	C
SP	Icém	219	C
SP	Itaju	242	C
SP	Itapuí	212	C
SP	Jaborandi	228	C
SP	Lavínia	206	C
SP	Lavrínia	236	C
SP	Leopoldo Paulista	281	C
SP	Luizlândia	220	C
SP	Lutécia	209	C
SP	Mendonça	234	C
SP	Munhoz de Melo	220	C
SP	Nhandeara	203	C
SP	Oscar Bressane	220	C
SP	Paraito	212	C
SP	Parapuã	226	C
SP	Parisi	234	C
SP	Pindorama	297	C
SP	Pontalina	215	C
SP	Potirendaba	277	C
SP	Pracinha	221	C
SP	Quintana	207	C
SP	Redenção da Serra	266	C
SP	Sabino	212	C
SP	Santa Maria da Serra	273	C
SP	São Francisco	217	C
SP	São Joaquim da Barra	295	C
SP	Tabapuã	267	C
SP	Taiúva	277	C
SP	Terra Roxa	219	C
SP	Timburi	219	C
SP	Tupi Paulista	217	C
SP	Turiúba	220	C
SP	Turmalina	220	C

ANEXO II

Inclusão de canais no PBFM:

UF	Localidade	Canal	Classe	Observação
MG	Cataguases	230	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S2306; 42W4146
MG	Congonhas	217	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2803; 43W5408
MG	Divinópolis	272	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Divinópolis	281	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0848; 44W5146
MG	Lagoa da Prata	210	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S0122; 45W3233
MG	Passa Quatro	236	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2434; 44W5558
MG	Ponte Nova	209	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S2445; 42W5418
MG	Santa Cruz de Minas	224	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S0711; 44W1324
MG	São Lourenço	216	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S0700; 45W0300
MG	Ubã	218	C	
MG	Ubã	281	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0729; 42W5629
MG	Viçosa	293	B1	Coordenadas pré-fixadas: 20S4558; 42W5242
SP	Adamantina	220	A2	
SP	Adamantina	223	B1	

SP	Agudos	238	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S2809; 48W5915
SP	Altinópolis	266	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S0132; 47W2226
SP	Andradina	267	B1	
SP	Andradina	295	B1	
SP	Aparecida	282	A1	Coordenadas pré-fixadas: 22S5051; 45W1314
SP	Apiaí	223	C	
SP	Auriflama	241	C	
SP	Avaré	296	C	
SP	Barretos	228	B2	
SP	Barretos	277	A3	Coordenadas pré-fixadas: 20S3233; 48W3327
SP	Bastos	278	C	
SP	Bilac	226	B2	
SP	Brotas	273	C	
SP	Buritiama	203	C	
SP	Cachoeira Paulista	206	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S3947; 45W0011
SP	Capão Bonito	233	C	
SP	Caragatatuba	266	B1	
SP	Cardoso	274	B2	
SP	Catanduva	238	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Catanduva	267	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S0816; 48W822
SP	Cruzeiro	203	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4346; 44W5722
SP	Dracena	248	C	
SP	Dracena	259	C	
SP	Guaiara	284	C	
SP	Guararapes	206	C	
SP	Guaratinguetá	210	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Guaratinguetá	220	B1	Coordenadas pré-fixadas: 22S4859; 45W1133
SP	Ibitinga	212	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S4508; 48W4744
SP	Itupeva	219	B1	
SP	Ituverava	241	A4	Coordenadas pré-fixadas: 20S2032; 47W4857
SP	José Bonifácio	297	A4	
SP	Lins	269	B2	
SP	Lorena	223	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S4351; 45W0729
SP	Lucélia	250	C	
SP	Miguelópolis	287	C	
SP	Mirandópolis	217	B1	
SP	Mirassol	215	B1	
SP	Monte Aprazível	289	B1	
SP	Monte Azul Paulista	219	B2	
SP	Morro Agudo	275	C	
SP	Novo Horizonte	293	B2	
SP	Paraguari Paulista	207	A4	
SP	Parabuna	250	C	
SP	Pedernêiras	281	C	
SP	Penópolis	202	B2	
SP	Penópolis	261	B2	
SP	Pereira Barreto	277	B1	
SP	Pirajui	242	A2	
SP	Pirajui	293	B1	
SP	Pompéia	254	C	
SP	Presidente Epitáfio	216	C	
SP	Proimissio	248	C	
SP	Rancharia	299	A4	Coordenadas pré-fixadas: 22S1322; 50W5416
SP	Registro	218	C	
SP	Santa Fé do Sul	263	B2	
SP	Santo Anastácio	268	A4	Coordenadas pré-fixadas: 21S5800; 51W3900
SP	São Joaquim da Barra	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S3453; 47W5117
SP	São José do Rio Preto	297	B1	Coordenadas pré-fixadas: 21S4152; 46W5303
SP	São Manuel	204	C	
SP	Tambaú	296	C	Coordenadas pré-fixadas: 21S4300; 47W1700
SP	Tanabi	293	C	
SP	Taquarituba	251	C	
SP	Teodoro Sampaio	249	C	Coordenadas pré-fixadas: 22S3157; 52W1003
SP	Tupã	234	C	
SP	Tupã	262	A3	Coordenadas pré-fixadas: 21S5553; 50W3057
SP	Tupã Paulista	230	C	
SP	Ubatuba	276	A3	
SP	Valparaíso	233	C	
SP	Viradouro	295	C	Coordenadas pré-fixadas: 20S5223; 48W1749

ATO Nº 5.698, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza a instituição ASSOCIAÇÃO VAQUINHA SOCIAL a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.015460/2015-52.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.095 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 19/09/2015 a 20/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 50.099 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Três Lagoas/MS, no período de 12/09/2015 a 13/09/2015.

Nº 50100 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Jaguariúna/SP, no período de 18/09/2015 a 26/09/2015.

Nº 50.101 Autorizar GLOBOSAT PROGRAMADORA LTDA, CNPJ Nº 00.811.990/0001-48 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.102 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 17/09/2015 a 28/09/2015.

Nº 50.103 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 18/09/2015 a 27/09/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA
MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.282, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.010036/2009-12, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria MC nº 322, de 07 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.984, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.051542/2012-59, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAXIAS DO SUL/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA
DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 3.771, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007594/2014-14, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TVCI - TV Comunicações Interativas Ltda, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 52- (cinquenta e dois decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua pro-

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO BARRETAO FM	
Telefone: (17) 3322-4488	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 50413937887
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5697, de 17 de setembro de 2015, publicado na Seção 1, página 54, do DOU de 18/9/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: - CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento: - Conjunto 02	
Bairro: Centro	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida 39	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal: 277	Frequência: 103.3 MHz	Classe: A3	ERP: 15kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004144927						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.543				Longitude: -48.558				Cota da base: 562 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 005151802884						Modelo: RUS-8K					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 7 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158-50JA						Fabricante: KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda.					
Comprimento da Linha: 82 m		Atenuação: 0.655 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-6						Fabricante: Mectrônica - Mec e Elet. Ltda.					
Ganho: 5.09 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Circular		HCl: 78 m		ERP Máximo: 17.8 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.79	10°: 1.84	20°: 1.78	30°: 1.67	40°: 1.54	50°: 1.36	60°: 1.18	70°: 0.98	80°: 0.77	90°: 0.62	100°: 0.55	110°: 0.53
120°: 0.55	130°: 0.62	140°: 0.73	150°: 0.8	160°: 0.81	170°: 0.77	180°: 0.69	190°: 0.53	200°: 0.33	210°: 0.17	220°: 0.05	230°: 0
240°: 0	250°: 0.28	260°: 0.68	270°: 0.97	280°: 1.02	290°: 0.96	300°: 0.89	310°: 0.84	320°: 0.79	330°: 0.85	340°: 1.13	350°: 1.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 17.8 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	353	Portaria	MC	19/06/1940	21/06/1940	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000021042014 29	1406	Decreto Legislativo	MCTIC	04/08/2016	12/08/2016	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1736421981	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
1740911983	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
508300013491993	11	Decreto	PR	14/12/1994	15/12/1994	Renovação	Jurídico
508300013491993	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000352272004	0	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
530000052582006	38	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000523742006	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000352272004	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.025770/2016-66	4315	Ato	ORLE	20/10/2016	31/12/1969	Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas da Estação	Jurídico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (00) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 02008007103
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: CONJUNTO 02	
Bairro: CENTRO	Numero: 01,	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. 39	Complemento:	
Bairro: SANTANA	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: PRAÇA DONA INÁCIA JUNQUEIRA DE TOLEDO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 8	
Município: Colina	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA JOEL WALDO DEL MORO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 1140 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.002 noite: 0.0005kW
Altura: 86 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7803656				Número Indicativo: ZYK555			
Data Último Licenciamento: 19/02/2015				Número da Licença: 000001/2015-SP			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 1				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 86.00				Comprimento de Radiais: 55.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 1			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 310.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -20.5425		Longitude: -48.5575			Cota da base: 562.00 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 010930502299				Modelo: AM3000			
Fabricante: Digicast Eletrônica Ltda.				Potência de Operação: 2.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo: LCF 7/8				Fabricante: KMP - RFS			
Comprimento da Linha: 75.00 m		Atenuação dB100m: .12 dB		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms	
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 013882XXX0013				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: .500 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
9999	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	09/08/1985	15/12/1994	Renovação	Jurídico
9999	1375	Portaria	DMC	15/08/1985		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	465	Portaria	DMC	24/06/1986		Mudança de Local	Técnico

9999	768	Portaria	DMC	20/10/1986		Mudança de Local	Técnico
9999	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Renovação	Jurídico
9999	48	Despacho	SSCE	06/03/2008		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	0	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
9999	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
9999	38	Portaria	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
9999	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7172	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

NOTA INFORMATIVA Nº 2874/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.070825/2013-81.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudos técnicos de estação de radiofrequência operando, na frequência 1.140 (mil cento e quarenta quilohertz), classe B, encaminhado pela **RÁDIO BARRETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.771.137/0001-15, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na localidade de Barretos/SP e que teve sua outorga adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada, conforme disposto no Termo Aditivo ao contrato celebrado com a União em 10/05/2016, publicado no DOU de 13/05/2016, utilizando o 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, na mesma localidade, procedimento de adaptação este disposto pelo Decreto PR 8.139 de 07/11/2013, regulamentado pela Portaria MC 127 de 12/03/2014 e alterações posteriores, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade e Anotação de Responsabilidade Técnica -

ART devidamente quitada, eventos SEI nº 3334076 e 3398109, após cumprimentos de exigências das Notas Técnicas nº 18603/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI nº 3275106) e nº 20286/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI nº 3340674) através dos protocolos nºs 01250.053625/2018-22 em 05/09/2018 e 01250.057961/2018-44 em 25/09/2018, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, em conformidade com as características de instalação e locais autorizados para a estação pelo Poder Concedente e conforme declarações do representante legal da entidade e do engenheiro vistoriador no Laudo de Vistoria (folhas 1 a 9 do Evento SEI nº 3398109) é atestado por estes o atendimento às normas vigentes que regulamentam o serviço.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton de Miranda Nascimento, Engenheiro**, em 26/09/2018, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz da Conceicao, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Rio de Janeiro, Substituto**, em 26/09/2018, às 15:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3404279** e o código CRC **A440F268**.

Minutas e Anexos

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3404279



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA NOITE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: MÁRCIA GUARITÁ

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MÁRCIA GUARITÁ SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	057.243.428-63	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	280800	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 26/09/2018

Hora: 19:14:33

BOA NOITE
Altair de Santana PereiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 345.136.238-45

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS SANDOVAL MONTEIRO DE BARROS	345.136.238-45	RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO BARRETOS LTDA	44.771.137/0001-15	Sócio	79200	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira**Data:** 26/09/2018**Hora:** 19:17:16



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **26/09/2018 19:17:44**

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Barretos
Frequência: 103,3 MHz
Classe: A3
Canal: 277

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO BARRETOS LTDA
Nome Fantasia: RADIO COLINA NATIVA FM
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50413937887
CNPJ: 44.771.137/0001-15
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☐ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	353		Portaria	MC	19/06/1940	21/06/1940	Outorga	Jur.
	89547		Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jur.
	113		Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	0		Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jur.
	475		Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jur.

Despacho N° 1406/2016/SEI-MCTIC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.002104/2014-29, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da **RÁDIO BARRETOS LTDA**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barretos-SP, utilizando o canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 19002/2016/SEI-MCTIC.

ANEXO AO DESPACHO N.º 1406/2016/SEI-MCTIC

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL

Logradouro:	Avenida 39, s/n.º	Bairro:	Centro	CEP:	14780-400
Localidade:	Barretos	UF:	SP	Coordenadas Geográficas:	20°S32'33,00" e 48°W33'27,00"

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro:	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 1	Bairro:	Centro	CEP:	14781-574
Localidade:	Barretos	UF:	SP		

TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)

Fabricante:	*****				
Modelo:	*****	Potência de Operação:	7,000 kW	Certificação/Homologação:	*****

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante:			Modelo:		Número de elementos:
Mectrônica Mec. e Elet. Ltda			MTFMA-6		6
Cota Base da Torre (C _{BT}):	Altura Centro de Irradiação (H _{CI}):	Azimute de Orientação:	Beam-tilt:	Ganho máximo:	
561 m	78,0 m	330° NV	0°	5,09 dBd	
Tipo:		Polarização:	ERP máxima:		
Omnidirecional		Circular	17,808 kW		

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante:	KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda			Modelo:	LCF 158-50JA
Comprimento:		Eficiência:		Impedância Característica:	Atenuação:

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES

Azimute (radial) (°)	H_{SNMT} (m)*	ERP_{AZ} (kW)
0°	86	11,800
30°	127	12,121
60°	118	13,572
90°	107	15,435
120°	126	15,702
150°	100	14,812
180°	84	15,204
210°	82	17,103
240°	63	17,808
270°	100	16,756
300°	89	14,201
330°	105	12,806
VALORES MÉDIOS:	98,92	14,776

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar da Costa Barros, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto**, em 04/08/2016, às 18:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1278237



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1262895** e o código CRC **42972246**.

Despacho N° 57/2018/SEI-MCTIC

A **DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.023062/2017-67, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 652/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de abril de 2017, da frequência 1140 KHz, outorgada à Rádio Barretos Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Diretora de Radiodifusão Comercial



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 15/01/2018, às 17:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2569964** e o código CRC **A7E0B4E2**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 5300.070825/2013-81		
Entidade: Rádio Barretos Ltda. (Adaptação de OM para FM)	CNPJ: 44.771.137/0001-15	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM	Localidade: Barretos	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período(s): 1º/5/2014 a 1º/5/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	3126027
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3107949

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	Contrato Social – 21 a 28 Alterações Contratuais: 3107872 (6-20) 3107931 (1-4;8-20) (3107931) 5ª (3126030) 6ª (3126032)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	3193369
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	3126029
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	3126040

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3107858
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	3126041
			3126037
			3126043
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	25;31;4;2;1 (0607861); (0996159); (3107949)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	3126041
3126049			
2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	3126043	
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2 a 5 53900.031800/2016-61 (1138235)

Observações:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior	24/07/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 16693/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.070825/2013-81

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 1.5.2014 a 1.5.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da concessão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940. A última renovação se deu por meio do Decreto de 27 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 2 de março de 2009 (evento SEI n.º 3193434, fl.

1), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 475, de 2010, publicado no D.O.U. de 7 de julho de 2010 evento SEI nº 3193434, fl. 2). Com efeito, depreende-se que a concessão em questão se encontra vencida desde 1.5.2014 (evento SEI nº 1263977, fl. 1).

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 10.5.2016, publicado no D.O.U. de 13.5.2016 (evento SEI nº 3107931, fls.5/7). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho nº 1.406, datado em 4.8.2016, publicado no D.O.U. de 12.8.2016 (evento SEI nº 3406197, fls.1/2). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho nº 57, datado em 15.1.2018, publicado no D.O.U. de 18.1.2018 (evento SEI nº 3406197, fl.3). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto nº 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 8.11.2013).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado em 04.12.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação da delegação, era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014 , verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de

- abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3193376.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3126029). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 3126040). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 3193369), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de	280 800	280 800 00

Barros	280.000	280.000,00
Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200	79.200,00
TOTAL	360.000	360.000,00

NOME	CARGO
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	Administradora

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.031353/2017-29. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 1.927/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n. 3193590), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 26.9.2018 (evento SEI nº3406181).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP

13.2. O Sr. Lucas Sandoval Monteiro de Barros participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP, na qualidade de sócio

13.3. A Sra. Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP, na qualidade de sócia-administradora.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3406181, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3194044).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.874/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3404279), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os

requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA

Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 16.693/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 16.693/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 27/09/2018, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 27/09/2018, às 14:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/09/2018, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 27/09/2018, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3193379** e o código CRC **4C83A1B6**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.070825/2013-81, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.070825/2013-81

INTERESSADOS: RÁDIO BARRETOS LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA:

I. Pedido de renovação da outorga formulado por Rádio Barretos Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, posteriormente adaptada para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, pelo período de 01/05/2014 a 01/05/2024.

II. Previsão do art. 223 da Constituição da República, regulamentado pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 16693/2018/SEI-MCTIC, na qual espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito renovatório.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir, por meio de Portaria, que deverá ser enviada ao Congresso Nacional para apreciação em anexo a mensagem da Presidência da República, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.

VII. Pela restituição do feito para prosseguimento.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de Rádio Barretos Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do **serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, posteriormente adaptada para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, pelo período de 01/05/2014 a 01/05/2024.**

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 16693/2018/SEI-MCTIC**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI nº 3193434**):

6. A outorga da concessão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940. A última renovação se deu por meio do Decreto de 27 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 2 de março de 2009 (evento SEI n.º [3193434](#), fl. 1), cancelado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 475, de 2010, publicado no D.O.U. de 7 de julho de 2010 evento SEI n.º [3193434](#), fl. 2). Com efeito, depreende-se que a concessão em questão se encontra vencida desde 1.5.2014 (evento SEI nº [1263977](#), fl. 1).

3. Analisando o pedido de renovação formulado pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão ao fim da instrução processual opinou, na já mencionada NOTA TÉCNICA, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o*

pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do presente pedido de renovação, atestando a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (**Doc. SEI nº 3193376**). Já no que concerne ao pedido de renovação pelo período objeto deste processo, **houve requerimento tempestivo da entidade interessada**. Nesse sentido, assim consignou a autoridade administrativa:

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado em 04.12.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação da delegação, era o compreendido entre os dias 1.11.2013 e 1.2.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

19. Anote-se, assim, que de acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para exploração do serviço de radiodifusão deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à própria outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que conferiram à entidade interessada a capacidade de executar o serviço, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, da regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar a observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.**

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, **mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações**, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Prosseguindo no estudo, destaque-se que o requerimento foi subscrito por representante legal da entidade (**Doc. SEI nº 31260274 e 0607861**), podendo-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso (**Doc. SEI nº 3178501**), o que permite examinar, a seguir, os requisitos relativos a habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e observância das normas técnicas relacionadas à execução do serviço.

23. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial e demonstrativo de resultados e certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**Doc. SEI nº 3126029 e 3126040**), que lastrearam a conclusão administrativa segundo a qual *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI nº 3126029). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 3126040)"*.

24. **A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada** por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a **regularidade trabalhista** com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (**doc. SEI nº doc. SEI nº 3107949, 3126041, 3126049, 3126043, 3126037 e 0607861**).

25. **Já no que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade fez carrear aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente, conforme certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (conforme documentos indicados no item 2.1.1 e 2.1.2 da "Lista de Verificação de Documentos"), o que levou a Secretaria de Radiodifusão a concluir que *"Pertinente à habilitação jurídica, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida"*. Quanto ao quadro societário apresentado, assim se manifestou o órgão responsável pela análise, em conclusão amparada pela documentação acostada ao processo de que há conformidade com as informações fornecidas ao poder público:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento

SEI n.º [3193369](#)), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	280.800	280.800,00
Lucas Sandoval Monteiro de Barros	79.200	79.200,00
TOTAL	360.000	360.000,00

NOME	CARGO
Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros	Administradora

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.031353/2017-29](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 1.927/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3193590](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

26. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. É o que denota o Relatório extraído do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (**Doc. SEI nº 3406181**), manifestando-se a Secretaria de Radiodifusão nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 26.9.2018 (evento SEI nº [3406181](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP

13.2. O Sr. Lucas Sandoval Monteiro de Barros participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP, na qualidade de sócio

13.3. A Sra. Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Colina/SP, na qualidade de sócia-administradora.

27. Em relação ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3406181](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3194044](#)).

28. **Foi igualmente verificado o requisito da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, concluindo a Secretaria de Radiodifusão que *"a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada"*, conclusão lastreada na **NOTA INFORMATIVA Nº 2874/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 3404279)**, na qual assim se asseverou:

A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI n.º [3334076](#) e [3398109](#), após cumprimentos de exigências das Notas Técnicas n.º 18603/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI n.º [3275106](#)) e n.º 20286/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI n.º [3340674](#)) através dos protocolos n.ºs [01250.053625/2018-22](#) em 05/09/2018 e [01250.057961/2018-44](#) em 25/09/2018, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, em conformidade com as características de instalação e locais autorizados para a estação pelo Poder Concedente e conforme declarações do representante legal da entidade e do engenheiro vistoriador no Laudo de Vistoria (folhas 1 a 9 do Evento SEI n.º [3398109](#)) é atestado por estes o atendimento às normas vigentes que regulamentam o serviço.

29. Por fim, quanto à questão da adaptação da outorga objeto deste feito, impende registrar que a adaptação de outorga de radiodifusão cujo período de vigência se encontrava expirado não se revela dotada da melhor técnica jurídica, uma vez que seria medida mais segura a finalização

precedente do feito renovatório. Não obstante, na situação em apreço, a autorização para a adaptação já é ato consolidado pela Administração, derivado de manifestação válida do poder público, devendo ser encontrada solução jurídica que garanta regularidade material e formal à situação constituída, em especial para que seja prestado o devido respeito ao interesse público, no caso, consubstanciado na expectativa de continuidade e aprimoramento técnico do serviço. Por essa razão, não se vislumbra a constituição de óbice ao prosseguimento do processo de renovação, considerados os esclarecimentos prestados pela área técnica, no sentido da inexistência de pendências no regular processo de migração:

6.1. Importa aduzir que a outorga em questão foi adaptada para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme se depreende do termo aditivo ao contrato de concessão celebrado entre a União e a Interessada no dia 10.5.2016, publicado no D.O.U. de 13.5.2016 (evento SEI n.º [3107931](#), fls.5/7). O projeto técnico de instalação da estação de FM já se encontra aprovado por esta Pasta, conforme se verifica dos termos do Despacho n.º 1.406, datado em 4.8.2016, publicado no D.O.U. de 12.8.2016 (evento SEI n.º [3406197](#), fls.1/2). O canal de operação, de OM, foi inclusive devolvido à União, conforme os termos do Despacho n.º 57, datado em 15.1.2018, publicado no D.O.U. de 18.1.2018 (evento SEI n.º [3406197](#), fl.3). Se constata, portanto, que o procedimento de migração foi regularmente processado e concluído, inexistindo, portanto, obstáculos impeditivos à renovação.

6.2. A despeito da efetivação da adaptação da outorga, as condições previstos no instrumento de outorga original, como por exemplo, o prazo de vigência, são mantidos (é a inteligência do art. 2º, § 5º do Decreto n.º 8.139, de 7.11.2013, publicado no D.O.U. de 8.11.2013).

30. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável e, por sua vez, a minuta do ato a ser praticado encontra-se em conformidade com o seu propósito, **não se identificando, nessa ocasião, óbice jurídico ao prosseguimento do feito.**

31. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada, caso se encontre vencida, a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos a quem de direito.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens.

À consideração superior.

Brasília, 09 de outubro de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000070825201381 e da chave de acesso 8cffd97d

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANÇA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 179695521 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANÇA. Data e Hora: 09-10-2018 17:27. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01556/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.070825/2013-81
INTERESSADOS: RÁDIO BARRETOS LTDA
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER Nº 1084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** de autoria do Advogado da União Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 9 de outubro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000070825201381 e da chave de acesso 8cfd97d

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 181310972 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 09-10-2018 18:10. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01561/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.070825/2013-81

INTERESSADO: RÁDIO BARRETOS LTDA

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, adaptada para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barreto, Estado de São Paulo.

1. Aprovo o **DESPACHO Nº 01556/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, aprovando o **PARECER Nº 01084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria CONJUR-MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000070825201381 e da chave de acesso 8cffd97d

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 181671092 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 10-10-2018 13:35. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 5312/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 11/10/2018, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



3453954 e o código CRC **1E5803CA**.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3453954

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 11/10/2018, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3454008** e o código CRC **51716D80**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 40892/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO BARRETOS LTDA (CNPJ Nº 44.771.137/0001-15)

Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Bairro Centro

14.781-574 Barretos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação. Processo nº 53000.070825/2013-81**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 15/10/2018, às 08:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3460519** e o código CRC **E705AA65**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 40892/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.070825/2013-81 - Nº SEI: 3460519



001-9

00190.00009 02941.021004 00074.512179 3 76980000036344

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000074512
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 04/11/2018		Valor documento 363,44	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

RÁDIO BARRETOS LTDAPraça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Centro
Barretos, SP - CEP: 14781-574

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5008561 enviado em 15/10/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00074.512179 3 76980000036344

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 04/11/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 15/10/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 15/10/2018	Nosso número 00029410210000074512	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 363,44	(=) Valor documento 363,44	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5008561 enviado em 15/10/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

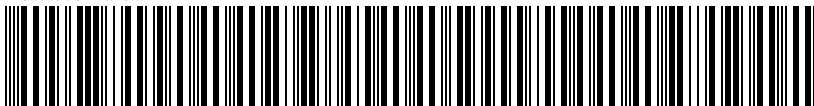
Sacado

RÁDIO BARRETOS LTDAPraça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 2, Centro
Barretos, SP - CEP: 14781-574

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/10/2018 11:29:04**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 5008561**Data prevista de publicação:** 16/10/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11152841	ATO PORTARIA Nº 5312_53000.070825.2013.81.rtf	284b1f36ffedc9fa b0f6dcb41a27c8cb	11,00	
	Total da matéria		11,00	R\$ 363,44
TOTAL DO OFICIO			11,00	R\$ 363,44

Data de Envio:

15/10/2018 14:34:45

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radio.barretos@hotmail.com
ptukiama@uol.com.br
ffonseca.eng@gmail.com
eng.mauriciooliveira@hotmail.com
marcelo.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.070825/2013-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3460519.html
Boleto_3461897_BOLETO_PORT_5312_53000.070825.2013.81.pdf
Comprovante_3461906_RECIBO_PORT_5312_53000.070825.2013.81.pdf



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.850-SEI, DE 18 DE SETEMBRO 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.024714/2018-61, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.653/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01000/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de setembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio Porto Alegre FM Ltda.-ME, nos termos da Portaria nº 380, datada em 26 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.312-SEI, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., nos termos da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, no município de Barretos, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no mesmo município e estado, conforme os termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.368-SEI, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008056/2014-82, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.367/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 966/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no Despacho Interno COACT_ATOS 3444411, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Leste Sul Comunicações Ltda., por meio da Portaria nº 1.951, de 1 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 08 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 695, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2004, para a Vale Europeu Publicidade e Propaganda Ltda. - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.049.921/0001-98, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Indaial, no estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos, respectivamente:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Luiz Sérgio Spinelli	120.000	120.000,00
Pedro Felipe Cataldo Spinelli	80.000	80.000,00
Roberto Carlos Castagnaro	80.000	80.000,00
Vilson Adolfo Holler Voigt	60.000	60.000,00
Thiago Buzetti Spinelli	60.000	60.000,00
TOTAL	400.000	400.000,00

NOME	CARGO
Thiago Buzetti Spinelli	Administrador
Vilson Adolfo Holler Voigt	Administrador

Art. 3º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga de que trata a Portaria nº 1.951, de 1 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 08 de outubro de 2002, a execução do serviço será mantida em caráter precário.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.723, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.010986/2014-65.

Confere à INTELSAT LICENSE LLC, empresa constituída sob as leis do estado de Delaware, Estados Unidos da América, o Direito de Exploração, no Brasil, do satélite estrangeiro IS-30, ocupando a posição orbital 95º W, pelo prazo de 8 (oito) anos, e autoriza o uso de radiofrequências associadas ao direito. O representante legal da INTELSAT LICENSE LLC no Brasil, no que se refere ao satélite IS-30, será a GLA BRASIL LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.185.731/0001-47.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 2.271, de 27 de março de 2018, publicado no DOU de 29 de março de 2018, Seção 1, Página 30, retifica-se o seu art. 1º, conforme abaixo:

Onde se lê: "Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a partir de 23 de maio de 2017, a autorização de uso de radiofrequência outorgada à ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, por intermédio do Ato nº 5.910, de 11 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 16 de outubro de 2012, e Termo de Autorização nº 536/2012/SPV-ANATEL, de 16 de outubro de 2012, publicado no DOU, de 18 de outubro de 2012."

Leia-se: "Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a partir de 23 de janeiro de 2018, a autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia conferida à ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, por meio do Ato nº 6.928, de 11 de outubro de 2011, e todas as autorizações para uso de radiofrequências associadas."

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

DESPACHO DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que, conforme deliberado na 216ª Reunião Ordinária, ocorrida em 4 de outubro de 2018, ficam cancelados os Processos: nº 01200.702856/2016-03 (Parecer Técnico nº 5672/2017, publicado no DOU nº 222, seção 1, p. 22 de 21/11/2017); nº 01250.023781/2017-88 (Parecer Técnico 5631/2017); e nº 01250.017329/2018-68 (Extrato Prévio: 5994/2018).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.036/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 4 de outubro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.001761/2013-18
Requerente: DuPont do Brasil S.A. - Div. Pioneer Sementes
CQB: 0013/97
Endereço: Unidade de Pesquisa e Beneficiamento, Rod. DF 250, KM 20, Brasília/DF
Assunto: Plano de Monitoramento Caso Específico
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente apresentou à CTNBio, Plano de Monitoramento Caso Específico para o evento de milho DP-32138-1, doravante chamado de "mantenedor SPT 32138". No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu Decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A CTNBio informa que o parecer na íntegra desse extrato consta do processo original e o público poderá solicitar informações complementares via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no sítio eletrônico do MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.065/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 216ª Reunião Ordinária, ocorrida em 04 de outubro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.003265/1998-26
Requerente: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI
CQB: 92/98
Endereço: Rod. Antônio Heil, 6800, Itajaí, SC
Assunto: Cancelamento de CQB

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio, o cancelamento de seu CQB 92/98 (EPAGRI/ Estação Experimental de Itajaí). No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo: 53000.070825/2013-81

1. Tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, do dia 18/10/2018 (Evento SEI nº 3473812), da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018, que renova a permissão/concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Barretos, estado de São Paulo, **remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.**

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 19/10/2018, às 09:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3474500** e o código CRC **01380D51**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3474500

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO BARRETAO FM	
Telefone: (17) 3322-4488	E-mail:
CNPJ: 44.771.137/0001-15	Número do Fistel: 50413937887
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 5697, de 17 de setembro de 2015, publicado na Seção 1, página 54, do DOU de 18/9/15.	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: - CONJUNTO 2	
Bairro: CENTRO	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14770000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento: - Conjunto 02	
Bairro: Centro	Numero: 01	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida 39	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: S/N	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 1	
Município: Barretos	UF: SP	CEP: 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.5425	Longitude: -48.5575

Parâmetros Técnicos			
Canal: 277	Frequência: 103.3 MHz	Classe: A3	ERP: 15kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004144927						Número Indicativo: ZYW744					
Data Último Licenciamento: 21/09/2018						Número da Licença: 53500.036222/2018-23					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.543				Longitude: -48.558				Cota da base: 562 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 005151802884						Modelo: RUS-8K					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 7 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158-50JA						Fabricante: KMP-RFS Cabos Especiais e Sistemas Ltda.					
Comprimento da Linha: 82 m		Atenuação: 0.655 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: MTFMA-6						Fabricante: Mectrônica - Mec e Elet. Ltda.					
Ganho: 5.09 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Circular		HCl: 78 m		ERP Máximo: 17.8 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.79	10°: 1.84	20°: 1.78	30°: 1.67	40°: 1.54	50°: 1.36	60°: 1.18	70°: 0.98	80°: 0.77	90°: 0.62	100°: 0.55	110°: 0.53
120°: 0.55	130°: 0.62	140°: 0.73	150°: 0.8	160°: 0.81	170°: 0.77	180°: 0.69	190°: 0.53	200°: 0.33	210°: 0.17	220°: 0.05	230°: 0
240°: 0	250°: 0.28	260°: 0.68	270°: 0.97	280°: 1.02	290°: 0.96	300°: 0.89	310°: 0.84	320°: 0.79	330°: 0.85	340°: 1.13	350°: 1.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 17.8 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	353	Portaria	MC	19/06/1940	21/06/1940	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000021042014 29	1406	Decreto Legislativo	MCTIC	04/08/2016	12/08/2016	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1736421981	827	Portaria	MC	24/03/1982	30/03/1982	Multa	Jurídico
1740911983	89547	Decreto	PR	11/04/1984	12/04/1984	Renovação	Jurídico
508300013491993	11	Decreto	PR	14/12/1994	15/12/1994	Renovação	Jurídico
508300013491993	113	Decreto Legislativo	CN	30/10/1996	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000352272004	11	Decreto	PR	27/02/2009	02/03/2009	Renovação	Jurídico
530000052582006	38	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000523742006	39	Despacho	MC	05/06/2009		Advertência	Jurídico
530000352272004	475	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000257702016-66	4315	Ato	ORLE	20/10/2016	31/12/1969	Autoriza o Uso de Radiofrequência e Consolida as Características Técnicas	Jurídico
530000708252013	5312	Portaria	MCTIC	11/10/2018	18/10/2018	da Estação Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.070825/2013-81

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à RÁDIO BARRETOS LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, copia da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018. Publicada no D.O.U. em 18/ 10/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 19/10/2018, às 09:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3478402** e o código CRC **6DEFC808**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3478402



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 19/10/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3480661** e o código CRC **ACA56792**.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3480661

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.070825/2013-81

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: CGPO

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Pós-Outorgas, para Ratificação das informações prestadas na Nota Técnica 16693/2018 (3193379), tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/02/2019, às 12:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3829243** e o código CRC **DDCC2331**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 3829243

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.070825/2013-81

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 16693/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3193379) e do Parecer Jurídico n.º 1084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 3452833), respectivamente;
- b) por intermédio da Portaria nº 5312/2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 18 de outubro de 2018 (evento SEI nº 3473812), renovou-se por novo período de dez anos, a partir de 1.5.2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo;
- c) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, o texto atualizado da minuta de exposição de motivos para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente. Nesta conformidade opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasília, de

de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.771.137/0001-15), nos termos da Portaria MVOP nº 353, datada em 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)***MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/07/2019, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/07/2019, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 08/07/2019, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4352605** e o código CRC **54B7E28E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 4352605

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53000.070825/2013-81

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho CORAC (4352605), e informa que a EM encontra-se disponível no bloco de assinatura nº 199312.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 10/07/2019, às 14:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4396012** e o código CRC **9331A603**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 4396012

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.070825/2013-81

Referência:

Interessado: Rádio Barretos Ltda

Assunto: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta exposição de motivos que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.771.137/0001-15), nos termos da Portaria MVOP nº 353, datada em 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4440109** e o código CRC **05616DB5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070825/2013-81

SEI nº 4440109

Brasília, 24 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070825/2013-81, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 16.693/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.084/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.771.137/0001-15), nos termos da Portaria MVOP nº 353, datada em 19 de junho de 1940, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42747/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.070825/2013-81.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4815990** e o código CRC **733B5744**.